

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 16 de Outubro de 1997 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1246 • Director: Carlos Brito

**Declaração da Comissão Política acerca do possível referendo sobre a União Europeia**

**A pergunta que deveria ser colocada aos portugueses**

O que o Tratado de Amesterdão levanta como questão essencial é a evolução da integração europeia, no sentido de cada vez maiores transferências de soberania (nomeadamente no âmbito da política externa e de segurança, da justiça e assuntos internos, entre outras), evolução acelerada nos últimos tempos com a intenção de abandonar o escudo como moeda nacional e de executar o Pacto de Estabilidade com pesadas multas aos países que não cumprirem os critérios de Maastricht.

Pág. 20

**O Governo PS e o direito de asilo Mudar a lei para que tudo fique na mesma**

Quando se esperava, a avaliar por tudo o que se disse e escreveu, que o Governo PS se propusesse alterar o que de pior foi feito pelo PSD em matéria de direito de asilo, eis que aparece na AR uma proposta de lei que tem como objectivo mudar algumas coisas para que tudo fique na mesma.

António Filipe

Pág. 21

# A FORÇA DA RAZÃO nas autarquias de Mértola



Pág. 5

**Jornadas Parlamentares realizaram-se em Faro com Carlos Carvalhas**

**PCP exige redução do IRS nos rendimentos do trabalho**

Págs. 8 e 9

**AUTARQUICAS**

**Reforçar as maiorias no distrito de Beja**

**CDU Beja!**

**Um concelho de qualidade**

**A CDU é actualmente a força autárquica maioritária em 10 das 14 câmaras do distrito de Beja.**

**O objectivo para as eleições de 14 de Dezembro é reforçar a votação na Coligação de modo a manter estes municípios, prosseguindo a obra realizada, e a conquistar novas autarquias - câmaras, assembleias municipais e juntas de freguesia - levando mais longe o trabalho, a competência e a honestidade da CDU**

**Beja**

**Um concelho de qualidade**

O Poder Local democrático fortaleceu-se e consolidou-se no distrito de Beja. Em 1995, o Poder Local democrático conseguiu a maioria absoluta em 10 das 14 câmaras municipais do distrito de Beja, o que representa um avanço histórico para a CDU portuguesa em Beja, no âmbito do Poder Local democrático.

Este sucesso foi alcançado graças ao trabalho conjunto de todos os membros da CDU Beja, que, através de uma política activa e honesta, conseguiu conquistar a confiança dos cidadãos e a maioria absoluta em 10 das 14 câmaras municipais do distrito de Beja.

Este sucesso foi alcançado graças ao trabalho conjunto de todos os membros da CDU Beja, que, através de uma política activa e honesta, conseguiu conquistar a confiança dos cidadãos e a maioria absoluta em 10 das 14 câmaras municipais do distrito de Beja.

**A Revolução de Outubro foi há 80 anos**

Centrais

## EDITORIAL

## Os números e as pessoas



Carlos Carvalhas em Mértola

## RESUMO

8  
Quarta-feira

A Comissão do Ensino Superior do PCP pede ao Ministério da Educação que esclareça os critérios de elaboração da sua proposta de orçamento para 1998 ■ A Comissão do Orçamento do Parlamento Europeu aprova uma emenda ao orçamento da UE para 1998 apresentada pela Esquerda Unitária Europeia, considerando a ajuda a Timor ■ Inicia-se o V Congresso do PC de Cuba ■ Yasser Arafat e Benjamin Netanyahu encontram-se na fronteira de Gaza, no dia em que o rei Hussein da Jordânia confirma que o Hamas propôs tréguas ao Estado Hebraico dois dias antes da Mossad tentar matar um dirigente islâmico ■ Inicia-se, em Paris, o processo de Maurice Papon, acusado de crimes contra a humanidade.

9  
Quinta-feira

A Lei da criação das Regiões é aprovada no Parlamento com os votos do PCP e do PS ■ Carlos Carvalhas participa num jantar de candidatos e apoiantes do PCP na Coligação Mais Lisboa ■ Na Itália, Romano Prodi demite-se do seu cargo de primeiro-ministro depois da Refundação Comunista confirmar que não votará um orçamento de Estado com medidas de austeridade ■ Os deputados russos rejeitam na generalidade o projecto de Orçamento de Estado para 1998 ■ O ciclone «Pauline» provoca a morte de 50 pessoas, no México ■ O dramaturgo italiano Dario Fo recebe o Prémio Nobel da Literatura ■ Passam 30 anos sobre o assassinato de Ernesto Che Guevara.

10  
Sexta-feira

Iniciam-se, em Faro, as Jornadas Parlamentares do PCP ■ O Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas afirmam-se a favor da aplicação da Lei do Financiamento do Ensino Superior... ■ ... no dia em que o jurista Mário Campos entrega um parecer na Procuradoria-Geral da República que defende que essa lei é inconstitucional ■ Tem início a segunda cimeira de chefes de Estado e de governo dos países membros do Conselho da Europa ■ Jody Williams e a Campanha Internacional para a Interdição das Minas recebem o Prémio Nobel da Paz de 1997.

11  
Sábado

Realiza-se uma festa da CDU em Mértola, com a presença de

Carlos Carvalhas ■ Lionel Jospin, o primeiro-ministro francês, anuncia a redução do horário semanal de trabalho de 39 para 35 horas no ano 2000 ■ O Conselho da Europa proíbe as técnicas de clonagem destinadas a criar um ser humano geneticamente igual a outro ■ A Jordânia congela a cooperação de segurança com Israel ■ Mais de 70 pessoas morrem no Uruguai na sequência da queda de um avião.

12  
Domingo

Várias centenas de pessoas manifestam-se, em Paris, contra a libertação de Maurice Papon decidida pelo Tribunal de Bordéus ■ Seis dezenas de caças turcos violam repetidamente o espaço aéreo grego, em especial no sul do mar Egeu ■ Iniciam-se as eleições presidenciais nos Camarões, com o boicote da oposição como protesto contra a não designação de uma comissão eleitoral independente.

13  
Segunda-feira

O primeiro-ministro britânico, Tony Blair, encontra-se com o líder do Sinn Féin, Gerry Adams, num encontro histórico ■ Inicia-se, em Madrid, o julgamento da direcção do partido nacionalista basco Herri Batasuna, enquanto um atentado da ETA contra o Museu Guggenheim de Bilbao é frustrado pela polícia ■ Duas centenas de pessoas voltam a manifestar-se contra a liberdade provisória concedida a Maurice Papon ■ São lançadas duas sondas da NASA com destino a Saturno ■ Um veículo britânico, chamado Thrust SSC, bate pela primeira vez a barreira do som em terra, numa experiência levada a cabo no deserto de Nevada, nos EUA.

14  
Terça-feira

O Presidente Jorge Sampaio participa na inauguração da Feira do Livro de Frankfurt, que este ano tem como tema Portugal e a sua literatura ■ O PCP apresenta em conferência de imprensa uma pergunta alternativa para o referendo sobre a integração europeia ■ Um acordo entre o governo italiano de Romano Prodi e a Refundação Comunista põe termo à crise em Itália ■ O presidente da associação patronal da construção civil, Maia Coelho, afirma no Porto que são os trabalhadores os responsáveis pelos acidentes de trabalho e defende que passem a ser feitos testes de alcoolemia; segundo os dados oficiais, no primeiro semestre deste ano registaram-se 110 casos mortais ■ Os americanos Robert Merton e Myron Scholes são distinguidos com o Nobel da Economia.

**A**inda nos lembramos todos das tiradas e dos dísticos propagandísticos do PS, quando era oposição, a asseverar que «as pessoas não são números» e que um governo seu daria «prioridade às pessoas, não aos números». Foi no tempo em que combatia, ao lado dos comunistas, a utilização manipulada das estatísticas pelos governos de Cavaco Silva, para fabricarem o «oásis» virtual ou disfarçarem as consequências ruins da sua política.

É chocante ver como, uma vez chegado ao Governo, o PS passou, também neste aspecto, a seguir exactamente os métodos cavaquistas, pretendendo calar as críticas às insuficiências, erros e injustiças da sua governação, especialmente no plano social, com a proclamação das «performances» macro-económicas criadas pelas suas estatísticas.

Desmistificando estas «engenharias contabilísticas» com que a propaganda governamental se enfeita, Carlos Carvalhas salientou, ao discursar nas Jornadas Parlamentares do PCP, em Faro: «Os trabalhadores e os reformados e milhares e milhares de famílias não sentem as melhorias desses valores estatísticos, nem em relação aos aumentos reais do poder de compra, nem em relação aos valores da inflação, nem em relação aos salários ou a melhores perspectivas de futuro.»

Estas observações revestem uma ainda maior oportunidade no momento em que propaganda governamental se lança numa nova campanha a partir das «previsões de Outono» da Comissão Europeia sobre o «excelente comportamento» da economia portuguesa em relação aos critérios de convergência nominal e em relação às dotações sociais do Orçamento para 1998.

A propaganda não esclarece, claro, que as previsões nem sequer são pacíficas na Comissão, nem foram submetidas ao colégio dos comissários e que um porta-voz da Comissão «avisou contra toda e qualquer interpretação política das previsões», como informa o «Diário Económico», da passada terça-feira.

Além disso, coincidindo com a sua divulgação, soube-se que o Instituto Monetário Europeu não vai publicar, como é habitual, o seu relatório de Novembro sobre a política de convergência económica dos Quinze, com a alegação de que «não é preciso perturbar os mercados».

Há então todas as razões para encarar com sobriedade o que pode tratar-se de previsões de conveniência, em vésperas de importantes decisões sobre a moeda única, e não para embandeirar em arco, como estão a fazer os propagandistas do Governo PS.

**A** cresce que, como temos salientado, o cumprimento dos critérios de convergência de Maastricht pelo nosso país não traduz uma situação de desafogo ou sequer de melhoria das condições de vida por parte de nosso povo. Muito pelo contrário, é o resultado dos sacrifícios que lhe têm sido impostos, primeiro pelo PSD apoiado pelo PS e depois pelo PS apoiado pelo PSD.

Acontece que ao mesmo tempo que tem convergido com os outros estados membros da União Europeia nas percentagens do défice orçamental, da inflação e da dívida pública, não o tem feito em termos de efectivo crescimento económico e até tem divergido deles, agravando o fosso, no nível de salários, de reformas, de benefícios da segurança social e, em geral, na participação do trabalho no rendimento nacional.

Com toda a razão os dirigentes da CGTP têm insistido em face da gabarolice do Governo com os bons resultados da sua

política económica, que havendo efectiva melhoria da economia então ela deve beneficiar justamente os rendimentos do trabalho que têm sido sacrificados ao longo dos últimos anos.

Entretanto, o que se ouve não só da parte do grande patronato, mas dos governantes do PS, também, é que, ao mesmo tempo que se regozijam com as previsões outonais da Comissão Europeia, logo recomendam cuidado com os aumentos salários que podem estragar as belas previsões.

As miseráveis proposta que o Governo tem apresentado nas negociações com a Função Pública para os aumentos de salários para o próximo ano e que servirão de referência para a contratação colectiva aí estão como o testemunho mais concreto desta filosofia.

O que o Governo tem privilegiado são os números da convergência nominal imposta pela moeda única, as pessoas pouco lhe têm interessado a não ser como representando salários, vencimentos e pensões que podem prejudicar os números ou os podem favorecer enquanto mão-de-obra explorada e pagadores de impostos.

**O** fogo de artifício da propaganda dos números conhece agora um momento especialmente feérico com a apresentação pelo Governo do Orçamento de Estado para 1998.

Em vésperas de eleições autárquicas e tendo perdido na tentativa de atirar a aprovação do Orçamento para depois das eleições, o Governo acaba de proclamar significativos aumentos das dotações para as funções sociais e as autarquias.

O pendor propagandístico destes anúncios e o facto de já haver contradições nos números adiantados, por exemplo, em relação à saúde recomendam a maior reserva na sua aceitação.

Além disso, há sempre o risco do orçamentado, nomeadamente no que toca a despesas de investimento, não ter, no final do ano, nenhuma correspondência com o executado, como tantas vezes tem acontecido.

O líder parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, recomenda a propósito, num comentário ao nosso jornal: «sendo mais um Orçamento para adesão à moeda única, será prudente não termos ilusões sobre as suas orientações e objectivos essenciais».

Aliás, as Jornadas Parlamentares do PCP, realizadas no passado fim-de-semana tinham feito duas exigências em matéria orçamental que são dois bons critérios para adequar os números aos interesses das pessoas: a primeira, reclama uma forte redução do benefícios fiscais, que rondam os 200 milhões de contos e só beneficiam os grandes interesses capitalistas; a segunda reclama, uma redução visível do IRS que incide sobre os rendimentos do trabalho, atenuando o escândalo de serem praticamente estes rendimentos que pagam o grosso dos impostos e suportam a carga fiscal.

A resposta do Governo é claramente não à primeira exigência e parece ser largamente negativa em relação à segunda, acrescentando, em matéria de IRS, que o Governo se propõe rever as deduções, por exemplo, com as despesas de saúde.

Apesar das receitas que tem obtido com a almoeda das empresas públicas, feita através das privatizações, há muito para esclarecer em relação aos «milagres» do presente Orçamento.

Bem gostaríamos que fosse um Orçamento feito para as pessoas, mas receamos que mais uma vez seja um Orçamento feito para os números e, ainda pior, para obter efeitos eleitoralistas imediatos, que adiante se pagarão com maior dureza.

*O que o Governo tem privilegiado são os números da convergência nominal imposta pela moeda única, as pessoas pouco lhe têm interessado a não ser como representando salários, vencimentos e pensões que podem prejudicar os números ou os podem favorecer enquanto mão-de-obra explorada e pagadores de impostos.*

## Avante!

Proprietários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Socio Pereira Gomes  
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7.ª-A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricial: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial Avante! — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A,  
1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Caga Rota — Linbó — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/95

## TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

## ACTUAL

## Tempo de «reprises»

Com a proximidade das eleições autárquicas a ajudar, quase não se passa agora um dia sem que o Governo, o PS e os seus candidatos não promovam a «reprise» dos piores e mais detestáveis truques e truques do cavaquismo.

O que, por enquanto, os vai relativamente poupando a um devastador retrato global do seu estilo e dos seus métodos é que a rede de extensas cumplicidades e a onda de reverência e abdicção de espírito crítico de que beneficiam nos «media» lhes vai garantindo que cada caso seja tratado apenas como um caso, dentro do sagrado esquema de «cada dia é apenas um dia, amanhã, se Deus quiser, já se estará a falar de outra coisa qualquer».

Mas, de facto, quem quiser resistir a esta onda pantanosa e serventuária, não pode deixar de reparar que, enquanto se especula sobre o regresso político de Cavaco Silva, já estão sendo ressuscitadas, em versão rosa, muitas das chocantes concepções e atitudes que o notabilizaram e fizeram triste escola entre o seu pessoal político.

É assim que temos o actual Primeiro-Ministro a clamar, num assomo de evidente bom senso, seriedade e humildade, que «só a oposição diz mal de nós», a brandir ambições

e ameaças de «maioria absoluta» e a tocar velhas guitarradas sobre a «estabilidade».

É assim que temos os candidatos do PS às Câmaras do Porto e de Gaia, com um descaramento que nem sabemos se deve ser elogiado ou criticado, a anunciarem as suas candidaturas em ligação directa e transparente com a obtenção do Governo de garantias quanto a determinados investimentos naqueles concelhos.

É assim que temos o caso do comunicado da Concelhia do Crato do PS emitido através do fax do Governo Civil de Portalegre que, para além do seu significado próprio, deve ser visto com uma ínfima lasca da ponta de um iceberg (de utilização abusiva do aparelho de Estado) certamente maior que aquele que afundou o «Titanic».

É também assim que temos o ministro Jorge Coelho a declarar, numa iniciativa do PS, que os autarcas da CDU no distrito de Setúbal «são os responsáveis por não ter chegado o desenvolvimento» à região, numa fidelíssima imitação do que o PSD dizia à beira das autárquicas de 1993.

Não vale sequer a pena recordar agora a meritória contribuição das autarquias geridas

pela CDU para o desenvolvimento daquele distrito.

Mas já vale a pena anotar que, seguindo os critérios de exclusiva responsabilização autárquica pelo desenvolvimento convenientemente praticados pelo ministro Jorge Coelho, teremos então de concluir que, nos mais de cem municípios que o PS governa há anos e anos no Centro e Norte do país, o desenvolvimento deve ser de uma pujança e dimensão incomparáveis.

E também vale a pena anotar que, depois das autárquicas, ninguém estranhará que, numa visita oficial ao distrito de Setúbal, o ministro Coelho celebre o grande desenvolvimento aí verificado por obra e graça... do Governo do PS.

E por aqui ficamos, resistindo firmemente à tentação de escrever que bem calculamos que, na opinião do ministro Coelho, uma dúzia de Saleiros (tantos quantos os concelhos de Setúbal hoje geridos pela CDU) é que ali garantiriam o deslumbrante desenvolvimento... de alguns negócios especiais e contas bancárias particulares.

■ Vítor Dias

## Propinas – o imbróglio

A lei do financiamento do ensino superior público, justamente crismada de «lei das propinas» por essa designação condensar o propósito fundamental do PS e do seu governo, foi publicada no Diário da República de 16 de Setembro.

Mesmo sem repisar a evidente contradição entre o comando constitucional que determina a incumbência do Estado de «estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino» (artigo 74º) e o texto ora em vigor quando determina a passagem de uma propina anual de 1.200 escudos para 56.700 escudos, não faltam outros motivos de inconstitucionalidade e obstáculos à sua aplicação.

Em poucos dias, a própria aplicação da «lei das propinas» evidenciou constituir um complicado imbróglio político, jurídico e prático.

Observe-se, por exemplo, a evidente contradição entre a fixação taxativa do valor da propina e o disposto na lei nº 108/88 da Autonomia das Universidades quando enumera, entre as competências dos senados, o de «fixar as propinas devidas pelos alunos». Competência suportada pelo princípio da autonomia das universidades, designadamente da autonomia administrativa e financeira, consagrado no artigo 76º da Constituição.

Chame-se também a atenção para o facto da lei estabelecer que as propinas constituem «receitas próprias das respectivas instituições» (artigo 14º) e que a «arrecadação e gestão (das receitas próprias das instituições) serão reguladas por decreto-lei» (artigo 10º), e do Governo não ter concretizado, até ao momento, qualquer iniciativa neste domínio.

Além disso, as decisões do Governo em relação à proposta de Orçamento para o ensino superior para 98, em que a verba a cobrar das propinas aparece claramente como substitutiva do financiamento público, e as baixíssimas dotações previstas para a Acção Social Escolar, evidenciam um entendimento muito *sui generis* do Ministério da Educação em relação à maneira como pensa «cumprir» as determinações da «lei das propinas» que lhe fixam deveres. Retenha-se, por exemplo, do artigo 3º, o enunciado do «princípio da responsabilização financeira do Estado, entendido no sentido da satisfação dos encargos públicos exigíveis na efectivação do direito ao ensino, e no da maximização das capacidades existentes, bem como na expansão gradual com qualidade, e que permita a liberdade de escolha, do sistema público de ensino superior». Ou o enunciado do «princípio da não exclusão, entendido como o direito que assiste a cada estudante de não ser excluído, por força de carências económicas, do acesso e da frequência do ensino superior, para o que o Estado deverá assegurar um adequado e justo sistema de Acção Social Escolar».

Não evidencia isto tudo que o problema das propinas - como a vida se encarregará certamente de demonstrar, mais cedo que tarde - com a publicação da lei iníqua, em 16 de Setembro, é que verdadeiramente começou? E que de pouco terá servido a *esperteza* do PS, uma vez negociado e obtido o (natural) apoio tácito do PSD, de ter agendado o debate parlamentar para o pino do Verão e de o ter realizado a *mata cavalos*, em condições que não dignificaram a Assembleia da República?

■ Edgar Correia

CUBA  
Partido e povo unido

O Partido Comunista de Cuba realizou o seu V Congresso. Acontecimento maior para a vida do povo cubano e para o prosseguimento da Revolução, as suas orientações e decisões são o resultado dum amplo e participado debate. Seis milhões de cubanos, em 230 mil reuniões, discutiram o documento «O Partido da unidade, da democracia e dos direitos humanos que defendemos», e puderam apoiar ou criticar, manifestar desacordos, introduzir mudanças, fazer sugestões. Este é o conteúdo da democracia participativa em Cuba, explicação e razão para a capacidade de resistência do seu povo na nova situação decorrente das derrotas do socialismo e da crescente ofensiva do imperialismo norte-americano.

Neste «período especial», porventura o mais difícil do processo revolucionário cubano, foram adoptadas medidas que, não se enquadrando no desenvolvimento socialista, se revelaram indispensáveis para responder aos mais prementes problemas da população. A resistência quotidiana dos trabalhadores e do povo perante a escassez de géneros, privações de toda a ordem, desastres naturais, foi forjada através da real e efectiva participação das massas na discussão e análise da situação. A renovação de métodos de trabalho do partido, reforçando a ligação dos dirigentes às massas e a introdução de novas formas de controlo do Estado para garantir uma maior eficiência na produção e nos serviços, cimentaram a unidade povo/partido/Estado, garante da defesa das principais conquistas da revolução. Por isso, o Congresso ao fazer o balanço deste período enalteceu a heroicidade do povo e afirmou que os comunistas cubanos «estão abertos a todas as possibilidades económicas, menos renunciar ao socialismo».

A reafirmação da opção socialista de Cuba evidencia a extraordinária confiança na capacidade criadora das massas e na determinação dos povos em definir o seu próprio caminho. Por isso, Fidel afirmou que «o povo é aquele que sempre surpreende a todos». Com efeito, o povo cubano, ultrapassando o desalento de muitos e a rendição de alguns, deu provas de grande dignidade e patriotismo, permitindo que o seu pequeno país fizesse frente à grande potência que são os EUA.

A pretensão de envolver todo o mundo, através da lei Helms-Burton, no reforço do bloqueio, as ingerências de todo o tipo, a subversão ideológica e o apoio às mafias de cubanos radicados em Miami, o recurso a armas biológicas e atentados, a tudo têm recorrido os EUA para fazer vergar Cuba.

O confronto vai ainda continuar. Por isso o Congresso, ao realçar o espírito revolucionário do povo cubano, não deixou de lembrar a que conduziu, em tão curto espaço de tempo, a renúncia ao socialismo noutros países.

O debate de ideias e valores esteve sempre presente neste processo. O PCC consolidou o seu papel de força insubstituível e de vanguarda. Por isso cresceu, cerca de 1/3, durante o «período especial». Face à contestação das «democracias ocidentais», o PCC responde que não se constituiu à parte da sociedade, e que a experiência cubana e a actual fase da revolução exigem a unidade de todo o povo em torno do partido, como expressão política dos interesses da nação cubana.

Congresso de balanço das medidas adoptadas, das dificuldades, insuficiências e erros, mas sobretudo Congresso de afirmação de ideais e objectivos, de renovação de quadros e, também, de valorização da História e dos seus heróis revolucionários, como Che Guevara, que o Congresso homenageou.

Em Portugal, a recente visita de Aleida Guevara, filha mais velha de Che, com a sua intervenção sincera, serena e firme deu um valioso contributo para a compreensão da revolução cubana e a actualidade. Constituiu um incentivo ao necessário reforço da solidariedade do nosso povo a Cuba.

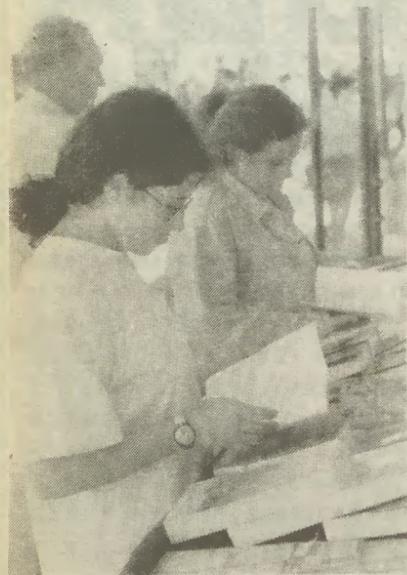
■ Mánuela Bernardino



Foto: Jorge Caria

## SEMANA

## Portugal na Feira de Frankfurt



A 49ª edição da Feira do Livro de Frankfurt foi oficialmente inaugurada dia 14, numa cerimónia que contou com a presença dos presidentes da República de Portugal, Jorge Sampaio, e da República Federal da Alemanha, Roman Herzog.

O Pavilhão de Portugal, que este ano é o país-tema, está situado na praça principal da Feira, onde ocupa uma área de cerca de 900 metros quadrados, desenvolvida em dois pisos.

A Feira do Livro de Frankfurt, que nesta edição vai ter concentrados sete mil expositores, dos quais 100 portugueses, abriu ontem aos visitantes profissionais, encerrando no próximo dia 21. O acesso ao público em geral está limitado aos dois últimos dias, prevendo-se uma afluência total de mais de 300 mil pessoas.

## África e Timor-Leste

A conferência internacional "África e a questão de Timor-Leste" teve início terça-feira em Maputo, terminando neste sábado.

Esta conferência - que se debruça sobre temas como a origem e o caminho

para a solução do actual conflito em Timor-Leste - é organizada por instituições universitárias e religiosas de Portugal e Moçambique e financiada pela Fundação das Universidades Portuguesas e pela Universidade Eduardo

Mondlane, de Maputo.

Neste encontro participam, para além de dirigentes da Fretilin e da UDT, o secretário executivo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), Marcolino Moco, Graça Machel, viúva do antigo presidente moçambicano, e representantes de diversas organizações de solidariedade para com a causa timorense.

Na sua intervenção, Marcolino Moco sublinhou que "a Indonésia não tem direito nenhum de fazer aquilo que faz, de violar de forma grosseira os direitos humanos e impedir a autodeterminação do povo de Timor-Leste".

Uma realidade que se faz sentir, de

forma dramática, no quotidiano da população timorense. Nestes últimos dias, o Centro para os Direitos Humanos em Timor-Leste e a Amnistia Internacional lançaram um alerta para a situação de nove timorenses presos na esquadra de Semarang e outros quatro detidos no quartel-general da polícia indonésia em Díli e que estarão a ser alvo de tortura, nomeadamente choques eléctricos.



## A fortuna de Saleiro

A suspensão de António Saleiro, ex-presidente da Câmara de Almodôvar, do cargo de governador civil de Beja, foi pedida pelo Grupo Parlamentar comunista e pelo Secretariado da DORBE do PCP.

Uma exigência que surge na sequência das notícias divulgadas pelo "Público" sobre a natureza dos negócios e a origem da fortuna entretanto acumulada por Saleiro.

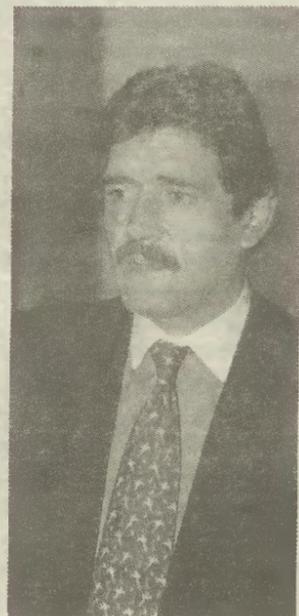
Segundo o "Público", a Polícia Judiciária está a investigar as ligações do ex-presidente da Câmara de Almodôvar a um empreendimento fantasma, cujos promotores são chineses e que nunca se chegou a concretizar. A Câmara terá recebido indevidamente uma verba de 22 mil contos referente às taxas de urbanização de um empreendimento turístico que um grupo chinês se propunha construir junto à mina de Neves Corvo, e que ainda não tem sequer o respectivo processo aprovado.

Para além disso, a autarquia beneficiou ilegalmente os promotores, prescindindo de integrar no domínio público municipal as cedências obrigatórias de terreno que a lei impõe aos loteadores.

António Saleiro estaria directamente envolvido em todo este negócio. Mais um, a acrescentar às suas possíveis ligações com a Petrogal e à obtenção do mono-

pólio do abastecimento de combustíveis no concelho onde foi presidente da Câmara.

Um conjunto de notícias que se vem somar às graves ilegali-



dades cometidas quando presidente da Câmara de Almodôvar, detectadas pela Inspeção Geral da Administração do Território (IGAT) e já anteriormente denunciadas pela imprensa.

Neste quadro, o Grupo Parlamentar do PCP levanta a questão da suspensão preventiva de Saleiro do cargo de governador civil e a de um "imediato, rigoroso e imparcial inquérito às relações entre a Petrogal e a firma MJ Saleiro" e à origem da sua noticiada fortuna.

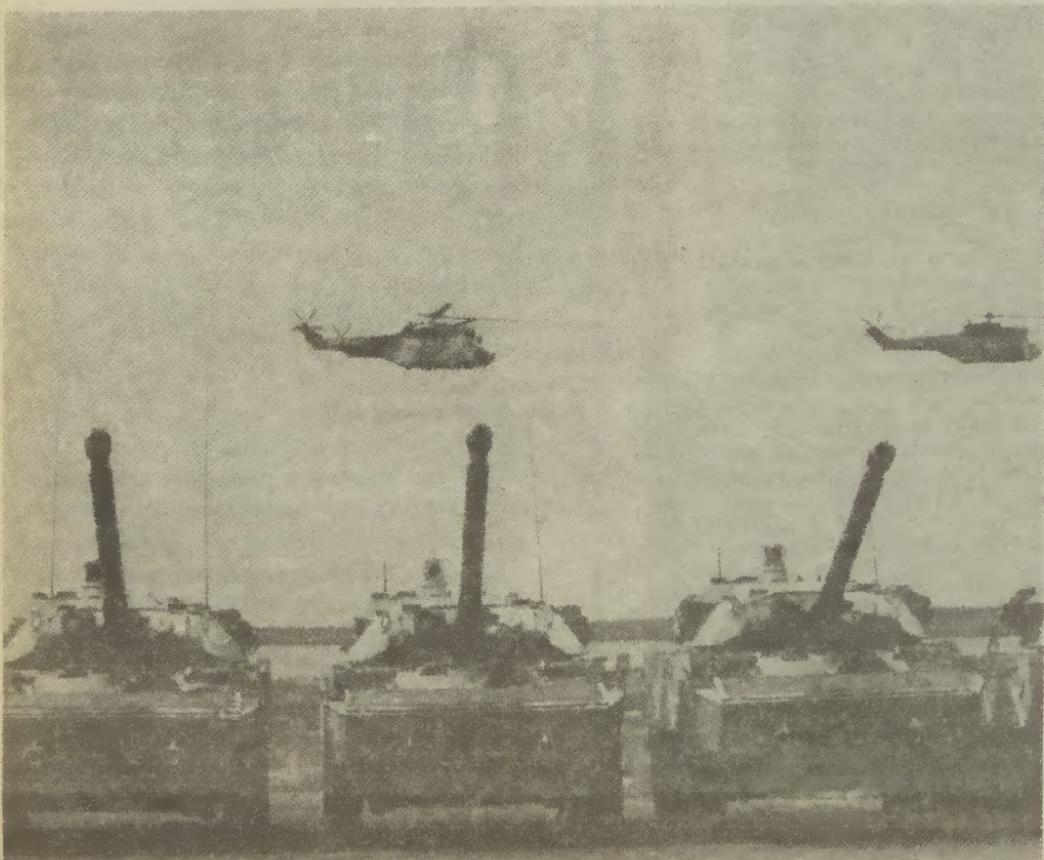
## Polícia nas obras?

A sugestão decorre das declarações do presidente da Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas do Norte, proferidas em conferência de imprensa sobre o problema dos acidentes de trabalho no sector. Sacudindo a responsabilidade do capote patronal, Maia Coelho, citado pelo "Público", disse que, «se os empreiteiros "tivessem ao seu dispor, para garantir a segurança nas obras os meios de

que o Estado dispõe para intervir na segurança nas estradas — e estou a falar de multas, de radares, de inibição de conduzir, de tribunais e até de prisões — não tenho dúvidas em afirmar que os acidentes nas obras baixariam drasticamente».

Na notícia não é referido nenhum comentário à exigência da CGTP de criminalização das violações patronais da legislação sobre segurança no trabalho.

## Corrida aos armamentos



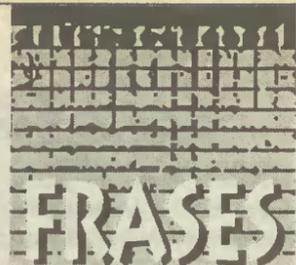
O ano de 1996 confirmou um aumento das vendas de armas em todo o mundo, após anos de declínio, conclui o relatório anual do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IIIE), agora divulgado em Londres.

O IIIE calcula em oito por cento o aumento das vendas de armas, com um volume total de negócio que ronda os 40 mil milhões de dólares, contra 36.900 milhões em 1995.

Os países que mais produziram e venderam foram os Estados Unidos (17 mil milhões de dólares), a Grã-Bretanha (8.800 milhões) e a França (5.00 milhões), contribuindo assim decisivamente para a corrida aos armamentos.

O principal comprador de armas foi, de longe, a Arábia Saudita. Aliás, a região do Médio Oriente foi a que mais armas comprou, com destaque para Israel e para o Irão.

No Sudoeste Asiático - outra zona grande compradora de armas, reflectindo, igualmente, as tensões regionais existentes - a Indonésia e a Tailândia voltaram a ser os maiores importadores, com 700 milhões de dólares cada.



“Quando disse que “a sociedade não existe, só existem indivíduos e famílias”, a sra. Thatcher criou um “slogan” de tremendas e, à data, imprevisíveis consequências subjectivistas. Ainda hoje tentamos domesticá-las.”

(João Carlos Espada - «Público», 13.10.97)

“Governar a capital é um exercício - menor em verbas, se quiserem - de transversalidade política, de competência polivalente. Joaquim Ferreira do Amaral só consegue esta verticalidade quando dorme.”

(Nuno Brederode dos Santos - «Expresso-Revista», 11.10.97)

“Em matéria de negociatas, a especialidade é do PSD e do seu líder. Ou não foi ele quem falou em conversas telefónicas, até às sete da manhã, com o ministro António Vitorino, aquando da revisão constitucional?”

(Luís Sá, na AR, durante a discussão da regionalização)

“Se o eng. Guterres está mesmo interessado na Regionalização deve explicar ao seu pessoal para que é que ela serve.”

(Ruben de Carvalho - «A Capital», 14.10.97)

“Jorge Sampaio não foi nem será candidato do PSD.”

(Marcelo Rebelo de Sousa - «Expresso», 11.10.97)

“Devemos desconfiar dos políticos que só fazem improvisos. Não asseguram consistência temporal ao que dizem e saem caro ao país.”

(Cavaco Silva - «A Capital», 09.10.97)

“Estou a conseguir ser ministro.”

(Manuel Maria Carrilho, Ministro da Cultura - «Público», 12.10.97)

“Tremi de puro pavor ao ler que Gonzalez tinha considerado Mário Soares “a consciência crítica de Portugal”.”

(José Saramago - «Visão», 09.10.97)

“Crise adiada: orçamento garantido afasta cenários de eleições antecipadas”

(manchete de primeira página - «Público», 14.10.97)

Mais de 100 automóveis em caravana pelas ruas de Mértola anunciaram, com um inesperado vigor na tarde soalheira do passado sábado, o comício-festa que a CDU realizou na «Vila Museu» para apresentar as suas candidaturas a todos os órgãos autárquicos do Concelho. A enorme fila de carros percorreu a povoação e desembocou nas instalações da EPAC, à entrada da vila, tomando literalmente o recinto num assalto de entusiasmo. A subida ao palco dos candidatos e do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, apenas levou ao rubro a vivacidade com que a multidão se foi chegando ao local. A evidência de que a pré-campanha autárquica da CDU no Concelho de Mértola estava a arrancar com sublinhada combatividade foi, em breve, explicada nos discursos dos oradores, quando acusaram frontalmente a candidatura do PS local de estar a receber o apoio do potentado capitalista António Champalimaud - também proprietário de vastas terras e interesses no Concelho - para, conluiado na sombra com o PSD, desalojar os comunistas da gestão da Câmara.

Os rumores do apoio financeiro de António Champalimaud à candidatura do PS já deslizam em voz corrente pelas ruas da vila, onde se aponta a dedo a profusão de materiais de propaganda criada especificamente para este Concelho, os luxuosos cartazes do candidato PS à presidência e a organização de dispendiosos espetáculos com expoentes da música pimba, a par de uma hollywoodesca (para não dizer grotesca) sigla do PS desmesuradamente pintada numa encosta sobranceira a Mértola. E ainda a procissão vai no adro, pois estamos apenas em pré-campanha eleitoral. Entretanto, este estardalhaço de novo-riquismo propagandístico do PS está a chocar a pacata vila, onde a sobriedade e a discricção são valores comportamentais. Acresce que Manuel Martins, o cabeça de lista do PS à Câmara Municipal, é gerente da agência local do banco Pinto e Sotto Mayor, do

## Mértola

# CDU com trabalho à vista PS com Champalimaud na sombra

grupo Champalimaud, o que significa que o candidato do PS é, nem mais nem menos, um empregado de António Champalimaud, facto que não teria qualquer importância se não fosse as suspeitadas «ligações perigosas» da candidatura PS de Mértola ao famoso monopolista, cujos interesses no Concelho são sobejamente conhecidos.

mina de S. Domingos / Não és vila nem cidade / És uma capela em ouro / Onde fica a mocidade»). Seguiu-se a subida ao palco dos primeiros nomes das listas da CDU a todos os órgãos autárquicos do Concelho de Mértola, acompanhados pelo mandatário concelhio da CDU, o arqueólogo Cláudio Torres, e por diversos responsáveis comu-

da Comissão Política responsável pela Organização Inter-Regional do PCP do Alentejo, e pelo Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, que encerrou o comício com uma intervenção de que apresentamos um resumo.

Sublinhe-se, entretanto, a vibrante recepção feita a Paulo Neto, actual presidente da Câmara de Mértola e de

ma eleitoral «há muito cumprido e largamente ultrapassado», sublinhou o candidato, no meio de grande ovação do público.

### Intervenção de Carlos Carvalhas

(...) Aqui em Mértola as eleições autárquicas estão mascaradas. Um partido que tem votos, o PSD, não concorre, enquanto outro, o PP, que não tem votos, concorre. Um enigma que é fácil ser desvendado. Como se diz aqui em Mértola, Champalimaud ditou a solução e está directa ou indirectamente a apoiar a campanha eleitoral do PS. Mas isto também torna a opção clara em Mértola.

De um lado está a força do dinheiro, do outro a força da razão e das convicções;

De um lado os que se querem servir da autarquia e do povo para os seus interesses, do outro os que querem trabalhar para o povo e com o povo;

De um lado os mandatários do Champalimaud e dos Saleiros, do outro homens, mulheres e jovens que se podem justamente reivindicar dos atributos do trabalho, honestidade e competência;

Mas se as opções são claras,

isto não significa que a batalha seja fácil.

Vai correr muito dinheiro em campanha eleitoral, muita demagogia e muitas promessas (...)

### Dos «troca-tintas» aos «cucos»

(...) Na convenção autárquica do PS lá estarão muitos eleitos mas também muitos «boys» candidatos, alguns troca-tintas e alguns cucos. Estes últimos são aqueles que gostariam agora de governar autarquias da CDU que têm já um grande trabalho de base feito, daquele trabalho que não dá nas vistas mas que é fundamental para a qualidade de vida de milhares de cidadãos. Mas o povo não gosta de troca-tintas, nem de boys, nem de cucos.

Ainda a propósito dos boys e do grande interesse nestas autárquicas, já manifestado por grandes capitalistas e grandes empreiteiros, creio que será útil deixar alguns avisos ou chamadas de atenção quer a Marcelo Rebelo de Sousa quer ao Eng.º Guterres.

A Marcelo Rebelo de Sousa que não se esqueça que Champalimaud pediu a Manuel Monteiro o cheque de volta e que pode voltar a fazer o mesmo...

Ao Eng.º Guterres que tenha em atenção os que vão para as autarquias e para o poder para dele se servir em proveito próprio, que tenha em conta o que tem sido publicado sobre o governador civil de Beja e que não se remeta ao silêncio em relação às questões incómodas.

### Uma campanha digna

(...) Os outros terão muito dinheiro para as campanhas eleitorais. Nós procuraremos chegar à inteligência e ao coração dos eleitores com verdade, com as nossas propostas, com o crédito da nossa coerência e do nosso trabalho.

Pela nossa parte, agiremos firmemente de acordo com a ideia de que a vida política portuguesa precisa de menos espectáculo e de mais seriedade, precisa de menos demagogia e de mais respeito pelos compromissos assumidos, de menos artificialismo e de mais verdade, de menos imposições do «pensamento único» e das «políticas únicas» e mais respeito pelo pluralismo de opções e de caminhos - e que, para tudo isto, é essencial uma activa e empenhada intervenção dos cidadãos. (...)



Vista geral da entusiástica multidão que acorreu à apresentação das candidaturas CDU a Mértola (em baixo) e pormenor do palco do comício, onde se vêem, da esquerda para a direita, António Vitória, Cláudio Torres, Paulo Neto, Carlos Carvalhas e José Soeiro



A juventude foi o grande motor da animação que caracterizou a festa-comício da CDU em Mértola

O comício-festa de apresentação de candidatos da CDU abriu da melhor maneira, com uma notável exibição do Grupo Coral da Mina («Ó

nistas, nomeadamente António Vitória, membro do CC do PCP e responsável pela Organização Regional de Beja, José Soeiro, o membro

novo cabeça de lista da CDU. «Decorridos quatro anos, saímos deste mandato de cabeça levantada e consciência tranquila» com o anterior progra-

# Carlos Carvalho na Voz do Operário

## Inovação e iniciativa marcam gestão em Lisboa

Com a participação de Carlos Carvalho, realizou-se, na quinta-feira passada, na Voz do Operário, um convívio com candidatos e apoiantes do PCP na Coligação «Mais Lisboa». Na ocasião, o Secretário-geral do PCP (numa breve intervenção, de que se transcreve extracto) referiu-se ao esforço da coligação para modernizar e transformar a cidade de Lisboa, alertando, porém, para as perspectivas e desafios que o novo mandato irá colocar.

«Permitam-me quatro breves referências, nesta iniciativa de candidatos e apoiantes do PCP na Coligação "Mais Lisboa".

Uma primeira referência, à contribuição dada pelos comunistas ao trabalho que as autarquias da cidade desenvolvem. Um trabalho que nas freguesias, na Assembleia Municipal e na vereação do Município concorre decisivamente para a diferença positiva que a gestão das coligações Por e Com Lisboa representa para a Cidade.

É hoje indesmentível o esforço de modernização e transformação urbanas que a

actual Coligação imprimiu à Cidade. Não deixamos de reconhecer que nem tudo foi resolvido, nem todas as opções foram adequadas e que é necessário mais trabalho colectivo e estar de ouvidos bem abertos aos avisos, insatisfações e também às críticas e sugestões. Mas salta à vista a viragem que foi possível transmitir à gestão no conjunto da cidade e muito particularmente a inovação, e as iniciativas que no âmbito das suas responsabilidades os vereadores do PCP imprimem aos pelouros pelos quais são responsáveis.

Uma segunda referência, para a contribuição que o PCP, os seus candidatos e o conjunto da organização serão chamados a dar na batalha eleitoral que temos presente.

Uma contribuição que naturalmente exigirá o empenhamento e a determinação dos nossos candidatos e activistas para barrar caminho a uma nova tentativa da direita para chegar ao governo da Cidade.

Por muitas caras que pretendam apresentar ao eleitorado ou por mais disfarçadamente que tente apresentar os seus reais apoios, a verdade é que a candidatura de Ferreira do Amaral não é mais que a tentativa da reposição do modelo de gestão PSD/CDS a que Kruz Abecassis deu rosto na década de 80, e a que a cidade e a sua população, lúcida e determinadamente, puseram fim. Depois, o actual candidato da direita só terá para apresentar a face visível e co-responsável da governação cavaquista com



O terceiro mandato da Coligação deverá, segundo Carvalho, confirmar as suas características mais positivas e diferenciadas

todas as marcas sociais, autoritárias e desumanizadas que caracterizam a política de direita.

Mas não subestimemos as exigências desta batalha eleitoral. Os meios a que a candidatura adversária recorrerá não se compadecerão com hesitações ou atrasos no desenvolvimento da nossa campanha.

Uma terceira referência, para as perspectivas e desafios que o novo mandato colocará.

Concluídas ou adiantadas que estão as grandes obras e transformações urbanas, o trabalho dos eleitos do PCP deverá ser ainda mais marcado por uma atenção à qualificação da vida da população, às grandes

e pequenas obras e arranjos, ao embelezamento dos pequenos espaços, ao estímulo à intervenção cívica, à vivificação social da cidade e à preservação da história, tradições e população que a viu crescer e transformar-se. É necessário que este terceiro mandato confirme as características mais positivas e diferenciadas da Coligação.

Uma última referência para a batalha geral e os objectivos que todos nós comunistas prosseguimos nesta Região. A vitória na Cidade de Lisboa, no quadro da Coligação "Mais Lisboa" e a confirmação, reforço e conquista de novas posições para a CDU na Região de Lisboa, constituirá

o reconhecimento do valor do projecto autárquico e uma afirmação da força e influência do PCP e da CDU.

Uma força e influência, de que o exemplo de Lisboa é testemunho, indispensável para abrir novos caminhos e soluções alternativas para o futuro político do país.

Nós orgulhamo-nos de termos contribuído com a nossa opinião, empenho e intervenção determinada para o melhor que se tem feito na cidade, de termos deixado a marca da CDU em muitas direcções do trabalho em Lisboa. E assim deveremos continuar, na câmara e nas freguesias que são a célula mais viva e mais importante do Poder Local.»

## Alentejo

### Uma região não se mede apenas pela sua área

Em comunicado, o Organismo Inter-Regional do Alentejo do PCP congratula-se com a aprovação pela Assembleia da República da Lei da Criação das Regiões Administrativas, que consagra o Alentejo como uma única região, tal como maioritariamente foi expresso pelas diversas organizações políticas, económicas, sociais e culturais da região. E como apontavam os vários estudos que, desde 1976, foram feitos em torno desta problemática.

Segundo o PCP, «uma região não se mede apenas pela sua dimensão territorial» e o Alentejo «é uma região desertificada e envelhecida, que tem pouco mais de 5% da população do País e que no plano económico representa igualmente pouco mais de 5% do Produto Interno Bruto». Dividir, pois, o que «junto já tão pouco representa», seria, na opinião dos comunistas, «condenar o Alentejo e os alentejanos ao atraso e ao subdesenvolvimento».

O ORA do PCP rejeita depois a ideia que o PS tenta agora

«vender», de que foi obrigado a «ceder à chantagem do PCP». E, lembrando a proposta que em 15 de Março de 1996 fez às várias estruturas do PS, no sentido de em conjunto avaliarem as propostas em discussão e a forma de envolver no processo o máximo de instituições e agentes, diz ter esta merecido da parte dos socialistas a resposta de que «na altura própria se desenvolverão os debates também próprios». «Altura própria» que nunca chegou, já que o PS sabia que a sua proposta não tinha viabilidade nem aceitação.

A verdade é que das 47 Assembleias Municipais que o Alentejo tem, só três (Almodôvar, Ferreira do Alentejo e Moura) se pronunciaram pela divisão do Alentejo. Ora, como a CDU tem maioria em 25...

Aliás, lembram ainda os comunistas, nem sempre foi esta a opinião do PS, cujos primeiros projectos defendiam apenas uma região para o Alentejo. Como também não foi a do PSD que, a 23 de Maio de 1994, afirmava

querer uma única região no Alentejo, «ciente da sua unidade e homogeneidade». Perguntava então o PSD: «Como é possível fingir não perceber que sem uma economia auto-sustentada nenhuma região sobrevive, e que essa auto-sustentação de base económica regional exige racionalidade e uma dimensão que, à escala europeia, não é compatível sem um número de habitantes inferior a um mínimo de 250.000!»?

Por tudo isto conclui o ORA do PCP que, se PS e PSD defendessem, de facto, duas regiões - no Baixo e no Alto Alentejo - nunca teriam mantido, ao longo destes últimos 17 anos uma só Comissão de Coordenação da Região Alentejo nem teriam levado para Évora os serviços que, como o PCP sempre defendeu e defende, nunca de Beja e de Portalegra deviam ter saído.

Por outro lado, se fosse a ambição que movesse as propostas do PCP, então o PCP defenderia não uma mas quatro regiões (Beja, Évora, Portalegre e Litoral), três das quais ganharia com grande probabilidade.

Lamentável é, diz o PCP, que o PS, «com as suas cedências aos adversários da regionalização», tenha comprometido a possibilidade de realizar eleições para as regiões Administrativas em Dezembro, em simultâneo com as eleições para as autarquias.

## Ensino Superior

### Um orçamento «escasso»

A proposta de Orçamento do Estado para 1998 caracteriza-se, segundo a Comissão Nacional do Ensino Superior do PCP, por um incremento de apenas 4,2 por cento para o funcionamento das universidades e politécnicos públicos o que é «claramente inferior aos efeitos conjugados da inflação e do aumento do número de vagas de acesso (11%)». Se se isolar, contudo, o orçamento proposto só para as universidades o incremento é ainda menor, ou seja de apenas 3,1 milhões de contos.

Mas, para os comunistas, a gravidade maior reside no facto de o montante desta proposta de orçamento de funcionamento, determinado a partir da fórmula de financiamento existente há vários anos, ter conduzido a um valor global de 114 milhões de contos, a que foram «incompreensivelmente» retirados 10,3 milhões de contos (8,4 que o Ministério da Educação pensa cobrar de propinas e 1,9 milhões de um corte aliatório).

Assim, contrariamente ao que havia sido prometido, a verba a cobrar das propinas não surge como *aditiva* mas como *substitutiva*.

Quanto à acção social escolar no ensino superior público, a proposta de orçamento regista um aumento de apenas 3,1 milhões de contos, o que, tendo em conta o universo de 210

mil alunos e o «nível miserabilista» da acção até aqui prestada, é para o PCP «demasiado escasso».

Igualmente grave é o que se passa com a contribuição do PRODEP/Fundo Social Europeu para as despesas do orçamento de funcionamento que, registando um novo crescimento relativo, tornará ainda mais «pesada e aleatória» a gestão corrente das escolas.

O Orçamento do Ensino Superior para 1998 constitui uma «questão de incontornável e decisiva importância», para a resolução dos problemas que atingem o sector, pelo que «é indispensável» que o Ministério de Educação torne públicos, «com verdade e transparência», todos os elementos e critérios relativos à proposta de Orçamento para 1998.

A Comissão Nacional do Ensino Superior do PCP reclama ainda do Ministério da Educação que preste explicação da «baixíssima execução financeira das despesas de investimento cobertas pelo PRODEP/FEDER que, em 1996, foi de apenas 47,5% do programa, chamando a atenção para o facto - oficialmente adjectivado de «alarmante» - de, em relação a 1997, para uma execução prevista de 21,4 milhões de contos só ter sido contabilizado, no fim de Setembro, uma despesa de 4,7 milhões de contos.

## CAMARADAS FALECIDOS

### Joaquim Amaro Cavaco

Faleceu recentemente, com 74 anos de idade, o camarada Joaquim Amaro Cavaco. Membro do Partido desde 1978, estava organizado na freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, onde residia.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

PCP

CDU

## COIMBRA

### Bipolarização prejudica o distrito

Da análise que, no passado dia 9, fez à situação política, social e eleitoral do distrito, a Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP concluiu que as alterações verificadas, em relação à situação que se vivia em 1993, indiciam um crescimento de votos e eleitos da CDU. Porque aqueles que em 1993 votaram PS para penalizar o PSD constataram já que, nos traços essenciais, estes partidos seguem a mesma política e utilizam os mesmos métodos.

Assim, há apenas dois anos era o PS que denunciava as visitas de ministros e secretários de Estado do governo PSD ao distrito e a utilização de cargos públicos para interesses partidários, hoje repetem-se os motivos de denúncia... só que agora as visitas são de ministros e secretários de Estado do Governo PS.

Para o PCP a bipolarização que, «na ânsia de maiorias absolutas», tem sido criada em Coimbra é prejudicial ao distrito, servindo apenas para «sustentar» clientelas partidárias. As autarquias do distrito com responsabilidades do PS e do PSD, alternadamente dependentes do poder central, perderam a capacidade de resolver problemas e reivindicar a concretização de obras essenciais às populações, levando a que o distrito de Coimbra perdesse peso no contexto nacional.

Em contraste com a actuação destas forças políticas está a CDU, que se apresenta a estas eleições «disposta a alterar a situação» e com «um reconhecido património de vontades, honestidade e capacidade de trabalho para colocar ao serviço das populações». Com o reforço eleitoral da CDU, diz a DORC do PCP, «ganham as populações».

## ALGARVE

### Eleita nova Região de Turismo

Com a margem mínima de um voto, um colégio eleitoral de 33 membros, dos quais 22 eram do PS, elegeu, no passado dia 6 de Outubro, os novos órgãos da Região de Turismo do Algarve. A curta margem por que foi eleita a lista «apadrinhada» pelo PS revela não só a sua falta de apoios como «fragiliza gravemente» a posição de quem agora foi eleito, diz a Direcção da Organização Regional do Algarve, para quem «o novo ciclo que se abriu não vai servir o Algarve e o Turismo». Para a DORAL, a única posição digna a tomar pelos recém-eleitos seria, assim, a recusa em tomar posse, abrindo caminho a uma solução mais equilibrada e representativa, em relação a forças políticas e sectores associados à actividade turística.

Por outro lado, ao «apadrinhar» uma lista dominada por associações patronais associadas a actividades económicas especulativas, o PS não só revela a natureza da sua política, como condiciona e inviabiliza mesmo os consensos necessários para reivindicar para a RTA mais competências e meios.

## BEJA

### Urge apurar factos

Face à gravidade de notícias divulgadas pelo jornal Público, envolvendo António Saleiro, dirigente do PS e governador civil do distrito, a Direcção da Organização Regional de Beja do PCP exigiu a suspensão deste representante do Governo e a abertura de um rigoroso inquérito aos factos ocorridos.

A esta exigência respondeu o PS, um dia depois, falando de «provocações», «demagogia» e manobras de diversão, fugindo ao apuramento dos factos, co-responsabilizando-se com as acções de António Saleiro.

Entretanto, face aos novos dados e abundantes pormenores que voltaram a ser noticiados sobre alegadas actividades de António Saleiro, a DORBE veio de novo a público reafirmar a sua exigência de um inquérito aos factos e da imediata suspensão de António Saleiro de governador civil de Beja.

## LISBOA

### Acordo secreto na TAP?

Os comunistas da TAP, fazendo eco das preocupações dos trabalhadores sobre as implicações para o futuro da empresa do «ainda não conhecido» acordo estratégico com a SWISSAIR, emitiram um comunicado onde, salvaguardando reflexão posterior e mais aprofundada, criticam o «secretismo» que, a pretexto da concorrência, tem rodeado este acordo, «legitimando» todas as especulações.

«É inadmissível», considera a célula da TAP, que «o Governo tenha permitido ou mandado que o Conselho de Administração da TAP, ultrapassasse a legislação portuguesa, subordinando-se mais uma vez perante a concorrência transnacional». «Estão em causa o direito de soberania e o direito laboral», diz o PCP, para quem a necessidade de a TAP fugir ao isolamento e eventualmente negociar programas de passageiros «não significa alienar ou vender a TAP e muito menos a qualquer preço».

Os portugueses «têm direito à transparência», dizem, por fim, os comunistas, defendendo para a TAP um C.A. competente, «mais virado para a gestão do que para a partidarização da empresa».

A poucos dias do final do prazo para entrega oficial das listas aos órgãos autárquicos, as estruturas locais da CDU continuam a promover sessões de apresentação pública de candidatos.

## ALCOUTIM



Rogério Teixeira

No passado sábado, durante um jantar de confraternização que contou com mais de seis dezenas de participantes, a CDU apresentou o cabeça de lista à Câmara Municipal de Alcoutim, Rogério Inácio Teixeira. Na sua declaração, o candidato abordou a situação no concelho, criticando as gestões anteriores, quer do PS, a mais antiga, quer a actual do PSD, e divulgou as propostas da CDU para o próximo mandato, com especial acento no aproveitamento das potencialidades turísticas da região, nomeadamente do turismo ligado ao desporto.

Usaram também da palavra o presidente da Assembleia Municipal, eleito pela CDU, que fez um balanço da actividade da CDU no concelho; Carlos Luís Figueira, membro da Comissão Política do PCP, que inseriu a campanha no concelho na campanha geral da CDU no Algarve; e Carlos Brito, director do nosso jornal, que saudou a renovação das listas da CDU como demonstração da sua vitalidade no concelho.

Na iniciativa esteve também presente uma delegação da CDU de Vila Real de Santo António, dirigida pelo presidente da Câmara Municipal, António José.

Rogério Teixeira tem 41 anos de idade, é licenciado em História e Filosofia, e membro do conselho directivo da Escola Secundária João de Deus, em Faro. É vice-presidente da Associação de Ciclismo do Algarve, tendo participado como relações públicas nas Voltas do distrito de 1994 e 1995. Preside desde a sua criação à direcção da Associação de Caçadores do Grainho, participando nas organizações das 1ª e 2ª Feiras de Caça do Algarve. Em Alcoutim, foi presidente, desde a sua fundação e durante 15 anos, do Centro Recreativo e Cultural do Laborato e participou na constituição da Associação de Caçadores de Castelhanos e Laborato, a cuja Assembleia Geral presidiu.

## Candidatos CDU

### ALMEIDA



José Gata

Depois de ter anunciado o candidato à Assembleia Municipal de Almeida, José Monteiro Vaz, professor e treinador de futebol, a Coordenadora da CDU divulgou recentemente o candidato à Câmara Municipal. Trata-se de José Antunes Gata, de 52 anos de idade, licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa. Foi assessor do Ministério das Finanças na Direcção Geral de Alfândegas, pertencendo igualmente à respectiva Comissão de Trabalhadores. Membro do PCP, integrou a Direcção do Sindicato da Função Pública do Sul e Açores.

### AROUCA



José de Jesus Oliveira

Em Arouca, a CDU divulgou recentemente o seu cabeça de lista à Câmara. Trata-se de José de Jesus Oliveira, de 37 anos de idade, engenheiro agrícola, residente em Cabeçais. Candidato independente, é presidente da direcção da Associação Cultural e Recreativa de Fervedo e colaborador da Comissão organizadora das Festas da N.ª S.ª da Saúde para 1998.

### CÂMARA DE LOBOS



Mário Tavares

O padre Mário Tavares, de 62 anos de idade, ex-deputado da CDU na Assembleia Regio-

nal da Madeira e eleito na Freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, é o cabeça de lista à Câmara Municipal, enquanto Diamantino Alturas, dirigente sindical, é o primeiro candidato à Assembleia Municipal de Câmara de Lobos.

Na inauguração da sede da CDU no concelho, realizada no passada semana, o candidato à Câmara apresentou à população as grandes linhas que norteiam a intervenção eleitoral da Coligação.

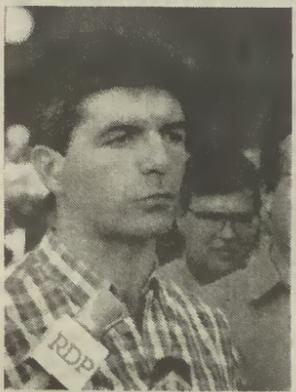
### FRONTEIRA



Floriano Cordeiro

A CDU divulgou recentemente os candidatos à Câmara e Assembleia Municipal de Fronteira, respectivamente Floriano Ludovico Cordeiro e Anabela Fino. O candidato à Câmara é natural de Benavila, tem 56 anos de idade, é técnico da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo/Direcção de Serviços de Florestais e vereador na Câmara Municipal de Fronteira. Anabela Fino tem 46 anos de idade, natural de Fronteira, é jornalista e chefe de Redacção adjunta do jornal «Avante!».

### FUNCHAL



Edgar Silva

No concelho do Funchal, o maior concelho da Madeira, com mais de 97 mil eleitores, a CDU já apresentou todos os cabeças de lista aos órgãos autárquicos. Para a Câmara Municipal, a lista é encabeçada por Edgar Silva, de 34 anos de idade, deputado da CDU na Assembleia Regional da Madeira. Leonel Nunes, de 47 anos de idade, dirigente sindical e deputado na Assembleia Regional, encabeça a lista para a Assembleia Municipal.

Defendendo a valorização do papel das freguesias no desenvolvimento local e na organização da luta reivindicativa das populações, a CDU/Madeira aposta forte nas listas para as dez freguesias do Funchal, tendo apresentado os cabeças de lista durante o encontro de candidatos e activistas realizado recentemente no Funchal.

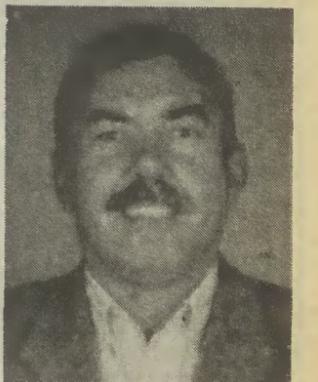
### V. N. FOZ CÔA



José Ribeiro

José Manuel da Costa Ribeiro, de 55 anos de idade, é o cabeça de lista à Câmara de Vila Nova de Foz Côa. Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, foi durante 18 anos presidente do conselho directivo da Escola Secundária de Vila Nova de Foz Côa. É vice-presidente da Associação para a Defesa e Desenvolvimento do Património do concelho, formador do Centro de Professores de Douro e Távora, para além de outros cargos em associações e colectividades diversas. O candidato à Assembleia Municipal é Eduardo Alfredo Reis Mota, tem 44 anos de idade e é professor do ensino secundário. Foi presidente do Clube de Caça e Pesca de VN de Foz Côa e é deputado municipal, eleito nas listas do PS em 1993.

### V. V. RÓDÃO



Aurélio Sobreira

Aurélio Mendes Bolete Sobreira é o candidato da CDU à Câmara de Vila Velha de Ródão. Na sua declaração, sublinha que o voto na CDU «vale sempre a pena» e lembra que «a eleição de membros da CDU tem contribuído para que nos órgãos autárquicos exista uma voz diferente». Aurélio Sobreira tem 54 anos de idade, é chefe da secção de desenho da Portucel e delegado sindical dos Técnicos de Desenho. Foi presidente da Mesa da Assembleia Geral dos Bombeiros Voluntários e integra a actual direcção da Santa Casa da Misericórdia. É eleito na Assembleia Municipal e é membro do Conselho Regional e da Comissão Concelhia de Vila Velha de Ródão do PCP. Em primeiro lugar na lista à Assembleia Municipal surge Maria Inês Pires Amaro, de 23 anos de idade, engenheira técnica e empresária agrícola.



## Junto ao povo da Madeira

O Encontro regional da CDU/Madeira decidiu lançar uma «Campanha junto ao Povo», que prevê o contacto directo com a população da Madeira e Porto Santo, o esclarecimento porta-a-porta e a sensibilização de amigos e colegas de trabalho para a necessidade do voto na CDU. A Coligação que leva a cabo uma ampla recolha de fundos para cobrir as despesas da campanha eleitoral, quer animar as ruas com as cores dos seus pendões e cartazes, com a distribuição de materiais e com carros de som. Os cerca de 130 participantes no encontro aprovaram ainda uma resolução que caracteriza a gestão autárquica do PSD e PS como «autoritária» revelando «insensibilidade para os problemas sociais» e permeável «aos interesses particulares e de grupos de pressão». Valorizando a acção dos quatro eleitos da CDU em Câmara de Lobos, o Encontro aprovou as principais linhas de orientação que colocam no centro «a afirmação da cidadania, o aprofundamento da intervenção e participação democrática, tendo por objectivo um desenvolvimento sustentado e com justiça social». Os candidatos divulgaram ainda um compromisso em que reafirmam o princípio de não serem economicamente prejudicados nem beneficiados pelo exercício do cargo público e garantem a prestação de contas da actividade autárquica da CDU, de forma pública e transparente, ouvindo permanentemente as populações, as suas propostas, sugestões e críticas.

## Manifesto eleitoral na Marinha Grande

Com a participação de centenas de apoiantes, activistas e candidatos da coligação, o encontro concelhio da Marinha Grande fez o balanço do trabalho realizado e definiu as linhas de orientação para as próximas eleições, aprovando um manifesto eleitoral. Este documento sublinha que «a CDU tem uma concepção e uma prática moderna e pioneira da promoção da cidadania, expressa na participação e intervenção directa e constante dos cidadãos na vida da comunidade». Traçando os principais objectivos programáticos do próximo mandato, o manifesto define a coligação como um «espaço aberto a todos quantos defendem o poder local democrático e agem em defesa das populações». Os 262 candidatos da CDU aos órgãos autárquicos do concelho conjugam «a sensibilidade, o saber e a energia» com «a experiência e a capacidade comprovada».

## Humanizar Coimbra

O candidato da CDU à Câmara Municipal de Coimbra, Jorge Gouveia Monteiro, divulgou um conjunto de medidas para uma política de zonas verdes no concelho. Segundo afirma, a cidade tomou-se «incómoda e agressiva», consequência de uma «má gestão urbana, do contínuo sacrifício do espaço público, dos logradouros e espaços verdes, em benefício do lucro obtido pelo espaço vendável». Entre as várias medidas propostas, estão a suspensão imediata da destruição da zona verde de protecção junto à Quinta da Maia; a elaboração de um plano de aproveitamento de espaços urbanos disponíveis para zonas verdes dentro e próximo de urbanizações; a urgente limpeza e recuperação do Choupalinho; a continuação do projecto do parque verde do Mondego; a abertura ao público da Mata do Botânico; a preservação da Mata da Geria/S. João do Campo; melhoramentos no Penedo da Saudade; reconversão da zona desportiva do Parque de Santa Cruz; criação de circuitos de transportes públicos para os parques de Coimbra e dotação da Divisão de Espaços verdes da Câmara com os meios humanos, logísticos e financeiros necessários.

## Lousã envia esgotos para o rio

Na falta de um sistema de tratamento de efluentes, a Câmara de Lousã instalou um colector em Foz de Arouce que encaminha esgotos directamente para o rio Arouce, afluente do Ceira de pequeno caudal que costuma secar durante o Verão. A instalação de infra-estruturas de saneamento em Foz de Arouce é prometida pela Câmara há mais de uma década. Contudo, a poucos meses das eleições, o executivo camarário decidiu avançar com uma obra parcelar que apenas serve um arruamento da freguesia e depois de ter garantido a construção de uma mini-estação de tratamento, o facto que é as águas residuais são despejadas directamente para o rio. A CDU considera intolerável esta atitude da câmara e afirma que está «em causa a saúde pública e o meio ambiente numa zona ribeirinha muito sensível».

Faro foi a cidade escolhida pelos deputados comunistas no final da semana transacta para a realização das suas Jornadas parlamentares. Durante dois dias procederam a um balanço da sua actividade, realizaram visitas a instituições da região e decidiram a apresentação de um conjunto de iniciativas e propostas de intervenção da Assembleia da República.

Contando com a participação do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, cuja intervenção publicamos nestas páginas, as Jornadas reiteraram o empenhamento dos deputados comunistas no sentido da procura de soluções para os problemas concretos e reais do País, respondendo simultaneamente às aspirações e necessidades dos portugueses.

Isto mesmo foi sublinhado pelo líder parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, no encontro com os jornalistas em que foram dadas a conhecer as principais conclusões dos trabalhos. Das visitas e encontros efectuados, assinalou, o destaque vai para a decisão de agen-

# Jornadas Parlamentares do PCP exigem Redução do IRS sobre

dar um debate de urgência sobre a rede viária do Algarve e acessos à região. Na base desta iniciativa, como tratou de explicar Octávio Teixeira, está a preocupação dos deputados do PCP quanto ao «elevado grau de indefinição e atraso em que

se mantém a execução dos acessos rodoviários ao Algarve, velha aspiração e necessidade da região e compromisso eleitoral do Governo PS», situação esta que viram confirmada durante a visita que efectuaram à CCR Algarve.

A Via do Infante, a Auto-estrada do Algarve e os itinerários complementares Lagos/Sines e Vila Real de Santo António/Mértola, continuam sem perspectivas concretas de execução, lembrou, enquanto que em matéria do Fundo de Coesão «constata-se a existência de graves indefinições quanto à sua utilização, ignorando-se designadamente quando e se vai ser executado o Programa de Distribuição de Água ao Barlavento Algarvio, o mesmo acontecendo relativamente à conclusão de várias ETARs».

Nota de relevo merece ainda a reunião de trabalho efectuada com

o Sindicato dos Professores da Zona Sul - no decorrer da qual foram enunciadas graves preocupações que estão a questionar o início do ano lectivo, contrariamente às informações do Ministério da Educação -, bem como a visita ao Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Olhão, a qual permitiu constatar, nomeadamente, como não obstante o trabalho meritório aí desenvolvido, o problema da toxicoddependência continua a atingir, também nesta região, uma dimensão extremamente preocupante, sem que sejam tomadas medidas, designadamente no Plano da Reinserção Social, capazes de minorar as suas gravíssimas consequências sociais e humanas.

### Iniciativas legislativas

A materializar em iniciativas legislativas a breve prazo, teste-

## Carlos Carvalhas "Estabilidade

Esta sessão legislativa tem vindo a ser marcada, nomeadamente por parte do PS e pelo governo, pelas questões institucionais e formais afastando, objectivamente e deliberadamente da opinião pública as graves questões socioeconómicas que afectam o quotidiano dos cidadãos.

É certamente a tradução da estratégia política definida por um membro do governo de que «é preciso arrear caminho». Arrear caminho não na alteração de políticas, como se vê, mas no marketing político, na imagem, no desviar de atenções, na pintura cor-de-rosa da realidade, através das estatísticas criativas e dos dados virtuais da economia.

Mas se alguma dúvida houvesse creio que este início de sessão legislativa teve pelo menos uma vantagem. É que tornou claro qual o principal objectivo da revisão constitucional. A pressa com que o governo veio apresentar projectos de novas leis eleitorais pôs a nu qual o verdadeiro objectivo da revisão constitucional e da negociação entre o PSD e o PS.

Isto é, o de criar uma espécie de funil eleitoral (os círculos uninominais) que imponha e force uma dinâmica de voto em torno apenas destes partidos. O de criar no fundo, ganhos de secretaria para o PS e o PSD, mesmo que disfarçados com muitos estudos universitários e com a «treta» da aproximação dos eleitos aos eleitores. Aliás em relação a esta questão e apesar de há anos andarmos a perguntar ao PS sobre qual seria a «aproximação» que passaria a haver entre o único candidato eleito e os eleitores (provavelmente a maioria) que não tivessem votado nele e que até tivessem a maior oposição ao seu partido, o que é certo é que até agora ainda não tivemos qualquer resposta.

Também ficou claro já no início desta sessão legislativa a trapalhada e a embrulhada que o PS teceu no articulado da vergonhosa revisão constitucional sobre a Regionalização e que vai criar sérias dificuldades à sua concretização e avanço.

Sobre esta questão e nestas jornadas parlamentares creio que se justifica, mais uma vez, lembrar e sublinhar o que várias vezes afirmámos: que era na votação da revisão constitucional que se definiriam as responsabilidades pela eventual inviabilização futura da regionalização e não quando se votarem as leis do referendo e a proposta de perguntas que a revisão impôs. É bom que o PS assumia as suas responsabilidades e que se deixe do jogo do disfarce.

A recente posição do governo indo ao encontro das reclamações do PSD é desautorizando os deputados do PS (Lacão...) e o grupo parlamentar no seu conjunto é mais um testemunho que mostra que para os principais decisores do PS a Regionalização é apenas um instrumento para a encenação até às autárquicas.

De facto em vez de se respeitar a decisão da maioria no referendo quer conceder-se uma espécie de veto aos abstencionistas. É mais uma saída de sendeiro do PS que faz sorrir o PSD e o presidente do grupo parlamentar que já afirmou que a Regionalização se haveria de ver por um canudo!

Abordando ainda as sequelas da revisão constitucional creio que também se justifica nestas jornadas, chamar a atenção para o facto de a pergunta proposta pelo governo sobre a União Europeia, seguindo na esteira do PSD, para além de ser uma mistificação, vir mostrar também tal como sempre afirmámos que o povo português não se vai pronunciar sobre a ratificação do novo tratado da UE e sobre a participação de Portugal na moeda única.

O que se está a congeminar é

uma mera fantochada de referendo. A pergunta proposta, «Portugal deve continuar a participar na construção da União Europeia que resulta do Tratado de Amesterdão», condiciona desde logo a resposta.

A primeira parte da pergunta que é aquilo que qualquer cidadão mais retém não é questionada por nenhuma força política. Nenhuma força política coloca a questão de Portugal não participar na construção europeia. Esta pergunta, como aliás as formuladas pelo PSD que com o PS constituem o «bloco central» pró Maastricht, mostra que estes dois partidos o que querem é um simulacro de referendo, uma pseudo-legitimação na base de perguntas habilidosas e polítmicas.

Por isso a questão que daqui colocamos é a seguinte: Senhor Primeiro-Ministro, Senhores membros do governo, digam com clareza para que serve este referendo, digam com clareza qual o seu alcance, digam o que é que sucederia se o «não» ganhasse nesse referendo. Que consequências é que teria? Ficamos a aguardar pela resposta que se quer sem subterfúgios. Nós não pactuaremos com fantochadas e com mistificações.

Nós combateremos a ideia de se vir a gastar dinheiros públicos que tanta falta fazem ao país para alimentar uma fantochada, uma aldrabice de consulta popular.

Se querem de facto ouvir o povo português sobre questões relevantes, então aceitem a proposta que fazemos, isto é que, o povo português seja consultado «sobre se está ou não de acordo com avanços da integração europeia significando maiores transferências de soberania, a supressão do escudo como moeda nacional, e a existência de um Pacto de Estabilidade com pesadas multas para os países que não cumpram os critérios de convergência de Maastricht». Esta é uma pergunta sobre factos concretos que o PS teima em esconder ao povo português.

A nossa postura em relação à integração europeia tem sido, como os exemplos o mostram, o de, por todos os meios, procurar limitar todos os efeitos negativos e estimular tudo o que surja de positivo, contribuindo e mostrando sempre disponibilidade para potenciar o poder negocial de Portugal. Este é o traço mais específico da nossa intervenção. A intervenção pela proposta e pela positiva e isto tanto na Assembleia da República como no Parlamento Europeu.

### Dois anos de governo PS

Hoje não há analista político, ou comentador que não afirme que nas

## Orçamento de Estado para 1988 Não às restrições nas áreas sociais

A redução dos benefícios fiscais aos capitalistas (rondam já os 200 milhões de contos anuais), fazendo repercutir simultaneamente os ganhos de receita daí decorrentes na redução visível do IRS que incide sobre os rendimentos do trabalho, constituiu uma das exigências ao Governo formulada a propósito do Orçamento de Estado para 1988 pelos deputados comunistas nas suas Jornadas Parlamentares.

A adequada dotação de verbas em áreas sociais, designadamente no plano da educação e da saúde, foi igualmente reclamada pelo Grupo comunista, que insiste em ver integralmente cumprida a Lei das Finanças Locais.

Anunciadas nas conclusões das suas Jornadas, estas orientações constituem uma primeira abordagem da formação comunista relativamente ao conteúdo previsível do Orçamento de Estado, o qual, alerta, por ser o «da «adesão» à moeda única», manterá certamente as «orientações restritivas em matéria de despesa» e a «continuação do peso excessivo da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho».

«Tudo - como evidenciou Octávio Teixeira - com o objectivo exclusivo prosseguido pelo Governo do cumprimento dos critérios nominais de Maastricht para a integração na moeda única.»

# rendimentos do trabalho

munhando as suas preocupações actuais, os deputados comunistas querem ver concretizada a possibilidade de as freguesias constituírem associações para a administração de interesses comuns, do mesmo modo que pretendem consagrar em lei o direito de os cidadãos (em número mínimo de cinco mil) apresentarem projectos de lei à Assembleia da República, estimulando deste modo um importante direito de participação que representa uma forma efectiva de aproximação aos eleitores.

Outros temas vão igualmente ser objecto de projectos de lei com a assinatura de deputados comunistas, como sejam, por exemplo, a legitimidade da intervenção judicial das Associações Sindicais, a proibição de qualquer discriminação salarial dos jovens, ou a certificação das suas habilitações a licenciados que não paga-

ram as propinas na vigência da lei do PSD.

## Política Comum de Pescas

Outro capítulo que dominou a atenção dos parlamentares comunistas foi a política de pescas. Como salientam as conclusões das Jornadas, as orientações de política para o sector nos últimos anos assentaram, no fundamental, em restrições do esforço da pesca, com abate indiscriminado da frota, o que tem ocasionado crescentes dificuldades para pescadores e armadores, comprometendo ao mesmo tempo o futuro do sector.

Urge, pois, na perspectiva dos deputados comunistas, alterar profundamente as políticas nacional e comunitária de pescas, designadamente quan-

do se aproxima o momento da revisão da Política Comum de Pescas. Daí a sua decisão de apresentarem na Assembleia da República um Projecto de Resolução defendendo, designadamente, três orientações essenciais para a revisão da política comum de pescas e para a defesa das pescas nacionais: "o acesso exclusivo da frota nacional à zona do Mar Territorial (12 milhas), que não está garantido; o acesso preferencial da frota nacional à zona contígua do Mar Territorial (pelo menos até às 24 milhas) como área de defesa e protecção dos recursos pesqueiros nacionais; a garantia de instrumentos e medidas financeiras que, no plano social, compensem os trabalhadores da pesca pelas consequências das restrições do esforço de pesca".

## Referendo europeu

As Jornadas Parlamentares analisaram e debateram ainda as propostas do Governo e do PSD para as perguntas do "Referendo sobre a Revisão do Tratado da União Europeia", tendo concluído, a este respeito, que, quer uma quer outra, constituem uma autêntica fraude.

"Nenhuma das questões essenciais da evolução do processo de integração europeia é colocada nessas perguntas", assinalou Octávio Teixeira, exemplificando com o facto de o PS e o PSD não quererem dar a oportunidade aos portugueses de se pronunciarem sobre a evolução da integração europeia no sentido de cada vez maiores transferências de soberania.

# Octávio Teixeira na abertura Pairam perigos sobre a instituição em concreto das Regiões

No seu discurso de abertura das Jornadas Parlamentares, Octávio Teixeira, presidente do Grupo comunista, prestou uma particular atenção à questão da Regionalização. Facto compreensível, tanto mais que, para além da relevância política da matéria, ainda na própria véspera o Parlamento dera o "sim" à criação das Regiões Administrativas, com a aprovação da respectiva lei.

O líder parlamentar comunista reiterou a convicção da sua bancada quanto à importância da regionalização administrativa do Continente, enquanto reforma democrática do Estado com notável alcance em termos de descentralização, aprofundamento da democracia e criação de melhores condições para o desenvolvimento regional.

Uma reforma, sublinhou, essencial para combater as assimetrias económicas e sociais que dividem o todo nacional. Desta vontade de corrigir as desigualdades falou ainda o deputado comunista, lembrando, a propósito, o caso da região e da população algarvias que, disse, "há muitos e muitos anos", são o "expoente por excelência da vontade da maioria dos portugueses para que esta reforma se concretize".

Mas as palavras de Octávio Teixeira não se limitaram a testemunhar o regozijo da bancada do PCP pela aprovação da lei de criação das regiões. Serviram sobretudo para deixar um alerta para os perigos e obstáculos que poderão ser colocados à concretização e instituição em concreto das Regiões Administrativas. Desses riscos falou Octávio Teixeira, chamando a atenção, por um lado, para a "força tendencialmente bloqueadora dos partidos de direita" - força essa "potenciada pelo acordo de revisão constitucional que com eles o PS fez" -, e, por outro, para a "visão minimalista" que o Primeiro-Ministro e o seu Governo têm quanto às funções das regiões.

## Os bloqueios da direita

Ainda na semana transacta estas mesmas questões estiveram no centro do debate parlamentar no decorrer do qual foi aprovado por socialistas e comunistas o mapa das regiões. Na ocasião, por iniciativa da bancada do PCP, foi deixado claro que existem perigos que espreitam a efectiva criação das regiões. Sintetizando-os, para João Amaral, "não só a sua instituição pode ser bloqueada nas dificuldades do referendo, como elas podem ser esvaziadas de funções, reduzindo-lhes o seu campo de intervenção".

"O referendo foi uma imposição do PSD e do PP, que o PS aceitou e assumiu. Mas o PSD e o PP, como hoje se vê claramente, não queria o referendo para que a regionalização se fizesse, mas precisamente o contrário, para impedir. Os senhores deputados, que votaram a revisão constitucional e a forma como foi lá inscrito o referendo, assumiram a responsabilidade de uma enorme trapalhada, acerca de perguntas, da eficácia, dos prazos, que põe a revisão em perigo", advertiu João Amaral.

Também o deputado comunista Luís Sá, num discurso de fundo em que desenvolveu sólidos argumentos a favor das regiões, aludiu ao "quadro complicado de instituição das regiões" saído da lei de revisão constitucional, criticando nele o que considerou ser a "subalternização dos municípios".

"Em vez de um referendo orgânico, em que a última palavra caberia aos municípios e em que haveria toda a flexibilidade para as diferentes alterações - assinalou - teremos um quadro de um duplo referendo em que o voto de uma parte do território mais populosa pode esmagar a vontade de regiões em que a votação favorável até possa ser de 80 por cento ou 90 por cento".

Quanto a um eventual esvaziamento de funções das Regiões que parece estar na mira do Primeiro-Ministro - recorde-se que este já afirmou em entrevista televisiva que as regiões só deviam intervir na escolha dos investimentos e no seu estudo -, uma tal hipótese, no entender do PCP, é inaceitável, como fez questão de frisar João Amaral, afirmando a propósito que "assim, verdadeiramente, não teríamos regiões, mas tão-somente comissões técnicas eleitas".

"Não aceitaremos tal solução que desvirtua o sentido profundo desta grande reforma do Estado", concluiu.

# em primeiro lugar social"

questões essenciais e estruturantes o governo PS prossegue a política cavaquista.

Analistas políticos e até ex-membros do governo, dirigentes e simpatizantes do PS têm-no afirmado quer numa apreciação global, quer sectorialmente, desde a política cultural até à política económica.

E mesmo entre aqueles que afirmavam que o governo PS pelo menos no estilo, na arrogância e no exercício do poder era diferente, hoje verificam com desgosto que nem no estilo as diferenças são de monta.

O uso e abuso do aparelho do Estado, por exemplo ao serviço da campanha eleitoral do PS ultrapassa tudo o que seria imaginável. Já não se sabe onde começa o governo civil e a sede distrital do Partido do governo, nem onde começa a acção do coordenador da campanha eleitoral do PS e onde acaba a intervenção do Ministro do Equipamento. É um fartote em que se fundem os boys, as promoções, os cheques e sacos azuis e as visitinhas dos mais diversos ministros e secretários de Estado.

Por isso foi sem estranheza que ao comemorarem estes dois anos de governo lá se ouviu o sucedâneo da teoria cavaquista do «oásis» na intervenção do Primeiro-Ministro e a do «nós ou o caos» na intervenção de Jorge Coelho. E numa de forte miopia, até tiveram a insensatez de gritarem que «do governo só a oposição diz mal» quando uma simples revisitação por recentes afirmações de vários deputados do PS os deveria levar, a pelo menos a uma maior prudência e comedimento...

Mesmo em relação à coesão do governo parece que já não lhes basta as lutas entre Ministros e Secretários de Estado e de a remodelação governamental estar suspensa apenas por causa das autárquicas...

Mas o que deixaram no Coliseu de mais claro, foi uma grande ambição. Não a ambição de procurarem dar respostas urgentes às situações sociais mais gritantes mas sim, em conquistarem o «poder absoluto». Isto é, a poderem estar sentados, com mais arrogância, menos fiscalização e mais segurança, à mesa do Orçamento.

O de juntos poderem gozar as delícias do poder sem se preocuparem com a fiscalização e com as oposições; o de juntos poderem continuar ainda com mais opacidade a dar curso aos «toto negócios», às Lisnaves, às Torraltas e aos Autódromos; o de juntos poderem continuar a dar curso ao saque das empresas públicas e a alienarem a independência nacional.

O de juntos continuarem a fazer Portugal à medida dos seus interesses e dos interesses da alta finança.

Dois anos de promessas na gaveta bem poderia ter sido o lema das festividades no Coliseu.

Prometeram fazer da droga o inimigo público número um e os dados oficiais não só mostram a sua expansão como qualquer cidadão conhece onde ficam os verdadeiros hipermercados da droga que à luz do dia traficam livremente.

Prometeram fazer do combate ao desemprego a primeira prioridade e o que se vê é que apesar da limpeza dos ficheiros a mando do governo, o desemprego não só não diminuiu como a maioria do emprego criado é precário, mal pago e sem direitos.

Prometeram mais segurança, mas com o desemprego, o trabalho precário, e o aumento do flagelo da droga a insegurança e a criminalidade continuam a aumentar.

Prometeram a semana das 40 horas e continuaram a negá-la a milhares de trabalhadores.

Prometeram melhor ensino e passados dois anos o que temos é o eli-

tismo e a degradação escolar e a paixão pelas propinas e os *numerus clausus*.

Prometeram mais e melhores cuidados de saúde e a verdade é que dois anos depois a situação no conjunto do Serviço Nacional de Saúde (SNS) continua a degradar-se, com as inadmissíveis listas de espera e atrasos nos atendimentos dos utentes, mesmo para os portadores de doenças graves.

Enfeitam-se com os agregados macro-económicos da economia, que em boa parte são virtuais, fruto de engenharias contabilísticas, mas que não alteram a realidade. Servem apenas de propaganda.

(...)

Impõe-se uma outra orientação, impõe-se uma outra política.

Mesmo pontualmente continuamos a insistir que era possível e era social e economicamente justo aumentar-se extraordinariamente as pensões e reformas abaixo do salário mínimo nacional em pelo menos três mil escudos, aumento este que deveria ser adicionado com as actualizações anuais feitas em sede de Orçamento.

Do mesmo modo reafirmamos que era possível diminuir desde já as tarifas da electricidade, acabando com esse autêntico

imposto que os consumidores estão a pagar para favorecer a privatização da EDP.

Pensamos também ser necessário encarar, a exemplo de outros países europeus, uma ajuda aos pais, em relação ao cabaz do ensino, nomeadamente em relação às despesas escolares que todos os anos em Setembro/Outubro pesam substancialmente no rendimento de milhares e milhares de famílias.

Eram medidas que iriam responder a situações de grandes dificuldades e que alargariam o mercado interno estimulando também assim a produção, o investimento e o emprego.

Mas seguindo a mesma orientação tudo indica que vamos ter mais um Orçamento a navegar nas águas dos critérios de Maastricht, satisfazendo os interesses das grandes potências e dos mercados financeiros à custa dos trabalhadores e do povo.

(...)

O PSD já afirmou que viabilizaria o Orçamento. E de facto não tem razões substanciais para não o fazer pois no essencial o governo PS prossegue a mesma política económica e orçamental do anterior governo. As suas divergências ou são de pormenor ou sobre questões secundárias ou são pura e simplesmente teatro para mostrar que há oposição.

O PP que desta vez parece ter descoberto que este Orçamento será um Orçamento de Maastricht fez voz grossa para dizer que não o votará favoravelmente. Mas como sabemos, os anteriores também eram Orçamentos para abrir as portas da Moeda Única e o PP viabilizou-os, pelo que se a CIP ou o Ferraz da Costa mudarem de ideias - e a troco de algumas compensações - também poderá vir a votá-lo favoravelmente.

A viabilização do Orçamento, se não entrarem em linha de conta os cálculos politiqueros, não é problema. Mas também não é de excluir que o governo procure falsos pretextos para criar algum clima de tensão artificial que lhe seja favorável nas eleições autárquicas. Seria o mesmo teatro de Julho.

Creio que estais de acordo que a nossa postura se deve guiar por um só critério, o dos interesses do povo e do país, o do desenvolvimento, o do bem-estar das populações, o da luta pela transparência, o da justiça social, o da defesa da soberania e independência nacionais.(...)



## NACIONAL



## “Searas do Porvir”

## O papel da juventude na luta antifascista

Lembrar o quanto foi difícil lutar pela conquista da democracia no nosso país e o papel da juventude nessa luta - são alguns dos objectivos das comemorações do 50º aniversário do MUD Juvenil, referidos por Octávio Pato na inauguração da exposição “Searas do Porvir”, no passado dia 8 de Outubro, no Palácio das Galveias, em Lisboa.

A cerimónia de inauguração, presidida pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, reuniu centenas de pessoas, em particular antigos militantes do MUD Juvenil.

Na sessão de abertura, após algumas palavras de Luísa Amado, intervieram três membros da 1ª Comissão Central do MUD Juvenil - Mário Soa-

tas, de grandes lutas dos trabalhadores, que tiveram um momento culminante nas greves de 1947 de milhares de operários na região de Lisboa”, lembrou o dirigente comunista.

Octávio Pato referiu alguns momentos concretos da vida do MUD Juvenil, como a Semana da Juventude, em

Neste balanço ressalta também a contribuição do MUD Juvenil para “o estabelecimento de laços de solidariedade e amizade com os povos de todo o mundo”, em particular as “relações de fraternidade e cooperação com os jovens das colónias portuguesas, na base do direito à autodeterminação e à independência, corajosamente reconhecido pelo MUD Juvenil já em 1953”.

Não por acaso, considera Octávio Pato, “vários dos mais destacados dirigentes dos movimentos de libertação, como Amílcar Cabral, Lúcio Lara, Marcelino dos Santos, Vasco Cabral, foram militantes do MUD Juvenil, com especial destaque para Agostinho Neto, eleito membro da Comissão Central na Assembleia de Delegados de 1954”.

“Searas do Porvir” - que deverá estar patente ao público até 9 de Novembro - testemunha, aliás, através dos documentos, fotografias e livros expostos, a amplitude e variedade das intervenções do MUD Juvenil no campo político, social, cultural e artístico.

A ligação entre a criatividade artística e o ambiente revolucionário que impregnava o movimento ressalta na vertente artística da exposição, que reúne obras de conhecidos pintores, nomeadamente quadros, então apreendidos pela PIDE, de Júlio Pomar, Avelino Cunhal, Mário Dionísio, José Viana, Lima Freitas, Manuel Pavia, Maria Keil ou Nuno Tavares.

Um testemunho de uma intervenção juvenil que constitui um importante marco na história contemporânea e na luta antifascista em Portugal.



A abertura da exposição “Searas do Porvir” - que se destina também à juventude de hoje - foi presidida por Jorge Sampaio e contou com a presença de várias personalidades

res, Octávio Pato e João Sá da Costa.

Na sua intervenção, Octávio Pato sublinhou a importância desta comemoração como homenagem “ao papel da juventude como grande força social de intervenção na luta pelo progresso e a liberdade”.

“O MUD Juvenil surgiu no rescaldo da vitória na 2ª Guerra Mundial sobre as forças negras do nazi-fascismo, num período de crescente desenvolvimento das lutas antifascis-

Março de 1947, “a mais potente acção de massas juvenis realizada no regime fascista, e que mobilizou e uniu dezenas de milhares de jovens de norte a sul do país” e as vagas repressivas que atingiram o movimento, quer quando da Semana da Juventude, quer com a invasão policial da Faculdade de Medicina, “a que se seguiu a demissão, pelo governo salazarista, dos mais prestigiados professores universitários”.

## Che homenageado no Porto

Promovido pela Comissão Regional Contra o Bloqueio e de Solidariedade com Cuba, realizou-se no Porto, no passado domingo, uma sessão evocativa da vida e luta de Che Guevara.

Com o Auditório Nacional Carlos Alberto completamente cheio, foram lidos poemas e diversos textos de homenagem ao herói cubano, por Carlos Ferreira e Aurora Gaia, a par das intervenções políticas do jornalista e escritor César Príncipe, que sublinhou a actualidade dos valores huma-

nistas e revolucionários de Che Guevara, e da Embaixadora de Cuba.

A parte musical foi constituída por um espectáculo do Grupo “Cantar Zeca Afonso”, terminando com “Hasta Siempre Comandante” de Carlos Puebla.

Em Évora, dia 10, no Centro de Trabalho do PCP, a Juventude Comunista Portuguesa fez a apresentação oficial do Programa Multimédia “Hasta la Victoria Siempre”. Uma outra forma de lembrar Che.

## TRABALHADORES

## Defendidos 90 postos de trabalho Riopele foi condenada

O Tribunal de Trabalho de Vila Nova de Famalicão declarou ilícito o despedimento de 90 trabalhadores, efectuado em 20 de Novembro do ano passado pela Riopele, que na altura apresentou como pretexto um incêndio na Fiação C.

A fábrica de Pousada de Saramagos foi condenada a reintegrar os trabalhadores, que não devem ser prejudicados na sua categoria e antiguidade. A Riopele deve ainda pagar-lhes as retribuições que deixaram de auferir desde então, acrescidas de juros de mora. Além das custas da acção, a empresa sujei-

ta-se ainda ao pagamento de 50 contos por cada dia de atraso no cumprimento da sentença, publicada no dia 6 de Outubro.

O desfecho deste processo — em que os trabalhadores despedidos apresentaram como testemunhas os sindicalistas Manuel Carvalho da Silva, Adão Mendes, Francisco Vieira e José Araújo, e ainda o presidente da Junta de Freguesia de Riba d’Ave da Vila — foi anunciado pela União dos Sindicatos de Braga. Em nota de imprensa, divulgada dia 7, a USB considera que «esta sentença vem confirmar

todas as irregularidades e prepotências cometidas pela Riopele e que na altura denunciámos». Congratulando-se com «a eficácia e isenção da justiça», a estrutura da CGTP no distrito de Braga deixa «a certeza de que, tal como no passado, no presente e no futuro não abdicamos um milímetro de defender os direitos dos trabalhadores até às últimas consequências».

A USB adianta que encara «a possibilidade de apresentar queixa da Riopele, da IGT e do IEF de Famalicão» ao Provedor de Justiça e ao Procurador-Geral da República.



O tribunal confirmou a razão dos trabalhadores (foto de arquivo)

## Têxteis pelas 40 horas em contagem decrescente

A Federação dos Sindicatos Têxteis, Vestuário e Calçado traçou um calendário de acções a levar a cabo até 1 de Dezembro, altura em que, segundo a Lei 21/96, nenhuma empresa deve ter um horário de trabalho superior a 40 horas semanais. A nota divulgada sexta-feira, após um plenário geral de sindicatos da Fesete/CGTP, revela que as informações sindicais aos trabalhadores passam a incluir uma referência ao tempo que falta para 1 de Dezembro.

Ao fazer o balanço do conflito que se arrasta há mais de dez meses — por várias empresas, com a cobertura do Governo, tentarem liquidar direitos adquiridos, como as pausas e intervalos nas linhas de trabalho intensivo e cadenciado e nos turnos — os sindicalistas têxteis endereçaram uma crítica particular à ministra do Emprego, que desde Julho não responde às solicitações para reunir com os representantes dos trabalhadores. Analisaram ainda outros contactos institucionais e os

encontros bilaterais com o presidente da associação patronal do sector.

CIP e UGT foram acusadas de procurarem desvalorizar o problema que está na origem do conflito, quando referem, em posição conjunta, que apenas 18 empresas não estão a cumprir a redução de horário exigida por lei. «As informações registadas dão ainda mais de 40 empresas a fazer greve aos sábados», afirma a nota de conclusões do plenário da Fesete, que aponta uma série de concentrações aos sábados, desde o passado dia 11 até 15 de Novembro; a 22 de Novembro, em Guimarães, terá lugar um concerto de solidariedade para com a luta dos trabalhadores pelas 40 horas, o fim do trabalho ao sábado e o respeito dos direitos contratuais; de 17 a 29 de Novembro decorre uma «quinzena de esclarecimento, mobilização e luta»; de 1 a 6 de Dezembro os sindicatos procurarão fazer convergir a luta dos diversos sectores abrangidos pela Fesete.

## Seminário da CGTP

A CGTP-IN vai realizar na próxima quarta-feira, dia 22, em Lisboa, um seminário que tem por tema «O sistema de concertação social, o diálogo e a negociação colectiva em Portugal e riscos da sua corporativização».

Marcado para o Hotel Penta, a partir das 14 horas, o seminário terá como oradores o Provedor de Justiça, Menéres Pimentel, o professor Jorge Miranda, os doutores Jorge Leite, Luís Sá e Vital Moreira, e o coordenador da Intersindical Nacional, Manuel Carvalho da Silva.



## TRABALHADORES

Preocupação  
na Expo'98

O risco de aumento dos acidentes, agravado pela intensificação dos ritmos de trabalho e pelo aproximar do final dos prazos de execução das obras, preocupa a União dos Sindicatos de Lisboa. Num comunicado aos trabalhadores que erguem a exposição mundial (com abertura prevista para 22 de Maio), o grupo sindical da USL/CGTP que acompanha as condições sociais e laborais na Expo recorda que, desde o início das obras, já morreram 6 trabalhadores e «centenas de outros sofreram incapacidades graves». Os sindicatos chamam a atenção dos trabalhadores para o facto de o regime de cedência de mão-de-obra ou de trabalho para empreiteiros (estimado em cerca de 80 por cento das 8 mil pessoas que trabalham na Expo) não libertar as entidades patronais do cumprimento da lei e dos contratos colectivos, designadamente quanto aos horários de trabalho e remuneração das horas extra.

Despedir  
para  
intimidar

A tentativa da Fimper de despedir um dirigente sindical foi classificada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa como «um despedimento forjado e selectivo, que assume o carácter de retaliação e visa intimidar os trabalhadores da empresa e atingir a sua organização». A atitude da empresa do Grupo Previdente contra João Mouro é apontada, num comunicado do sindicato, como «mais um exemplo dos processos de gestão que definham as empresas e fazem recair as consequências sobre os trabalhadores», reflexo de «uma mentalidade velha, que julgávamos ultrapassada». Eloquente testemunho do repúdio dos trabalhadores contra o comportamento da Fimper e de solidariedade para com João Mouro foi o plenário realizado dia 9, que culminou na rua, com uma acção de informação à população. Numa reunião realizada segunda-feira, com o sindicato, a administração comprometeu-se a dar, no prazo de 48 horas, uma resposta à exigência fundamentada de reintegração do dirigente. A direcção regional de Lisboa do PCP condenou publicamente o despedimento, solidarizou-se com João Mouro e apelou à unidade e disposição dos trabalhadores «para a luta em defesa dos seus postos de trabalho e contra a política anti-social do Governo PS, onde predomina a protecção aos interesses do grande patronato».

Concentração dia 30 em Lisboa  
Administração Pública  
passa à luta

A Frente Comum de Sindicatos entende que «propor um aumento de cerca de 1076 escudos para trabalhadores cujo vencimento se situa nos 53 820 escudos é inqualificável e revela uma total insensibilidade social».

Esta posição, assumida na última cimeira da Frente Comum, a 2 de Outubro, foi reafirmada após a reunião dos sindicatos com o Governo, na sexta-feira, quando foi anunciada a marcação de uma concentração de protesto para a última quinta-feira deste mês.

Na reunião de dia 10 o Governo alterou a sua proposta salarial de dois para 2,15 por cento, o que «é quase provocatório», como disse Santos Braz, um dos elementos da comissão negociadora sindical, à Agência Lusa. Os sindicatos têm sublinhado que os salários do pessoal da Administração Pública portuguesa recuaram 8 por cento, nos últimos 5 anos, relativamente ao sector privado, apresentando o nosso país uma remuneração média que é metade da praticada no sector em Espanha, um terço da que é paga em França e um quarto da que recebem os funcionários públicos alemães.

A Frente Comum, no final do encontro com o Governo, mostrou-se igualmente preocupada com as informações dadas

sobre a situação dos trabalhadores com vínculo precário. De acordo com Santos Braz, ainda não foram abertos os concursos para os funcionários públicos em situação de precariedade há mais de três anos.

A Frente Comum mantém a sua proposta de aumentos salariais de 6,5 por cento, que admite alterar desde que tenha a garantia de que neste processo negociado ninguém terá um aumento salarial inferior a 3500 escudos. A estrutura sindical mais representativa dos trabalhadores do Estado não abdica da equiparação do salário mínimo da Função Pública ao salário mínimo nacional.

O local da concentração e outras acções de luta deverão ser definidos hoje, numa reunião do órgão coordenador da Frente Comum.

## «Inalienável»

A eliminação do diferencial entre o índice 100 e o salário mínimo nacional (que era de 4,5 por cento em 1996 e passou

a 5,3 por cento em 1997) é um «princípio inalienável» da proposta reivindicativa aprovada na cimeira da Frente Comum. Nesta reunião, foi ainda decidido «exigir a imediata publicação dos diplomas já negociados com os sindicatos», «promover uma resposta pública aos ataques de que tem sido alvo a função social do Estado, consubstanciada na privatização dos serviços públicos e na desregulamentação das condições de trabalho através da introdução dos contratos individuais de trabalho» e «denunciar publicamente a propaganda governamental sobre a chamada "semana de quatro dias"» - refere a nota de conclusões divulgada à comunicação social.

Nesse documento dá-se ainda conta do repúdio dos sindicatos face ao bloqueio do Governo nas negociações sectoriais (mesas parcelares). No dia 7, em Coimbra, uma assembleia de delegados sindicais da Função Pública do Centro criticou fortemente as posições do Governo e aprovou uma moção considerando «imprescindível desenvolver acções de luta pelos salários, carreiras, emprego, defesa dos direitos e dos serviços públicos, pela publicação dos diplomas já negociados» nas mesas parcelares.

Greve na Junta  
do Crédito Público

Das zero horas de ontem até às 24 horas de amanhã o pessoal da Junta do Crédito Público está em greve, protestando contra a forma como está a decorrer o processo de extinção desta Direcção-Geral (cuja conclusão está legalmente prevista para 31 de Dezembro próximo) e de integração dos respectivos trabalhadores na Direcção-Geral do Tesouro.

No pré-aviso endereçado ao primeiro-ministro, ministros da Segurança Social e das Finanças, e secretários de Estado da Administração e do Tesouro e Finanças, a Federação Nacional de Sindicatos da Função Pública protesta porque «até à data os trabalhadores e os sindicatos ainda não foram recebidos» por um responsável do Governo, «apesar dos insistentes pedidos de entrevista». O

facto é mais grave porque, segundo a FNSFP, a integração do pessoal na DGT «não acautela o seu direito à promoção na carreira».

O Governo «aponta para a criação de um quadro "paralelo" na DG do Tesouro, em vez prever a transição da carreira técnica de Crédito Público para a carreira técnica da Fazenda Pública». Além disso, «exclui a integração de pessoal na DG de Contribuições e Impostos e a possível transição para a carreira de Administração Fiscal», protesta a federação, referindo que «no Porto tão-pouco existe organismo da DG do Tesouro para onde transitassem os trabalhadores da delegação da Junta do Crédito Público». Entretanto, «a DG das Contribuições e Impostos iria proceder à admissão de pessoal externo».

Protestos  
em crescendo

## Química e farmacêutica

Cerca de uma centena de trabalhadores da Copaz/Iberol concentraram-se na semana passada junto à sede do Banco Totta & Açores para reivindicar o pagamento dos salários de Setembro. Os trabalhadores deslocaram-se de Alhandra, onde as empresas estão instaladas, a Lisboa para pedirem aos dois bancos que assumiram a viabilização das mesmas que lhes paguem os salários em atraso.

Estava prevista uma primeira concentração junto ao Banco Totta & Açores e a segunda junto ao Banco Espírito Santo. Tal não aconteceu porque o representante da administração do BTA que recebeu os representantes dos trabalhadores lhes disse que o banco não iria colocar mais dinheiro nestas empresas, quer para investimentos quer para pagamento de salários.

Delfim Mendes disse à agência Lusa que os trabalhadores ficaram descontentes com a resposta e decidiram manter-se no local até que lhes fosse concedida nova reunião para esclarecimento do seu futuro. De acordo com este dirigente da federação dos sindicatos da Química, o Banco Espírito Santo manifestou disponibilidade para pagar metade dos salários em atraso desde que o Totta fizesse o mesmo.

A Copaz, a Iberol e a Copisul, produtoras de azeite, óleo e rações, entram em gestão controlada em finais de 1991, processo que durou até 1996, altura em que os dois bancos, principais credores das empresas, assumiram a responsabilidade de as recuperar financeiramente. A Copisul, instalada em Évora, está parada desde 1996. A Iberol está parada desde Janeiro e a Copaz labora apenas a 10 por cento.

Este foi um dos casos analisados no encontro que reuniu, no dia 9, mais de uma centena de dirigentes e delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores do sector químico e farmacêutico. Um comunicado de imprensa da Fequifa/CGTP aponta ainda novos casos de salários em atraso e de ameaças de liquidação de empregos, referindo a Petrogal, a Companhia Petroquímica do Barreiro, a Sociedade J. Neves e a Novartis Nutrição. Os representantes dos trabalhadores aprovaram os objectivos reivindicativos para 1998 no sector, entre os quais se inclui um aumento mínimo de 6 contos por trabalhador, um salário mínimo de 65 contos e 25 dias úteis de férias anuais.

No final, os participantes no encontro desfilaram até à Secretaria de Estado da Energia.

Um assessor do secretário de Estado, a quem expuseram as suas preocupações, reclamando medidas para a resolução dos problemas, comunicou que o Governo decidiu mediar o conflito no Grupo Gás de Portugal, o que levou a Fequifa e o SIESI a suspenderem a greve prevista para os dias 21 a 24 deste mês.

## Regina

O pessoal da Fábrica de Chocolates Regina parou espontaneamente a produção, porque, «para além das dívidas que a empresa ainda tem para com os trabalhadores, isto é, o pagamento das prestações dos salários ainda em atraso, do subsídio de férias de 1997 e das horas extraordinárias, a empresa preparava-se para não pagar o salário correspondente ao mês de Setembro» — revelou o sindicato da Alimentação do Sul. O STI-AST/CGTP convocou uma greve de 24 no dia 6 de Outubro, que teve uma adesão de quase cem por cento. «Perante tal demonstração de força, de unidade e de determinação na luta, a administração acabou por ceder e pagar na totalidade os salários» — congratula-se o sindicato.

## Correios

Uma centena de dirigentes do Sindicato Nacional dos Correios e Telecomunicações deslocaram-se na passada quinta-feira ao local onde decorria a cerimónia oficial de reabertura do Museu dos Correios, fechado há vários anos. Os dirigentes, que haviam participado numa reunião do Conselho Nacional do SNTCT, entregaram ali uma resolução em que se congratulam com a reabertura do museu, no Dia Mundial dos Correios.

A mensagem refere ainda o problema do fundo de pensões (abordado no anterior número do «Avante!»), reafirmando a exigência de que os trabalhadores mais jovens não sejam discriminados pela administração dos CTT. Para ontem estava marcada mais uma reunião de negociações do Acordo de Empresa; na primeira reunião, dia 8, a administração cedeu na disposição de não aumentar as diuturnidades, mas propôs uma actualização inferior a 2 por cento.

Privatização  
contestada

Dezenas de representantes dos trabalhadores da Portugal Telecom concentraram-se, na passada quinta-feira, frente à Bolsa de Lisboa, protestando contra a terceira fase da privatização da empresa. A Operação Pública de Venda, que ali decorria, alargou a 75 por cento a fatia do capital detido por privados.

A redução do capital público a 25 por cento foi contestada pela Comissão de Trabalhadores e por estruturas sindicais de diferentes orientações, que num documento conjunto consideram que «a privatização da PT somente serve os interesses políticos e económicos dos grandes grupos nacionais e internacionais» e acarreta graves prejuízos para o clima laboral, os interesses do País e dos consumidores.

## COMUNIDADE EUROPEIA

**PARLAMENTO  
EUROPEU**


## Em Plenário

Estes foram alguns dos principais temas discutidos e votados na última mini-sessão plenária do PE.

— **Propostas da Comissão Europeia para o Conselho Europeu de Novembro sobre o emprego** - o presidente da Comissão, Jacques Santer, apresentou aos deputados "as grandes linhas directrizes sobre a política de emprego que constituirão a contribuição da Comissão para o debate sobre a política de emprego que os Chefes de Estado e de Governo irão travar em Novembro no Luxemburgo". Por outras palavras, Santer foi explicar ao Parlamento como fazer uma omelete sem partir os ovos. Ou mesmo sem ter ovos. (ver texto sobre *A Criação de Emprego na Europa*).

— **O futuro da segurança social e a União Económica e Monetária** - mais um relatório sobre aquela que é uma das características fundamentais do "modelo social europeu", a segurança social. Às pressões e dificuldades que ela tem enfrentado nos últimos anos, nota o relator, acrescenta-se agora a passagem à terceira fase da UEM, nomeadamente os seus efeitos ao nível das políticas orçamentais nacionais. No entanto, como assinalou Sérgio Ribeiro durante o debate, este é um relatório da comissão económica, "mais preocupada com os efeitos da segurança social na UEM, do que com os efeitos da UEM na segurança social". Além disso, acrescentou o deputado do PCP, "perspectiva de que a segurança social protege os cidadãos contra os riscos de natureza social não deve substituir uma outra, segundo a qual a segurança social consagra direitos de quem nasceu, vive, trabalha ou trabalhou. Não se trata de uma questão de seguros individuais e de cálculos actuários mas de direitos humanos, à medida do tempo que vivemos".

— **Relações UE-Canadá** - preocupado com a manutenção de um bom relacionamento entre a UE e o Canadá, o relator considerou que se devia "evitar por todos os meios que divergências relativas a aspectos sociais menores - como a pesca -, debilitem as ligações bilaterais profundas que sempre têm existido". O Plano de Acção Comum recentemente assinado entre as duas entidades é uma via apontada, "desde que supere o âmbito de uma simples declaração de intenções". O deputado do PCP, Honório Novo, referindo-se à alusão à pesca, chamou a atenção para a não sobreposição de interesses económicos mais volumosos à resolução de questões sociais e economicamente relevantes para certas regiões e países da UE".

— **Relações entre direito comunitário e o direito constitucional dos Estados-membros** - este relatório avançou um conjunto de ideias no sentido de assegurar melhor o princípio do primado do direito comunitário e organizar a relação entre o direito internacional público e a ordem jurídica comunitária.

— **Cooperação com os países ACP** - afirmação por parte do Parlamento de uma posição inequivocamente favorável à perpetuação da cooperação entre a UE e os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP). A prossecução desta cooperação deve, no entanto, ser adaptada, nomeadamente no sentido de aproximar os cidadãos dos objectivos de Lomé, simplificar o quadro de cooperação Norte-Sul. A transparência de processos, o combate à pobreza extrema e a protecção ambiental são vectores a aprofundar. Este relatório foi acompanhado de um parecer elaborado pelo deputado Sérgio Ribeiro, em nome da Comissão dos Direitos da Mulher do PE, que colocava a tónica na importância da intervenção das mulheres no desenvolvimento.

— **Relações entre a UE e a ASEAN** - o pretexto do relatório era a extensão ao Vietname do acordo de cooperação entre a UE e os países membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). O facto de a Indonésia se integrar neste grupo de países conferiu naturalmente outra dimensão à discussão. Aprovada a inclusão vietnamita, focou-se essencialmente a questão de Timor-Leste, com o relator na sua exposição de motivos a solicitar a Portugal que levante o seu veto ao acordo de 3ª geração com aquele "importante interlocutor económico". Referindo-se a esta questão, Sérgio Ribeiro classificou-a de "malabarismo político, que esquece a invasão e ocupação militar de um território por descolonizar, que tudo reduz a protecção dos direitos humanos, na tácita aceitação do que esquece, como se Timor fosse parte integrante da Indonésia."

Resumo da mini-sessão do Parlamento Europeu (Bruxelas - 1 e 2 de Outubro)

## Flexiquê?

Uma recente reunião da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais do Parlamento Europeu contou com a presença do senhor Hans Borstlap, presidente do Comité Europeu do Emprego e do Mercado de Trabalho. Discutia-se um relatório sobre a situação do emprego em 1997.

Com um tema destes foi mais que natural a introdução da "flexibilidade" na discussão.

O sr. Borstlap falava e os presentes, graças à tradução simultânea, escutavam. Até que, em dado momento, numa altura em que o holandês se lamentava da dificuldade de aceitação com que o novo conceito laboral se está a deparar (lá como cá) a tradução começou a titubear. Desacordo? Sabotagem? Cansaço?

Acontece que a solução do sr. Hans se baseava num princípio elementar de (mau) marketing: se um produto não presta, arranja-se-lhe uma embalagem mais bonita, mais atraente. Assim, o termo "flexibilidade" deveria passar a ser sistematicamente substituído pela expressão "flexisecurity". Tente-se traduzir isto para português, ou qualquer outra língua, e perceber-se-á melhor as dificuldades dos intérpretes.

Deus os livre de pôr em causa as suas políticas e orientações económicas! O que é preciso é engenho para as tornar aceitáveis pela opinião pública. Neste caso, nada melhor do que associar flexibilidade à ideia de segurança, procurando esquecer a precariedade de que ela se faz acompanhar.

Por outro lado, se a ideia holandesa funcionar até pode acabar por ser um excelente contributo para a resolução dos problemas da humanidade. Basta alterar a etimologia de guerra, sofrimento, pobreza, desemprego, exclusão, etc., e o paraíso está à distância de um acordo ortográfico.

Por falar em acordo ortográfico, a flexicontinuar a flexiobsessão e o flexifundamentalismo, flexiquaquer flexidia flexipassamos a flexiter um flexiprefixo flexinovo e flexiuniversal. Flexiuau!

■ Daniel Rosário

## Timor recebe 400 mil contos da UE

A Comissão do Orçamento do Parlamento Europeu aprovou, na semana passada, uma emenda ao orçamento da União Europeia para 1998 que prevê uma ajuda da União Europeia a Timor-Leste, apresentada pelo Grupo Confederal de Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica, de que o PCP faz parte.

Educação, saúde, desenvolvimento rural e formação são as áreas que receberam cerca de 400 mil contos provenientes dos cofres da UE, um orçamento dentro do quadro das ajudas humanitárias e de apoio ao desenvolvimento.

A sua aplicação será entregue a organizações não-governamentais, em princípio à Igreja católica.

A emenda terá de ser aprovada pelo Parlamento Europeu na sessão de cinco dias que se inicia na próxima segunda-feira, e depois será remetida para o Conselho de Ministros do Orçamento. Posteriormente voltará ao PE.

A África do Sul, Cuba, a Birmânia, o Chile, o Vietname e o Camboja são os outros países que recebem este tipo de apoio.

Entretanto, o eurodeputado comunista Sérgio Ribeiro, durante o recente debate sobre as relações entre a UE e a ASEAN (de que a Indonésia faz parte) acusou os participantes daquela sessão de

"malabarismo político", ao procurarem que Portugal desbloqueie o acordo entre as duas organizações, praticamente ignorando Timor-Leste.

Isto porque o debate esquece «a invasão e ocupação militar de um território por descolonizar, ignora o genocídio cultural e físico de um povo, desconhece as decisões das Nações Unidas que exigem o respeito concreto pelo direito à autodeterminação, tudo reduz a protecção de Direitos Humanos, na tácita aceitação do que esquece, do que ignora, do que desconhece, como se Timor fosse parte integrante da Indonésia».

Sérgio Ribeiro acusa a Comissão de Assuntos Externos da UE de nada solicitar «à Indonésia que prosseguir uma ocupação militar há mais de 20 anos, embora o parecer apele aos Estados membros para que respeitem a resolução do Parlamento quanto à venda de armas à Indonésia».

## INTERNACIONAL

## Combate às minas recebe Nobel da Paz

A Campanha Internacional para a Interdição das Minas e a sua coordenadora, Jody Williams, são as laureadas com o Nobel da Paz de 1997. Mais uma vez o prémio chama a atenção do mundo para um dos mais graves problemas com que as populações mundiais lidam diariamente.

O número das minas antipessoais enterradas no solo é estimado em cerca de 110 milhões e mais outros 100 milhões estão armazenadas em todo o mundo. Os países mais afectados são Angola, o Afeganistão, o Camboja, o Iraque e o Laos, mas este tipo de armas também representa um sério problema na Bósnia, Croácia, Moçambique, Geórgia, Nicarágua, Somália, Sri Lanka, Sudão e Myanmar.

Diariamente, mais de 70 pessoas morrem ou são feridas por minas antipessoais, o que perfaz uma pessoa em cada 15 minutos. No total, mais de um milhão de pessoas foram vitimadas, das quais mais de 300 mil crianças.

Metade das pessoas que pisam uma mina morre devido aos ferimentos antes de serem

encontradas ou de serem levadas para o hospital.

Mesmo depois do fim das hostilidades, qualquer pessoa corre o risco de pisar uma mina nas áreas minadas: agricultores, crianças, trabalhadores nas suas vidas quotidianas. Na sua esmagadora maioria, as minas não estão assinaladas.

Mas, este tipo de armamento não se limita a matar e a ferir, também provoca sequelas a longo prazo nas comunidades. As perspectivas de emprego para as vítimas são muito reduzidas e frequentemente toda a família é afectada. O acesso à terra utilizável para fins agrícolas diminui assustadoramente. Por exemplo, cerca de 35 por cento do solo do Afeganistão e do Camboja não podem ser usados.

No dia 18 de Setembro, centenas de países adoptaram um documento para a interdição das armas antipessoais. Os Estados Unidos, um dos principais fabricantes de minas, recusou-se a assiná-lo invocando razões de segurança. A Rússia, a China, a Índia, o Iraque e a Coreia do Sul rejeitaram o acordo.

## Esquerda brasileira unida contra Henrique Cardoso

Reunidos no final de Setembro, representantes do Partido dos Trabalhadores (PT), do Partido Comunista do Brasil, do Partido Socialista e do Partido Democrático Trabalhista decidiram formar uma lista única com vista a derrotar o actual presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) nas próximas eleições presidenciais a realizar em Outubro de 1998.

A Frente das Oposições propõe «uma candidatura única, mais ampla que a esquerda, com base num programa de oposição a FHC e ao neoliberalismo» e prosseguirão o diálogo com as outras forças políticas da oposição.

O nome de Inácio «Lula» da Silva, dirigente do PT, foi apresentado como um dos possíveis candidatos ao cargo. No entanto, Lula diz estar disponível para aceitar outras indicações que possam viabilizar a formação da uma frente única.

O social-democrata Ciro Gomes, ex-ministro das Finanças e ex-governador do Ceará, e Itamar Franco, ex-presidente da República, são apontados como as alternativas.

### Governo cede a agricultores

A oposição a Henrique Cardoso cresce e todos os dias a população revela o seu descontentamento face à sua política neoliberal e às suas inevitáveis consequências: desemprego, baixo nível de vida, privatizações das empresas públicas, pouco poder de compra.

No dia 2, sete agricultores terminaram a sua greve da fome de 17 dias depois do presidente atender as suas reivindicações: crédito de cinco mil reais para seis mil famílias de agricultores do Estado do Rio Grande do Sul, num total de 30 milhões de reais.

Esta greve enquadra-se num conjunto de iniciativas contra o governador Brito e FHC. Em Julho, os mesmos agricultores que fizeram a greve da fome ocuparam a área destinada à fábrica da General Motors na localidade de Gravataí, exigindo o mesmo tratamento dado à multinacional para os agrários. A GM recebeu do Estado um empréstimo antecipado de 253 milhões de reais com juros de seis por cento ao ano, sem correcção monetária e pagamento em dez anos.

Dia 28 de Novembro realiza-se a Marcha dos Sem - Contra as Políticas Neoliberais de FHC e Brito». Juntando partidos da oposição, sindicatos e associações populares esta iniciativa visa demonstrar, mais uma vez, o descontentamento dos brasileiros.

## INTERNACIONAL

## Congresso do PC de Cuba

## «Temos direito

## a ter aquilo a que aspiramos»

Sob o lema «Este povo, este partido jamais renderão a sua unidade», o V Congresso do Partido Comunista de Cuba (PCC) iniciou-se no passado dia 8 de Outubro contando com a presença de 1500 delegados e 250 convidados.

Fidel Castro, primeiro secretário do partido, inaugurou o congresso referindo-se à luta do povo cubano perante a conjuntura internacional do princípio da década de 90 formada a partir do desaparecimento da URSS.

«Que havíamos nós de fazer? Dobrar-nos, vendermo-nos? Creio que era isso que queriam, a rendição incondicional, a entrega total ao inimigo da nação e do povo, a renúncia a todas as nossas conquistas, às nossas ideias», declarou Fidel. «Rendermo-nos não teria sido digno perante a História, não teria sido digno dos nossos antepassados.»

«Estamos aqui porque a nossa causa é justa e temos direito a ter aquilo a que aspiramos», defendeu o líder cubano. «Qualquer coisa menos retroceder e rendermo-nos», exclamou, acrescentando que «na luta é essencial o povo, a sua consciência, o seu espírito de sacrifício, o seu sentimento de honra, a sua liberdade e independência». «Se não é possível viver com honra, com justiça e sermos homens íntegros, para que queremos a vida? É preferível a morte», disse.

## O capitalismo pertence à pré-história

Abordando o tema do bloqueio norte-americano, Fidel

Castro sublinhou «a solidariedade de toda a gente honesta deste mundo que não se deixou enganar pelas mentiras que os poderosos repetem de que “o imperialismo é bom”», bem como «o esforço do povo por manter o que conquistou nesta luta dura, difícil contra o bloqueio e a pobreza, contra as necessidades materiais imediatas de tanta gente».

«O capitalismo como sistema pertence à pré-história», manifestou. «O capitalismo não tem nem pode ter futuro moral, nem político, nem sequer económico. Esta receita para o mundo é insustentável e é apenas uma questão de tempo que isso seja demonstrado».

«Agora, como são menos os adversários para liquidar, o inimigo concentra toda a sua política de bloqueio contra este pequeno país. A arma fundamental que utilizam é a esfera económica, por isso há que lutar com bons soldados na economia», afirmou Fidel Castro.

Sobre as novas condições com que Cuba tem de lidar, Fidel afirmou que o seu país está «aberto a todas as possibilidades económicas, menos a renunciar ao Socialismo, às conquistas da revolução, à unidade do povo, ao seu poder, a admitir que outros sejam donos da nossa independência e destino».



Em Cuba mantém-se bem viva a chama da Revolução. Desde o 1.º Congresso do PCC, o partido e o povo trabalham em conjunto pela construção do socialismo

O primeiro secretário do PCC explicou que as associações com empresas estrangeiras não só resolvem questões de fundo económico, como outros problemas relacionadas com o desenvolvimento.

«Vimos claramente, muito antes do período especial, que apenas com a tecnologia socialista não nos podíamos desenvolver», afirmou, destacando como novas fontes de receitas o trabalho por conta própria e os mercados agropecuários e industriais (que contam com empresas privadas e estatais).

Com uma economia em ascensão, Cuba tem na agricultura e no turismo importantes sectores financeiros. Nos próximos três anos, só o turismo deve proporcionar dois mil milhões de dólares de receitas brutas. No entanto, e apesar dos resultados alcançados (o crescimento do PIB em 1995 foi de 2,5 por

cento e em 1996 de 7,8 por cento), Fidel Castro defendeu que «está demonstrado que se pode fazer muito mais. Não há nenhuma razão para nos sentirmos totalmente satisfeitos».

Durante o congresso, Fidel Castro foi reeleito para o seu cargo de primeiro secretário e Raul Castro como segundo secretário. O Comité Central viu o seu número de elementos passar de 225 para 150 elementos e a Comissão Política foi reduzida de 26 para 24 membros.

## A eternidade de Che

Ernesto «Che» Guevara foi grandemente homenageado durante os dias do Congresso do PCC. No seu discurso, o seu companheiro Fidel Castro afirmou que «Che e a revolução cubana são uma e a mesma coisa». «Hoje a sua grandiosa

figura não pode ser diminuída, tem de ser respeitada, admirada por um número cada vez maior de pessoas no mundo como paradigma que é de revolucionário e de ser humano», sublinhou.

«O que é a morte, se aqueles que se diz que morreram estão mais presentes e estão mais vivos que nunca, aqui junto a nós?», questionou. «Eles viverão enquanto existirem revolucionários, enquanto existirem patriotas, enquanto existirem corações nobres, enquanto existir quem tenha em si as melhores virtudes do ser humano», afirmou referindo-se a todos os que construíram a revolução.

«Apesar do marxismo nos ter ensinado que não há coisas eternas, podemos dizer unicamente que estes queridos irmãos serão eternos enquanto a eternidade exista», concluiu Fidel.

## Encontro entre Eduardo dos Santos e Savimbi

No momento em que crescem as pressões internacionais para que a Unita cumpra os Acordos de Lusaca, representantes do Governo angolano e daquela organização estão a negociar um próximo encontro entre o presidente José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi. O encontro deverá ocorrer em breve. As autoridades governamentais defendem que se realize em Angola, enquanto que a Unita prefere que seja feito fora do país.

## Eleições sérvias invalidadas

A segunda volta das eleições presidenciais sérvias foi invalidada devido ao facto da participação ter sido inferior a 50 por cento. Um novo escrutínio será organizado num prazo de 60 dias após os resultados finais oficiais serem publicados. Apenas 48,97 por cento dos eleitores se deslocaram às mesas de votos para escolher entre o ultranacionalista Vojislav Seselj (que ficou com 49,10 por cento) e o socialista Zoran Lilic (47,90 por cento).

## França: 35 horas no ano 2000

O Governo francês anunciou na passada sexta-feira a redução do horário semanal de trabalho de 39 para 35 horas a partir do ano 2000, nas empresas com mais de 10 assalariados. Esta diminuição deverá «assentar numa progressão controlada dos salários». Ao anunciar esta decisão, o primeiro-ministro, Lionel Jospin, cumpre uma das suas mais importantes promessas eleitorais. Foi também proposta uma ajuda de cerca de 270 mil escudos por assalariado em 1998 «a todas as empresas que negociem com as organizações sindicais uma redução de pelo menos 10 por cento do tempo de trabalho, aumentando os efectivos em pelo menos seis por cento».

## Prodi demite-se em Itália

Na sequência da recusa da Refundação Comunista (RC) votar favoravelmente o Orçamento de Estado para 1998 apresentado pelo Governo, o primeiro-ministro Romano Prodi pediu a demissão ao Presidente Oscar Scalfaro, na passada quinta-feira. «Optou pela banca, em detrimento dos pobres», afirmou Oliviero Diliberto, líder parlamentar da RC no Parlamento. Entretanto, Fausto Bertinotti, líder da RC propôs voltar a apoiar o governo de maioria centro-esquerda durante um ano, conforme foi «designado pelos eleitores». Ao fecho da nossa edição, o acordo alcançado entre os comunistas e o Governo ainda não tinha sido divulgado.

## Julgamento do Herri Batasuna

## Observadores querem imparcialidade

Os observadores independentes creditados pelo Supremo Tribunal espanhol no julgamento da Mesa Nacional do partido nacionalista basco Herri Batasuna, iniciado em Madrid na semana passada, vêm a público pedir o respeito pela Convenção Europeia de Direitos Humanos durante o processo.

O grupo dos dez observadores internacionais, onde se inclui o escritor Urbano Tavares Rodrigues, o almirante Rosa Coutinho, o economista Francisco Louçã e António Pedro Carvalho (representante do Conselho Português para a Paz e a Cooperação), afirma que o Governo espanhol pressionou o poder judicial ao expressar o seu desejo de um julgamento rápido e de uma condenação exemplar para todos os implicados.

Além disso, dois dos três juí-

zes mostraram a falta de imparcialidade do julgamento ao defenderem publicamente a condenação dos acusados antes dos argumentos da defesa terem sido dados a conhecer.

«A exigência da lei espanhola de que a defesa deve apresentar as suas provas antes das provas da acusação não é compatível com a pressuposição de inocência», declaram os observa-

dores, acrescentando que «no dia da abertura do júízo, a defesa ainda não tinha tido acesso ao documento do Serviço de Informação da Guarda Civil, admitido como prova, nem

tinha conhecimento da identidade dos seus autores». Este documento contém mais de 200 páginas e cerca de três mil em anexos.

Sobre o documento, os observadores dizem que «parece reflectir mais uma opinião pessoal da Guarda Civil que factos provados». Esta prova tinha sido anteriormente recusada e arquivada por não conter elementos pertinentes.

A Convenção Europeia de Direitos Humanos, ratificada pelas autoridades espanholas, garante nomeadamente a separação e a independência do poder judicial em relação ao poder político, a imparcialidade dos juízes, a garantia de que a defesa e a acusação possuam os mesmos meios e o direito a um debate judicial público.



As provas contra o Herri Batasuna são mais uma opinião pessoal da Guarda Civil que factos provados, dizem os observadores



# OUTUBRO FOI HÁ 80 ANOS

A Revolução de Outubro, a primeira que no mundo inscreveu no seu programa a abolição das classes e da exploração do homem pelo homem, que abriu caminho à construção de uma sociedade socialista apontando o rumo do comunismo, aconteceu há oitenta anos, na Rússia. A 7 de Novembro de 1917, os bolcheviques dirigidos por Lénine, encabeçaram a insurreição dos operários, dos camponeses e dos soldados russos. Surgia

## Os bolcheviques ganham

**T**endo obtido a maioria nos Sovietes de Deputados Operários e Soldados em ambas as capitais, os bolcheviques podem e devem tomar o poder do Estado nas suas mãos. Principiava assim uma das duas cartas escritas por Lénine, que se encontrava em Helsingfors, ao Comité Central e aos comités de Petrogrado e de Moscovo do Partido Operário Social Democrata Russo(b). A insurreição, escrevia ele em 12 e 14 de Setembro, estava na ordem do dia. Viria a concretizar-se e a triunfar cerca de mês e meio depois, a 25 de Outubro (7 de Novembro do calendário adoptado já no resto do mundo). Não estavam longe, porém, esses dez dias que abalaram o mundo, na feliz expressão de John Reed, o jornalista americano que foi o cronista do acontecimento mais marcante do século que está a chegar ao fim.

Entre essa data e o momento do assalto ao Palácio de Inverno - que assinala o triunfo da insurreição - muito caminho teria de ser feito. Um caminho árduo e que, na altura, não era claro para todos os que, de um modo ou de outro o encetaram e foram os protagonistas dessa grandiosa aventura histórica. As palavras de Lénine não encontraram em todos os membros do Comité Central do POSDR(b) a mesma compreensão. Reza a História que alguns destacados dirigentes bolcheviques teriam manifestado vivamente o seu desacordo com a opção e a oportunidade da insurreição.

A Revolução, porém, estava em marcha. Em 1 de Setembro, seis meses após o derrubamento da autocracia czarista, a Rússia fora proclamada república. Mas o Directório, que o governo provisório criara «para restabelecer a ordem», encabeçado por Kerenski, o que procurava era manter a todo o custo a dominação burguesa e prosseguir no sangrento esforço de guerra, mantendo as alianças com o imperialismo.

As massas depressa se desiludiram e se afastaram dos dirigentes burgueses, apoiando crescentemente os bolcheviques, como assinalava Lénine na própria sexta-feira em que a república se proclamava: **É manifesta - escreveu - a queda da influência dos socialistas-revolucionários e mencheviques, é manifesto o ascenso da influência dos bolcheviques.**

Na véspera, e pela primeira vez, mencheviques e SRs haviam ficado em minoria na votação, no Soviete de Petrogrado, que aprovou uma resolução proposta pelos bolcheviques apelando à transferência do poder para os soviets e avançando um programa revolucionário. Em 5 de Setembro, o Soviete de Moscovo aprova resolução idêntica. A passagem dos soviets e *dumas* - municipalidades - para as posições dos bolcheviques alastra. Surgia, segundo Lénine, uma possibilidade rara e preciosa de desenvolvimento pacífico da Revolução. Tratava-se de propor um compromisso aos partidos pequeno-burgueses democráticos, avançando com as reivindicações lançadas antes de Julho desse ano - mantendo a reclamação da entrega de todo o poder aos soviets e criando um governo de mencheviques e SR's (então ainda maioritários), que fosse

responsável perante os soviets. Afastando a hipótese da coligação com a burguesia, cresceria a probabilidade de um movimento político para a frente de toda a revolução russa.

Havia, porém, condições a colocar, nesse primeiro dia de Setembro, para que tal compromisso fosse aceitável - a liberdade

completa de propaganda; a convocação imediata da Assembleia Constituinte. O artigo escrito por Lénine não chegou a tempo à redacção do *Pravda*, que nessa altura se publicava sob o título de *Rabótschi Put*. O próprio Lénine continuava na clandestinidade. Dois dias depois já era tarde de mais. Vladimir Ilitch enviava o artigo à redacção pedindo que o intitulasse *Pensamentos Tardios*. Por vezes talvez seja de interesse conhecer mesmos os pensamentos tardios...

Tarde por quê? Na noite de 1 para 2 de Setembro, os mencheviques e SR's, maioritários ainda, fazem aprovar uma resolução apoiando o Directório e concedendo plenos poderes a Kerenski. Embora afirmassem ter rompido com as forças que compunham o Directório, apoiavam-no, pondo em causa a revolução pacífica. Tal ideia - a do desenvolvimento pacífico da revolução russa - tinha muita força no pensamento de Lénine e dos bolcheviques, dispostos a explorar todas as suas possibilidades. Dias depois, o grupo menchevique desagrega-se e cresce, em torno de um dos seus dirigentes, Martov, uma tendência que se pronuncia contra a coligação burguesa. Mencheviques e SR's chegam a criticar, no Comité Executivo Central dos Sovietes, as decisões de Kerenski que pretendia encerrar jornais e suprimir os comités de combate às acções contra-revolucionárias. Mas as propostas dos bolcheviques não encontraram senão hostilidade da parte dos partidos pequeno-burgueses.

É assim que, em 10-12 de Setembro, Lénine conclui que os bolcheviques **podem e devem** tomar o poder do Estado nas suas mãos.

**Podem** - escreveu o dirigente bolchevique - pois a maioria activa dos elementos revolucionários do povo de ambas as capitais é suficiente para arrastar as massas, para vencer a resistência do adversário, para o destruir, para conquistar o Poder e mantê-lo. Pois, propondo imediatamente uma paz democrática, entregando imediatamente a terra aos camponeses, restabelecendo as instituições e as liberdades democráticas espezinhadas e destruídas por Kerenski, os bolcheviques formarão um governo que *ninguém* derrubará.

A maioria do povo está *por nós*. Demonstrou-o o longo e difícil caminho de 6 de Maio a 31 de Agosto e a 12 de Setembro: a maioria nos soviets nas capitais é *fruto do desenvolvimento do povo para o nosso lado*. As vacilações dos socialistas-revolucionários e dos mencheviques, o reforço dos internacionalistas entre eles, provam a mesma coisa.

Na outra carta, escrita no mesmo período e enviada separadamente ao Comité Central do Partido, Lénine fala das medidas a tomar para organizar a insurreição:

**É necessário, sem perder um minuto, organizar o estado-maior dos destacamentos insurreccionais, repartir as nossas forças, enviar os regimentos seguros para os pontos mais importantes, cercar o Teatro Alexandre, ocupar a fortaleza de Pedro e Paulo, deter o estado-maior general e o governo, lançar contra os cadetes e a Divisão Selvagem destacamentos dispostos a morrer para impedir o inimigo de penetrar nos centros vitais da cidade; devemos mobilizar os operários armados, chamá-los a uma derradeira e encarniçada luta, ocupar simultaneamente o telégrafo e os telefones, instalar o nosso estado-maior da insurreição na central telefónica, ligá-lo por telefone a todas as fábricas, a todos os regimentos, a todos os centros de luta armada.**

A palavra de ordem dos bolcheviques, **Todo o Poder aos Sovietes**, adoptada por estes, apoiados na vontade dos operários e dos camponeses pobres, passou a equivaler, a partir de então, ao apelo à insurreição armada e ao derrubamento do governo de Kerenski, que representava os interesses da grande burguesia. A insurreição estava na ordem do dia. Sem dia marcado. Mas os esforços dos bolcheviques orientavam-se decididamente no sentido da sua organização, enquanto a crise se aprofundava no país.

O governo encontrava-se quase paralisado e ora tomava decisões sob a pressão das massas, ora contra elas. Ora, proclamada a república, decidia a prisão dos golpistas do general Kornilov, ora anunciava medidas contra a imprensa operária ou proibia que os soldados participassem em actividades políticas.

Por outro lado, multiplicava-se o número de destacamentos da Guarda Vermelha e alargava-se a sua organização. No princípio de Setembro, só em Petrogrado, havia cerca de 15 mil guardas vermelhos.

A situação económica degradava-se, a desorganização atingia a indústria e os transportes. A produção industrial caía, em 1917, mais de 36 por cento em relação ao ano anterior. A crise financeira acelerava-se e o poder de compra do rublo descia dez vezes em relação ao seu valor do início da guerra. A miséria era extrema entre as massas trabalhadoras. A fome alastrava. As tropas eram enviadas para sufocar os protestos. As greves adquiriam cada vez mais um carácter político, com a exigência da entrega do poder aos soviets.



Imagem do chamado Pré-parlamento, com o qual mencheviques e SR's pretendiam adiar o Congresso dos Sovietes

# AUTÁRQUICAS

DISTRITO DE BEJA

## Reforçar as maiorias no distrito de Beja

**A** CDU é actualmente a força autárquica maioritária em 10 das 14 câmaras do distrito de Beja.

O objectivo para as eleições de 14 de Dezembro é reforçar a votação na Coligação de molde

a manter estes municípios, prosseguindo a obra realizada, e a conquistar novas autarquias – câmaras, assembleias municipais e juntas de freguesia –, levando mais longe o trabalho, a competência e a honestidade da CDU



Os candidatos da CDU no concelho de Beja combinam a experiência e a juventude

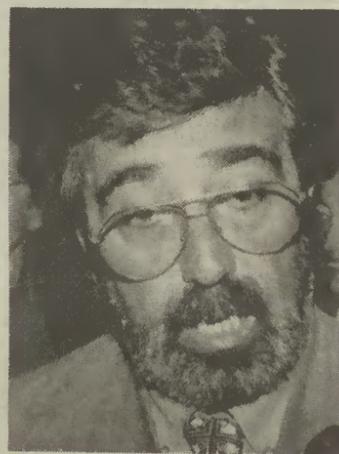
## Beja Um concelho de qualidade



A Biblioteca Municipal de Beja é uma grande realização do Poder Local

O Poder Local democrático transformou profundamente a realidade do concelho de Beja. Em duas décadas, o labor das autarquias dirigidas pela CDU conseguiu em Beja um sistema de saneamento básico (água, esgotos, lixo) com taxas de cobertura superiores às médias de Portugal e de um modo geral um ambiente bom; uma actividade cultural e desportiva notável; o apoio ao ensino, com atenção especial ao ensino superior, e ao movimento associativo popular incluindo as associações de idosos, reformados e pensionistas; o fomento da habitação de custos controlados que beneficiou centenas de famílias; uma política urbanística que de forma planeada procura assegurar uma boa qualidade de vida numa cidade de média dimensão; a dinamização da actividade económica; a criação, enfim, de condições para o desenvolvimento económico e social.

Apesar das limitações impostas pela administração central – cortes nas verbas para as autarquias e nos investimentos do Estado,



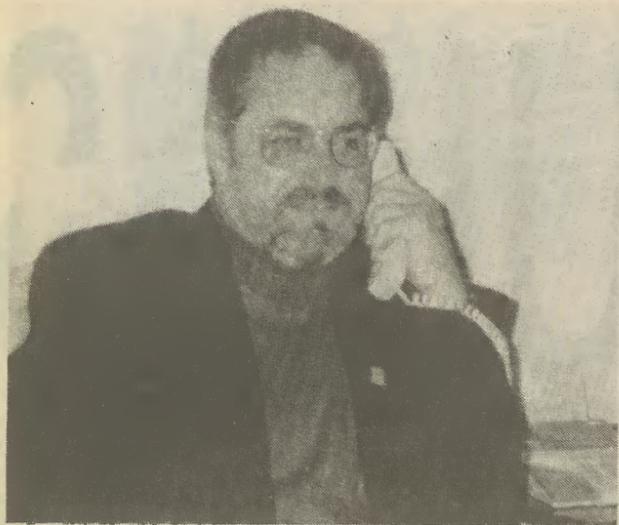
Carreira Marques, o presidente da Câmara de Beja, encabeça a lista da CDU

atrasos burocráticos na aprovação de processos de obras autárquicas – e do não cumprimento pelos governos de promessas feitas, a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia da CDU no concelho de Beja têm uma enorme obra realizada, conhecida pelos diferentes sectores e camadas da população.

A Biblioteca Municipal de Beja e a abertura de pólos desse equipamento nas freguesias de Salvada e Beringel, a Galeria dos Escudeiros, a Casa das Artes Jorge Vieira, a Casa da Cultura, o Museu Regional, a programada renovação do Cine-

Teatro Pax Julia, tudo isso são grandes realizações no plano cultural que servem não só os habitantes da capital do distrito como também as populações de todo o distrito. A juntar a uma actividade cultural cujos méritos são reconhecidos a nível nacional, há toda uma política de construção de equipamentos desportivos e de apoio à prática desportiva, desde a escola até aos clubes.

A cooperação com entidades como o Núcleo Empresarial da Região de Beja (na promoção do Parque Industrial ou na organização de feiras temáticas, por exemplo), a Associação de Criadores de Ovinos do Sul (na realização da Ovibeja), a EDIA (em tudo o que diz respeito a Alqueva) ou a Associação Comercial (no apoio ao comércio tradicional e à dinamização do Centro Histórico), bem como as relações económicas e culturais com a Tunísia, são outras vertentes da acção autárquica em Beja visando um desenvolvimento integrado e harmonioso do concelho.



Lopes Guerreiro, presidente da Câmara de Alvito, encabeça de novo a lista da CDU

## Alvito Uma viragem no concelho

**F**azer de Alvito um bom conselho - este tem sido o lema da equipa da CDU liderada por Lopes Guerreiro à frente da Câmara de Alvito.

Durante o mandato que agora termina, os progressos alcançados foram evidentes e os munícipes - e muitas pessoas que visitam o concelho - estão de acordo que a obra realizada é positiva e que se mais não foi feito isso deve-se a entraves colocados pelo poder central e aos limitados recursos do Município. Mas o progresso é evidente, sobretudo no que dependia da vontade e dos recursos da Câmara de Alvito.

Em relação às eleições autárquicas de 14 de Dezembro, há grande confiança e tranquilidade nas fileiras da CDU. O programa eleitoral, tanto para a Câmara como para as freguesias de Alvito e de Vila Nova da Baronia, foi debatido com munícipes, colectividades e diferentes entidades e organizações, de molde a corresponder às aspirações da maioria da população. As listas de candidatos, já prontas, foram democraticamente formadas com participação de activistas da CDU e de cidadãos que até agora não estavam com a Coligação, apresentando-se renovadas, cheias de pessoas - homens, mulheres, jovens - com vontade de contribuir para o progresso da sua terra.

O mandatário concelhio da CDU é António João Valério, professor, conhecido pelos seus estudos sobre as raízes

históricas e culturais de Alvito. Para ele, que é um independente, houve nestes anos de gestão da CDU encabeçada por Lopes Guerreiro, "uma viragem no concelho e Alvito é hoje uma terra mais democrática, mais aberta conhecida".

Face à obra realizada nos últimos quatro anos no concelho e ao crescente número de apoiantes da CDU, os responsáveis da Coligação em Alvito - que se lembram bem das dificuldades que houve em 1993 para constituir as listas - estão francamente optimistas em relação aos resultados das eleições de 14 de Dezembro próximo. Os candidatos da CDU apenas prometem trabalho, honestidade e competência mas, como diz o presidente Lopes Guerreiro, "quando o objectivo é grande, não basta um mandato"...

## Cuba Uma mulher à presidência

**B**ertolina Maria Palma, de 42 anos, casada, professora, militante do PCP desde 1974, é a candidata à presidência da Câmara Municipal de Cuba nas eleições de 14 de Dezembro. O actual presidente, António São Brás, é o cabeça de lista à Assembleia Municipal.

Única mulher à conquista da presidência de uma câmara no distrito de Beja, Bertolina Palma propõe-se continuar a obra da CDU no concelho de Cuba com "uma gestão moderna, combativa, solidária e participada". *Moderna*, porque norteada por objectivos inovadores face aos desafios que se colocam hoje a um município tendo em vista o desenvolvimento económico e social; *combativa*, porque voltada para a luta pela defesa dos interesses das populações do concelho de Cuba; *solidária*, porque as pessoas, principais agentes do desenvolvimento, devem ser as primeiras beneficiárias das vantagens desse desenvolvimento, em especial as mais desfavorecidas; e *participada*, porque "os desafios que hoje se colocam exigem que as tomadas de decisão envolvam a participação de todos, promovendo e apoiando todas as formas que permitam fomentar o estreitamento da relação entre a autarquia e a população e a intervenção directa dos munícipes na resolução dos seus problemas e na definição dos grandes objectivos

do desenvolvimento, pois só assim será possível a dignificação da vida das populações e o engrandecimento do concelho de Cuba".

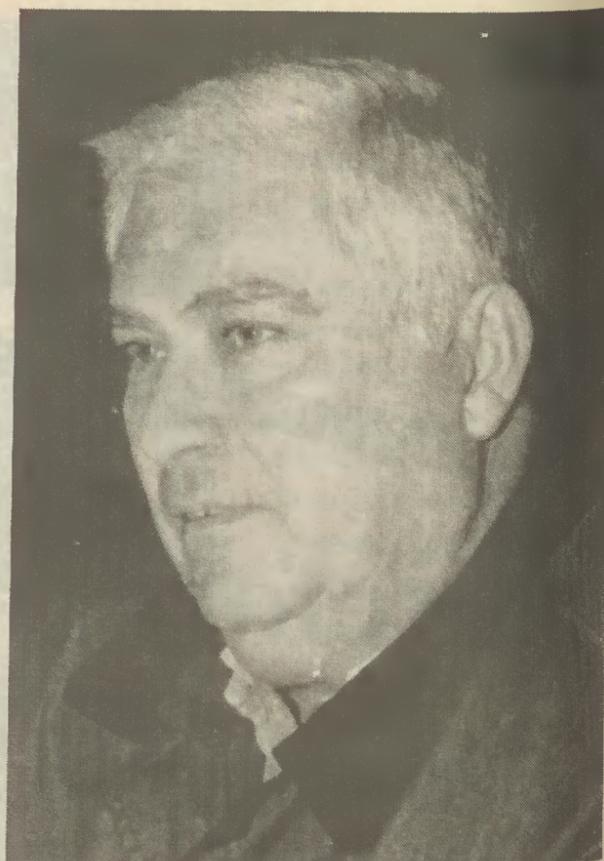
Na linha do trabalho dos eleitos da CDU, a nova equipa na Câmara de Cuba encabeçada por Bertolina Palma terá como objectivo central continuar a trabalhar - com seriedade, dedicação e competência - pelo desenvolvimento do concelho de Cuba.

Apoiando a luta contra o desemprego, criando condições para atrair investimento económico, pondo em prática uma política de ambiente e urbanismo que contribua para a qualidade de vida dos munícipes, dinamizando a cultura, o ensino e o desporto, colaborando com outros municípios alentejanos - no quadro da AMCAV e AMDB - e com outras entidades em tudo quanto diga respeito à defesa dos interesses do concelho de Cuba e do Alentejo.

Com Bertolina Palma e a CDU à frente da Câmara de Cuba, o concelho vai continuar a trilhar o caminho do desenvolvimento!



Bertolina Palma é a candidata da CDU à presidência da Câmara de Cuba



O presidente Carlos Goes recandidata-se em Vidigueira

## Vidigueira Uma aposta na juventude

**F**azer um balanço pormenorizado da acção das autarquias - Câmara e juntas de freguesia - de maioria CDU no concelho de Vidigueira não é fácil, tantas são as realizações concluídas, iniciadas e projectadas no último mandato.

À frente do Município há vários anos, o presidente Carlos Goes recandidata-se para mais quatro anos, a fim de prosseguir a obra da CDU neste concelho de Abril. Na sua equipa, renovada, há muitos jovens - garantia de que o trabalho autárquico tem futuro e de que os interesses da juventude continuarão a ser defendidos.

A conclusão do excelente complexo municipal das piscinas, a construção de equipamentos culturais e desportivos, a dinamização da habitação, a organização de iniciativas para a juventude - com música, dança, teatro, exposições de artes plásticas, jogos -, o apoio às colectividades, ao ensino e aos estudantes, aos reformados e idosos, a preocupação permanente com os espaços verdes e com o bom ambiente, a cooperação entre a Câmara e as juntas de freguesia - tudo isso é bem conhecido da população do concelho de Vidigueira e dos muitos visitantes que por ali passam.

As Piscinas Municipais, por exemplo, servem não só os jovens e menos jovens de Vidigueira e das freguesias do concelho - estudantes, desportistas e gente de todas as idades frequentam as excelentes instalações - como também nadadores de outros pontos do Alentejo e do resto do

país. Ainda recentemente, realizaram-se em Vidigueira os Campeonatos Nacionais de Natação da Força Aérea, trazendo muitos desportistas e acompanhantes.

A geminação de Vidigueira com Nisa, Sines e Évora - a Rede Vasco da Gama -, a exigência de um programa paralelo à EXPO'98 que beneficie também o Alentejo, o apoio a iniciativas regionais de reformados, a participação em acções do Movimento Alentejo pela Regionalização e Desenvolvimento (MARD), a presença nos Congressos sobre o Alentejo, a contribuição activa para a resolução dos problemas da região no quadro da Associação dos Municípios de Cuba, Alvito, Vidigueira, Portel e Viana do Alentejo (AMCAV) - nomeadamente o reforço do abastecimento de água a partir da Barragem de Alvito - e da Associação dos Municípios do Distrito de Beja (AMDB) têm sido orientação constante da CDU no Município de Vidigueira.

Com a CDU, com uma lista de candidatos encabeçada por Carlos Goes, um autarca experiente e competente que há duas décadas trabalha pelo desenvolvimento da sua terra e do Alentejo, o concelho de Vidigueira continuará, no próximo mandato, na senda do progresso.



Álvaro Cunhal em Aljustrel na apresentação dos cabeças de lista



A CDU debateu largamente listas e programas eleitorais

## Aljustrel Continuar o trabalho

O actual presidente da Câmara Municipal de Aljustrel, José Godinho, economista, de 53 anos, membro do PCP, recandidata-se nas eleições de 14 de Dezembro a um terceiro mandato à frente da autarquia. Um outro autarca experimentado, Luís Bartolomeu Palma, professor aposentado, de 60 anos, independente, encabeça a lista da CDU à Assembleia Municipal aljustrelense.

Os candidatos da Coligação Democrática Unitária no concelho de Aljustrel, homens e mulheres representando os diferentes sectores socioprofissionais e grupos etários, prepararam-se para, com o apoio das populações, renovar a

maioria da CDU na Câmara, na Assembleia Municipal e em diversas assembleias e juntas de freguesia do concelho de Aljustrel com o objectivo de prosseguir a obra realizada em duas décadas de Poder Local democrático e continuar a trabalhar em prol do progresso.

Na promoção da cultura, no incremento do desporto, no apoio ao associativismo e ao ensino, na defesa dos interesses dos idosos, na luta contra o desemprego, na exigência de mais e melhor saúde, na criação de condições para o investimento produtivo, na construção de equipamentos colectivos como pavilhões, biblioteca, piscina, na colaboração com todas as entidades interessadas na promoção do desenvolvimento – as autarquias da CDU têm sido incansáveis, ultrapassando muitas vezes a esfera das suas atribuições, e os resultados são altamente positivos.

Mas a questão central no concelho de Aljustrel é a da interrupção da laboração das minas, há já quatro anos, que provocou a perda de centenas de postos de trabalho e prejuízos incalculáveis ao comércio e a toda a actividade económica da zona. Tanto o Governo anterior, de Cavaco, como o actual, de Guterres, não tiveram vontade política de reabrir as Pirites Alentejanas, apesar das promessas e dos muitos estudos realizados, adiando a resolução do problema e arrastando todo o concelho para uma situação difícil, pelo que os partidos responsáveis, o PSD e o PS, deverão ser penalizados nas urnas pelos eleitores.

Na luta dos mineiros e da população aljustrelense pela reabertura e viabilização das Pirites, os autarcas da CDU estiveram e estarão sempre na primeira linha, por uma solução justa que assegure postos de trabalho e uma actividade económica que, a par de outras, garanta o desenvolvimento do concelho.

## Castro Verde Renovação profunda

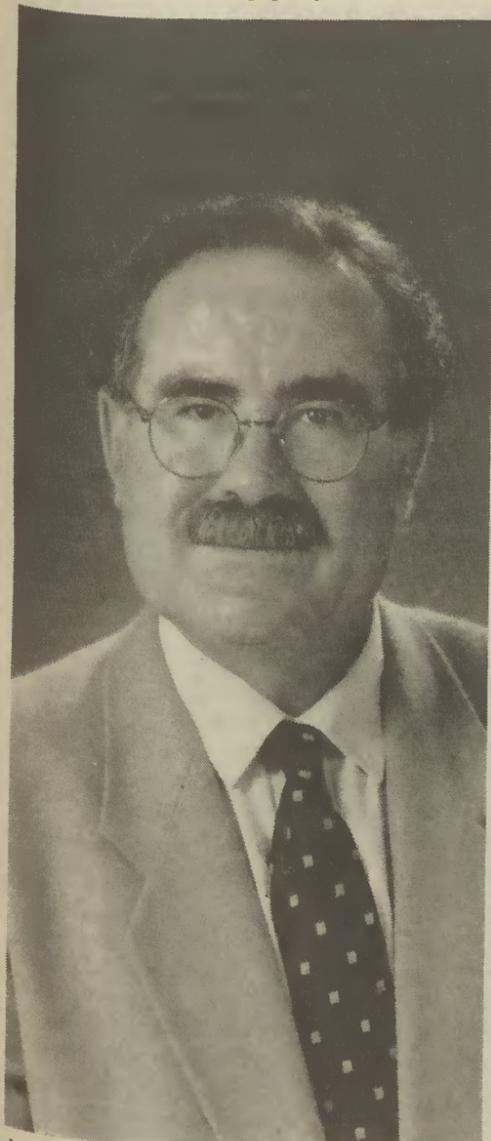
A CDU no concelho de Castro Verde vai apresentar-se nas eleições autárquicas de Dezembro com listas profundamente renovadas à Câmara, à Assembleia Municipal e às assembleias de freguesia. Gente nova para continuar nos próximos anos a obra num município onde, no quadro das atribuições e dos meios do Poder Local, já foi feito e ultrapassado o essencial – saneamento básico, construção e funcionamento de infra-estruturas culturais e desportivas, arruamentos e arranjos urbanísticos, apoios a escolas e colectividades, ajuda

à terceira idade, incentivos à habitação, cooperação com os agentes económicos, etc.

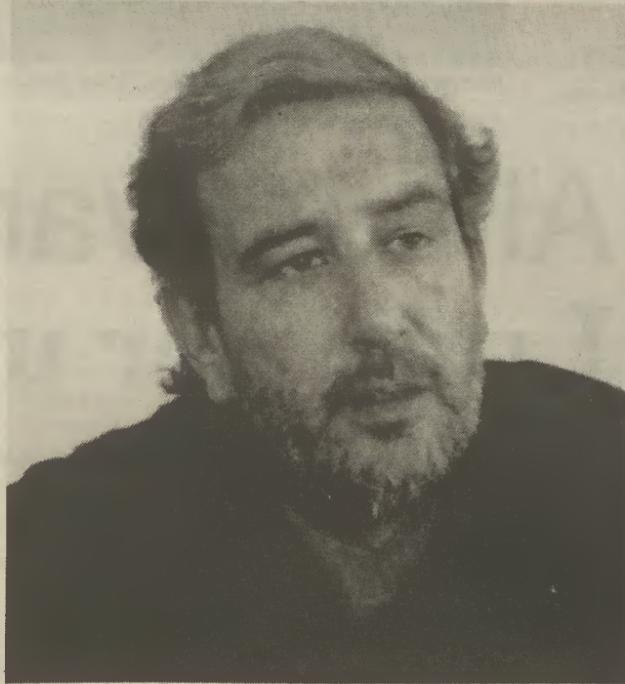
A fim de se preparar adequadamente para uma nova etapa do poder autárquico, mais voltada para o desenvolvimento económico integrado e para as questões que se colocam na transição do século XX para o século XXI, a Coligação promoveu um amplo debate em Castro Verde com o objectivo de discutir abertamente, com activistas e populações, tanto as listas como os programas eleitorais. Esse debate, muito participado, reforçou a confiança em mais uma vitória e na perspectiva de resultados que consolidem e alarguem as posições da CDU no conselho.

Metade dos candidatos da CDU no concelho de Castro Verde concorre pela primeira vez, mais de um terço são mulheres e cerca de 84 por cento são independentes, sendo a média de idades de 38 anos. Fernando Caeiros, presidente desde 1976, recandidata-se à Câmara, enquanto Manuel Guerreiro Marques, actual vereador, encabeça a lista à Assembleia Municipal. Os cabeças de lista às assembleias de freguesia são Nelson Olímpio, estudante, de 19 anos (Casével), Manuela Paulino, professora, de 40 anos (Castro Verde), Manuel Domingos, agricultor, de 40 anos (Entradas), António Colaço, torneiro mecânico, de 30 anos (Santa Bárbara dos Padrões) e Manuel Tomé, comerciante, de 47 anos (S. Marcos da Ataboeira).

Pela obra – vasta e de qualidade – realizada nestes mais de 20 anos no concelho de Castro Verde, pela estreita ligação existente entre autarcas e populações, pelos candidatos e programas apresentados, os eleitores decerto renovarão em Dezembro a confiança maioritária na CDU, para mais um mandato de desenvolvimento e progresso social.



José Godinho, presidente da Câmara, recandidata-se pela CDU



Fernando Caeiros, presidente da Câmara de Castro Verde, recandidata-se a novo mandato

**CDU**  
para fazer  
o que é preciso

AUTARQUIAS 97

PCP

## AUTARQUIAS

# Ferreira do Alentejo Reconquistar a maioria

A candidatura da CDU à Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo nas próximas eleições autárquicas tem um objectivo claro definido - conquistar de novo o município que, até 1993, foi sempre ganho pela coligação entre comunistas, Os Verdes e outros democratas. Para liderar este projecto, a CDU escolheu como cabeça de lista António Alexandre Raposo, um autarca de grande prestígio que esteve à frente da Câmara de Aljustrel de 1974 a 1989, foi depois director do "Diário do Alentejo" durante oito anos até há pouco tempo e ainda desempenha as funções de presidente da Assembleia Municipal de Aljustrel e de presidente da Assembleia Distrital de Beja. Para cabeça de lista à Assembleia Municipal, a CDU apresenta Lurdes Hespanhol, actual vereadora e antiga deputada do PCP à Assembleia da República.

Natural de Ferreira, professor aposentado,

de 60 anos, António Alexandre Raposo e a sua equipa criaram já em poucos meses uma dinâmica de entusiasmo e optimismo no concelho, mobilizando para as listas da CDU quadros de grande valor, muitos jovens e mulheres que querem contribuir para o progresso da sua terra participando democraticamente na próxima gestão autárquica, na Câmara, na Assembleia Municipal e nas assembleias e juntas de freguesia.

Como afirma António Alexandre Raposo, a CDU "parte para estas eleições com enorme confiança no eleitorado ferreirense, que mostrou ao longo da história ter consciência cívica e política para defender os seus interesses. Espero que esta confiança seja retribuída nas eleições de Dezembro, para que o concelho se reintegre na convivência democrática indispensável ao progresso e ao desenvolvimento".



Alexandre Raposo confia que a CDU vai ganhar em Ferreira

## Ourique De novo a CDU na Câmara

No concelho de Ourique, se a tradição se mantiver, a CDU triunfará nas eleições deste ano, já que, em duas décadas de Poder Local democrático, listas da Coligação Democrática e do PSD têm ganho alternadamente a Câmara. Além da tradição, há outras razões para confiar na vitória da CDU, a 14 de Dezembro: candidatos conhecidos pela sua dedicação e honestidade, um programa eleitoral realista que tem em conta as necessidades das populações e,



José Filipe Estevéns lidera a lista da CDU em Ourique

mesmo em minoria na Câmara e na Assembleia Municipal, um trabalho competente sempre em defesa dos interesses do concelho de Ourique, em especial dos mais desfavorecidos. A juntar a isto, uma notável acção nas freguesias onde a CDU é maioritária. José Filipe Estevéns, professor, actual vereador

e ex-presidente da Câmara, é de novo o cabeça de lista da CDU em Ourique. Está seguro de que, face à desastrosa gestão do PSD nestes quatro anos, o povo ouriquense, nas eleições de Dezembro, vai confiar à CDU a maioria, para mais um mandato de desenvolvimento no concelho.

## Almodôvar Lutar por um bom resultado

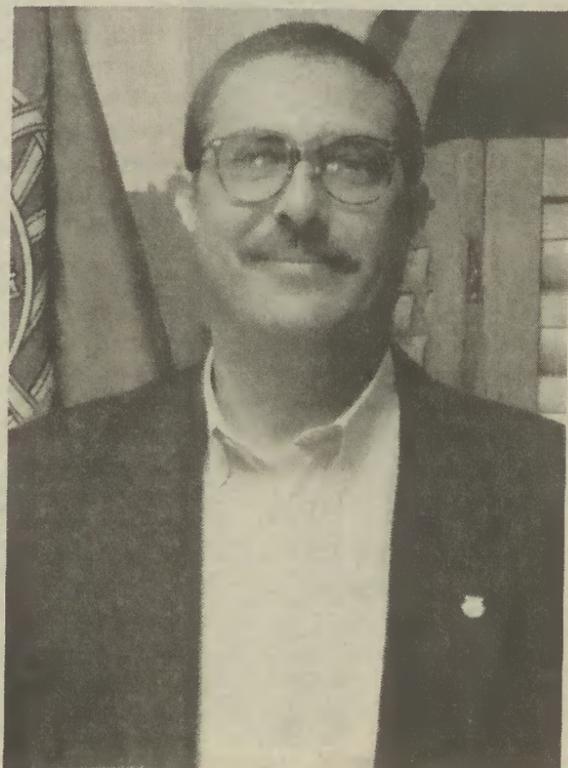
Rogério Prata, professor, independente, é o cabeça de lista da CDU à Câmara de Almodôvar, um concelho que tem sido (des)governado nos últimos anos pelo PS - acção essa, desastrosa, que os almodovarenses conhecem bem mas cujos contornos chegaram agora ao conhecimento de todo o País, através da imprensa.

A denúncia da catastrófica prática do anterior presidente e do seu sucessor e a garantia de que a CDU trará ao concelho de Almodôvar uma gestão de trabalho, honestidade e competência têm pautado a pré-campanha da Coligação Democrática Unitária.

"A promessa que aqui deixo é a de trabalhar sempre no sentido do engradecimento do concelho numa perspectiva de equilíbrio entre zonas urbanas e rurais, o que passará por uma planificação resultante de estudos e recolhas das necessidades mais

prementes e da capacidade económica da autarquia, bem como por um contacto regular com as edilidades limítrofes a fim de coordenar acções conjuntas", afirma Rogério Prata, confiante na conquista de um bom resultado eleitoral.

Na verdade, face aos escândalos em que está envolvida a ainda força maioritária e os seus dirigentes no concelho de Almodôvar, é de esperar que o povo almodovarense opte, a 14 de Dezembro, pela mudança - com a CDU.



Rogério Prata pela CDU em Almodôvar

**CDU**  
para fazer  
o que é preciso

AUTARQUIAS  
97

PCP

um Estado de novo tipo que pôs fim à ditadura do capital, colocando as riquezas, produto do trabalho, ao serviço dos trabalhadores e da sociedade em geral. Uma revolução que modelou o século, pela sua influência na luta geral da humanidade pela sua libertação e cujo exemplo, mesmo depois da derrocada da URSS e do campo socialista, inspira, em todo o mundo, novas lutas pela liberdade e pela justiça. Por toda a parte, os comunistas comemoram Outubro. Juntando-se às



manifestações que assinalam os oitenta anos passados, o «Avante!» propõe-se, neste período, publicar alguns artigos lembrando os primeiros passos dados pelos revolucionários russos de então.



Clandestino até às vésperas da Revolução, Lênine transferiu-se de Helsingfors para Vyborg e esteve nesta casa



## influência

Se nas fábricas, com os bolcheviques à frente, os trabalhadores se organizavam para lutar contra o *lock-out* e para instalar o controlo operário, nos campos, o movimento camponês crescia e com ele as acções de ocupação de terras e apropriação de colheitas, alfaias e instalações: Kerenski assinava, em 8 de Setembro, uma ordem de punição das acções dos camponeses, para levar a cabo *com o rigor do tempo de guerra*. Mas o exército já não era seguro para os governantes e registavam-se nos regimentos as recusas de soldados em reprimir o povo. Estalavam rebeliões nacionais, da Ucrânia ao Cáucaso, que se transformavam rapidamente em lutas pelo poder dos soviets.

A ingerência do imperialismo no país fortalecia-se e dava já uma ideia do que, mais tarde, ia ser a aliança entre as potências e a contra-revolução que lançaria o país numa prolongada guerra civil. Os Estados Unidos concederam um crédito de 125 milhões de dólares ao Governo Provisório, que, por outro lado, obtinha do Japão um empréstimo de 105 milhões de ienes. Dinheiro para pagar exigências: os embaixadores da França, da Inglaterra e da Itália, numa audiência com Kerenski, a 26 de Setembro, insistiram para que o Governo Provisório mostrasse «na prática a sua decisão de empregar todos os meios para restabelecer a disciplina». Kerenski fazia o que podia: o seu governo enviava, por exemplo, em 29 de Setembro, a tribunal o bolchevique V. Soloviov por este ter denunciado num artigo o apoio do embaixador inglês à contra-revolução; em Riga, mostrando partilhar das mesmas preocupações, os militares alemães fuzilavam seis membros do Comité Executivo do Soviete de Deputados Operários.

Mencheviques e SR's, entretanto, dão tempo a Kerenski e convocam para 14 de Setembro uma *Conferência Democrática de Toda a Rússia*, tentando, ao adia-lo, substituir na prática o Congresso dos Sovietes e obter, através da composição da Conferência, uma maioria dócil, onde os bolcheviques fossem minoria. A Conferência decide então a criação de um Conselho Provisório, ou Pré-Parlamento, que o Governo Provisório reconhece apenas como órgão consultivo. Lênine pronuncia-se pelo boicote a essa instituição que se destina apenas a afastar as massas da perspectiva revolucionária, a enganar os operários e camponeses e trava uma batalha para persuadir os seus camaradas a abandonar a Conferência. Era preciso tomar o poder e salvar o país da catástrofe. E só os bolcheviques estavam em condições de fazê-lo. De satisfazer as aspirações do campesinato; de evitar a queda de Petrogrado nas mãos dos alemães e de impedir que fosse avante uma paz separada entre estes e os ingleses. De propor a verdadeira paz aos povos.

A crise amadureceu, escrevia Lênine, a 29 de Setembro, em Vyborg, para onde se tinha clandestinamente deslocado. Está em jogo todo o futuro da revolução russa.

(continua)

## Dez Dias que Abalaram o Mundo

*Eis um livro que gostaria de ver publicado em milhões de exemplares e traduzido em todas as línguas, escreveu Lênine, em nota introdutória à obra de John Reed, Dez Dias que Abalaram o Mundo, um livro que leu com o maior interesse e sem que a minha atenção abrandasse um só momento. Vladimir Ilitch Oulianov recomendava, nessa nota, a sua leitura aos operários do mundo inteiro.*

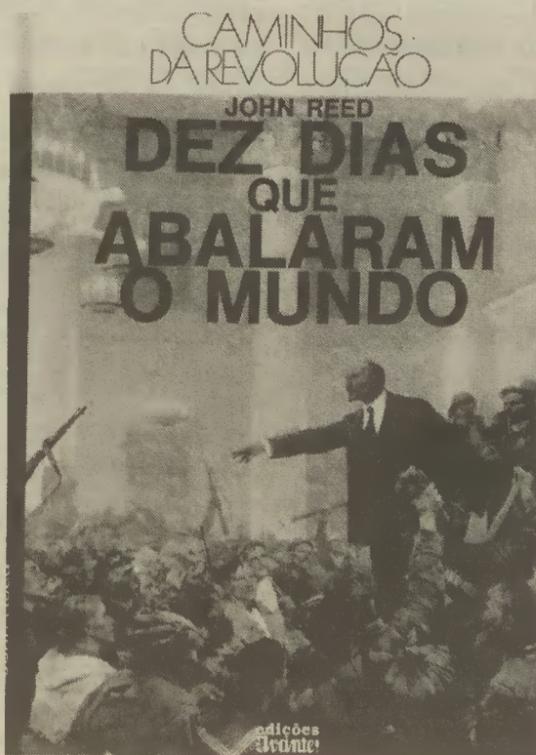
Trata-se de um livro que foi já publicado, de facto, em milhões de exemplares, em numerosas línguas, lido em todo o mundo, por operários, por intelectuais, por todos aqueles que, de um modo ou de outro, sentem necessidade de informar-se acerca de um dos momentos mais significativos da história da humanidade. No ano em que se comemora o 80º aniversário da Revolução de Outubro, as Edições «Avante!» tornaram a publicar, em 6ª edição, o livro de Reed. E nós aqui deixamos, a lembrar aos que já o leram e a convidar a fazê-lo os que ainda não o fizeram, alguns excertos.

(...) Entre as massas de operários, soldados e camponeses, havia um sentimento obstinado de que o «primeiro acto» não estava ainda representado até ao fim. Na frente, os comités do exército estavam em luta permanente com oficiais que não conseguiam habituar-se a tratar os seus homens como seres humanos; na retaguarda os comités da terra eleitos pelos camponeses estavam a ser atirados para as prisões por tentarem cumprir os regulamentos do governo relativos à terra; e os operários nas fábricas lutavam contra as listas negras e os *lock-outs*. Mais ainda, exilados políticos que tinham regressado estavam a ser expulsos do país como cidadãos «indesejáveis»; e, nalguns casos, pessoas que regressavam do estrangeiro às suas aldeias eram perseguidas e presas por actos revolucionários cometidos em 1905.

Para o descontentamento multiforme do povo os socialistas «moderados» tinham uma resposta: esperai pela Assembleia Constituinte, que deverá reunir-se em Dezembro. Mas as massas não se satisfaziam com isso. A Assembleia Constituinte estava muito bem; mas havia certas coisas concretas pelas quais a Revo-

lução russa tinha sido feita e pelas quais os mártires revolucionários apodreciam no Jazigo da Fraternidade, no Campo de Marte, e que tinham de ser alcançadas com Assembleia Constituinte ou sem Assembleia Constituinte: a paz, a terra e o controlo operário da indústria. A Assembleia Constituinte fora sucessivamente adiada - provavelmente seria adiada mais uma vez, até que o povo estivesse suficientemente calmo -, talvez para modificar as suas reivindicações! De qualquer modo, já tinham passado oito meses de Revolução, com muito poucos resultados visíveis...

(...) A política do Governo Provisório alternava entre reformas ineficazes e severas medidas repressivas. Uma circular do ministro socialista do Trabalho ordenava que, de futuro, todos os comités operários se reunissem apenas depois das horas de trabalho. Entre as tropas na frente, os «agitadores» dos partidos de oposição eram presos, os jornais radicais encerrados e a pena capital aplicada aos propagandistas revolucionários. Eram feitas tentativas de desarmar a Guarda Vermelha. Os cossacos eram enviados para manter a ordem nas províncias...



## Declaração da Comissão Política acerca do possível referendo sobre a União Europeia

# A pergunta que deveria ser colocada aos portugueses



As perguntas que Governo e PSD pretendem formular num possível referendo indiciam a preparação de uma despudorada e abusiva utilização de eventuais resultados, disse Agostinho Lopes

O Grupo Parlamentar do PCP vai apresentar na Assembleia da República um projecto de resolução integrando a pergunta que os comunistas propõem para um «possível referendo sobre a União Europeia».

Num encontro com a comunicação social, realizado no CT da Rua Soeiro Pereira Gomes, na passada terça-feira, na sequência da reunião da Comissão Política do PCP, Agostinho Lopes proferiu uma declaração (que a seguir se transcreve), onde divulgou o teor da pergunta que, na opinião do PCP, deverá ser colocada aos portugueses.

«A Comissão Política do Comité Central analisou ontem a questão do possível referendo sobre a União Europeia e considerou:

**1.** As perguntas apresentadas pelo Governo e pelo PSD constituem uma verdadeira fraude, já que nenhuma das questões essenciais do processo de integração europeia é colocada aos eleitores.

Propondo que os eleitores respondam à pergunta, se «Portugal deve continuar a participar na construção da União Europeia que resulta do Tratado de Amesterdão?», o Governo formula aos eleitores uma pergunta manipuladora e de resposta assegurada, já que nenhuma força política coloca a questão de Portugal não participar na construção europeia.

As perguntas do PSD são igual e pateticamente manipuladoras: perguntar às pessoas se querem que a União Europeia ajude à resolução dos problemas que os cidadãos mais sentem (como o desemprego e a criminalidade), é fazer deste processo de referendo uma fantochada sem nexos, com o único objectivo de alcançar um qualquer «sim», que depois seria abusivamente utilizado como um «sim» legitimador de toda a política de Maastricht!

Governo e PSD não só mostram medo de colocar as questões essenciais, como dão claros indícios de prepararem uma manipulação monstruosa e uma despudorada utilização abusiva de eventuais resultados.

É, aliás, neste quadro, significativo que nem o Governo nem o PSD tenham respondido a uma pergunta muito simples que o PCP lhes tem formulado: **digam com clareza qual o alcance deste referendo, e o que sucederia se o «não» ganhasse!**

**2.** O PCP considera que deveria ter sido o próprio Tratado de Maastricht, em 1992, antes da sua ratificação, a ser submetido a referendo.

Mas o PS e o PSD, jogando nos factos consumados, rejeitaram essa possibilidade.

Hoje, para o PCP, o referendo realmente necessário seria o que perguntasse aos eleitores se concordam ou não com a moeda única, e com tudo o que lhe está associado (critérios de convergência do Tratado de Maastricht e Pacto de Estabilidade).

Novamente PS e PSD, na revisão constitucional que agora acabou, voltaram a negar essa possibilidade aos portugueses.

Mas, ao inscreverem no artigo 115º, nº 5, a possibilidade de serem submetidas a referendo «questões de relevante interesse nacional que devam ser objecto de convenção internacional», PS e PSD, se fecharam a porta aos referendos que efectivamente eram necessários, não impuseram, no entanto, que os referendos tivessem de ser a monumental fraude que mostram agora querer praticar.

**3.** Se a pergunta deve colocar uma questão, então que seja colocada uma questão verdadeiramente essencial, no seu contexto histórico concreto, através do qual ela ganha o seu significado.

O que o Tratado de Amesterdão levanta como questão essencial é a evolução da integração europeia, no sentido de cada vez maiores transferências de soberania (nomeadamente no âmbito da política externa e de segurança, da justiça e assuntos internos, entre outras), evolução acelerada nos últimos tempos com a intenção de abandonar o escudo como moeda nacional e de executar o Pacto de Estabilidade com pesadas multas aos países que não cumprirem os critérios de Maastricht.

Aos portugueses deve ser dada a oportunidade **de se pronunciarem sobre esta questão essencial**, no seu conteúdo, dinâmica e contexto histórico, tanto mais que alguns países da União Europeia optaram por outros caminhos (Inglaterra, Dinamarca, Suécia).

**4.** É com esse objectivo que o PCP vai apresentar na Assembleia da República, um projecto de resolução de modo a que a pergunta a considerar em referendo seja a seguinte:

«Concorda que a evolução da integração europeia implique maiores transferências de soberania nacional, desde a supressão do escudo e a imposição de multas aos países que não cumpram os critérios de Maastricht até às novas transferências previstas no Tratado de Amesterdão?»

# O Governo PS e o direito de asilo

## Mudar a lei para que tudo fique na mesma



■ António Filipe

Quando se esperava, a avaliar por tudo o que se disse e escreveu, que o Governo PS se propusesse alterar o que de pior foi feito pelo PSD em matéria de direito de asilo, eis que aparece na AR uma proposta de lei que tem como objectivo mudar algumas coisas para que tudo fique na mesma. Sempre em nome de um "amplo consenso nacional" que não é mais que o acordo entre o PS e o PSD.

### 1

Lembrar-se-ão ainda muitos leitores de que em Agosto de 1993 a matéria do direito de asilo teve honras de primeira página. O PSD, com a maioria absoluta de que então dispunha na Assembleia da República, fez aprovar uma nova lei sobre direito de asilo, alterando a que vigorava desde 1980. O objectivo do PSD era muito claro: tratava-se de adoptar em Portugal uma legislação relativa ao reconhecimento do direito de asilo e do estatuto de refugiado que viesse ao encontro das orientações dadas pelos países dominantes do chamado processo de "construção europeia". Assinados os Acordos de Schengen e a respectiva Convenção de Aplicação, a Convenção de Dublin e o Tratado de Maastricht, como peças basilares da edificação de uma "fortaleza" xenófoba europeia, empenharam-se os países signatários em alterar as respectivas legislações nacionais por forma a limitar de forma drástica as possibilidades de reconhecimento do direito de asilo em países da União Europeia.

### 2

Este processo de alteração legislativa não foi pacífico em Portugal. Uma primeira tentativa governamental de alterar a lei de asilo com recurso a uma autorização legislativa foi vetada pelo Presidente da República que, na mensagem que dirigiu à AR, chamou a atenção para as especiais responsabilidades do nosso país em "contrariar e prevenir, com serenidade e firmeza e com sentido humanitário, as tentações de chauvinismo e xenofobia que se vão manifestando no velho continente". Em resposta ao veto presidencial, Cavaco Silva fez da questão do direito de asilo pretexto para mais um episódio de guerrilha institucional, obrigando a Assembleia da República a reunir em pleno Agosto num cenário de crise artificial, com o ministro Dias Loureiro a recorrer a uma demagogia sem limites, fundamentando a alteração da lei de asilo na necessidade de conter a imigração ilegal.

### 3

De qualquer modo, a maioria absoluta do PSD ditou a sua lei e reduziu drasticamente os direitos dos requerentes de asilo em Portugal. Praticamente todos os pedidos passaram a ser decididos pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras através de uma forma de processo acelerado que não é mais do que um expediente administrativo para recusar, não apenas o asilo, mas até a apreciação do próprio requerimento. As razões humanitárias deixaram de ser atendíveis para efeitos de reconhecimento do direito de asilo, dando lugar quando muito a uma autorização de residência provisória a conceder pelo Governo. Foi negado o efeito suspensivo dos recursos interpostos da recusa de pedidos de asilo e foram negadas aos requerentes as garantias mínimas para poderem fazer valer os seus direitos.

### 4

A lei aprovada pelo PSD foi contestada desde a primeira hora na Assembleia da República pelo PCP, pelo PEV, e também pelo PS. Recebeu a crítica de muitas organizações não governamentais: do Conselho Português para os Refugiados; da Amnistia Internacional; da Obra Católica das Migrações; da generalidade do movimento associativo anti-racista. Suscitou, da parte do representante em Portugal do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados diversas iniciativas de sensibilização para a necessidade da sua alteração, por forma a garantir garantias mínimas para os requerentes de asilo. Não admira pois que logo no início da presente legislatura, o Governo PS tenha anunciado a alteração da lei de asilo como uma das suas prioridades, reafirmando compromissos assumidos em período pré-eleitoral.

### 5

Não teve esta promessa eleitoral sorte diferente de muitas outras. Prioridade não houve. Quem apresentou um Projecto de Lei na Assembleia da República para alterar a lei de asilo foi o PCP. Foi preciso esperar pela terceira sessão legislativa para que uma iniciativa do Governo pudesse ser debatida.

O problema porém não se ficou pelo atraso. Mais grave do que isso é a frustração das expectativas que foram sendo criadas e alimentadas pelo PS quanto a uma alteração substancial da legislação que havia sido aprovada pelo PSD. É que, se há aspectos do regime legal vigente que o actual Governo se propõe

alterar num sentido positivo, o que é facto é que a proposta de lei agora apresentada não se afasta, em aspectos cruciais, da matriz da lei que o PSD há quatro anos fez aprovar.

É verdade que no plano do apoio social aos requerentes a proposta de lei introduz alguns progressos; é certo que a questão do reagrupamento familiar é tratada em termos mais razoáveis; é verdade também que os recursos que sejam interpostos para o STA face a decisões que recusem o reconhecimento do direito de asilo têm efeito suspensivo automático.

Mas o que de fundamental resulta da proposta de lei do Governo PS é a manutenção em vigor de disposições legais que o PS havia criticado aquando da sua aprovação pelo PSD e a criação de novas disposições inaceitáveis. Senão vejamos:

Em primeiro lugar, o regime de processo acelerado previsto na lei do PSD é substituído na proposta de lei do PS por uma fase de admissibilidade do pedido, da competência do SEF, e que, tal como no processo acelerado, assenta em decisões discricionárias da parte dos serviços. Basta que o SEF considere que se verificam causas de exclusão "manifestas"; ou que as alegações do requerente são "destituídas de fundamento"; ou que o pedido é "claramente fraudulento", para que o requerimento não seja sequer admitido para apreciação.

Particularmente grave é o regime aplicável aos casos em que o pedido de asilo seja apresentado nos postos de fronteira, na sequência de entrada irregular no território nacional. Nesse caso, o SEF decide da admissão do pedido no prazo de 5 dias, e em caso de não admissão, pode o requerente pedir, em 24 horas, a reapreciação do caso pelo Comissariado Nacional para os Refugiados, que decidirá nas 24 horas seguintes. Só que, nestes sete dias, o requerente é obrigado a permanecer na zona internacional do aeroporto.

Quando nos lembramos das diligências que foram feitas pelos advogados José Vera Jardim (hoje Ministro da Justiça) e António Costa (hoje Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares) para conseguir o "habeas corpus" de uma cidadã de nome Vuvu Grace que se encontrava detida na zona internacional do aeroporto, parece inacreditável que seja o Governo de que ambos fazem parte a apresentar uma proposta de lei que condena a esmagadora maioria dos requerentes de asilo a aguardar sete dias no aeroporto que haja uma decisão sobre se o seu requerimento é, ou não, apreciado.

Em segundo lugar, o Governo reconhece a importância de garantir a eficácia suspensiva automática do recurso que seja apresentado perante o STA, face à recusa do direito de asilo. Mas já não reconhece o mesmo efeito suspensivo aos recursos que sejam apresentados perante o Tribunal Administrativo de Círculo, face à decisão de não admissão do requerimento. Não é compreensível esta disparidade de critérios.

Em terceiro lugar, a proposta de lei continua a fazer depender o reconhecimento do direito de asilo, ou mesmo a admissibilidade do pedido, de critérios que não decorrem de qualquer consideração humanitária, mas antes de meras considerações de política externa, ou mesmo de oportunidade.

Em quarto lugar, a solução proposta pelo Governo para a composição do Comissariado Nacional para os Refugiados, é verdadeiramente abstrusa. Propõe o Governo que tal Comissariado seja composto por um Magistrado Judicial, um Magistrado do Ministério Público como adjunto do primeiro, e um licenciado em Direito com funções de assessoria. Os dois magistrados seriam nomeados pelo Governo mediante designação dos respectivos Conselhos Superiores. O terceiro seria simplesmente um "job" para mais um "boy" de nomeação governamental. Esta proposta suscita várias objecções. Primeira, a de que não é pelo facto de um órgão ser composto por magistrados que se torna independente. Os magistrados a integrar o comissariado não exercerão as funções de magistrados, mas de titulares de um órgão da Administração Pública. Segunda, a de que não é adequado que os Conselhos Superiores da Magistratura e do Ministério Público sejam envolvidos na designação de membros que hão-de integrar órgãos a funcionar na órbita governamental. Terceira, a de que, sendo as magistraturas independentes, não se percebe por que é que o magistrado do Ministério Público há-de ser o adjunto do magistrado judicial.

Finalmente, é de lamentar que o Governo não aproveite esta iniciativa legislativa para retomar o bom princípio, eliminado em 1993, de que o direito de asilo pode ser reconhecido por razões humanitárias. Também neste caso o Governo PS segue integralmente as pisadas do PSD.

### 6

Fica assim muito claro que as críticas contundentes que o PS fazia ao PSD em 1993 a propósito da alteração da lei de asilo não passavam afinal de gritaria para simular oposição. Não que essas críticas não fossem justas. Mas porque o PS, como aluno exemplar do fundamentalismo europeísta, nunca as sentiu como suas.

Com esta proposta de lei, a verdade vem ao de cima: as críticas contundentes ao PSD foram substituídas pelo objectivo de obter um "amplo consenso nacional" com o PSD. As promessas de alterações substanciais à legislação aprovada pelo PSD foram substituídas pela proposta de algumas pequenas mudanças destinadas a garantir que tudo fique na mesma.

# As palavras e os actos do Governo na formação profissional

■ Eugénio Rosa

**U**m dos aspectos que mais caracteriza o actual governo é precisamente a grande distância que existe entre o que diz e o que faz.

Por exemplo, a actual ministra para o Emprego e Qualificação tem multiplicado os discursos sobre a baixa qualificação da maioria dos trabalhadores das empresas portuguesas, sobre a necessidade de aumentar a sua qualificação, e sobre também a necessidade do FSE continuar a apoiar maciçamente o esforço de formação profissional em Portugal para além do 2º Quadro Comunitário de Apoio, que, como se sabe, termina em 1999.

Em artigo que publicámos no "Avante" de Março de 1997 com o título "EMPREGO E QUALIFICAÇÃO EM PORTUGAL", abordamos esta questão, provando que a sua gravidade não registou qualquer melhoria significativa nos últimos anos.

Assim, tomando como base a amostra das empresas que são obrigadas a enviar "balanços sociais" ao Ministério da Qualificação e Emprego, que são as que têm mais de 100 trabalhadores, portanto as com maior capacidade, que, em 1995, abrangeu cerca de 2.002 empresas, tiram-se as conclusões que a seguir se apresentam

Em termos de qualificação, em 1995, apenas 4,9% do pessoal ao serviço das empresas que apresentaram balanço social eram quadros técnicos (superiores, médios e intermédios); somente 28,4% pertenciam a profissões qualificadas e altamente qualificadas, e 66,7% do total do pessoal destas empresas pertencia a profissões não qualificadas ou semiquilificadas (praticantes, aprendizes, não qualificados, etc.).

Em termos de formação escolar, em 1995, 76% do pessoal das empresas que entregaram o balanço social possuíam apenas o ensino básico ou mesmo menos (38,8% tinha apenas o 1º ciclo do ensino básico ou menos, 19,8% o 2º ciclo, 17,4% o 3º ciclo do ensino básico); 16% possuíam o ensino secundário, e apenas 8% tinham o ensino superior, que incluía o superior profissional, o superior politécnico técnico e o superior universitário.

É evidente que esta baixa qualificação e esta baixa escolaridade cria não só graves limitações à competitividade das empresas e do País, mas também faz correr graves perigos aos trabalhadores, já que estes têm cada vez maiores dificuldades em se adaptar rapidamente às rápidas e profundas transformações tecnológicas que surgem continuamente. Para além disso, cerca de 120.000 jovens são lançados todos os anos no mercado de trabalho possuindo a maior deles ou uma insuficiente formação escolar (mais de metade destes tem apenas o 12º ano de escolaridade ou menos) ou uma formação pouco orientada para as necessidades reais das empresas e organizações.

Perante esta situação, qual tem sido a prática do actual governo?

## Mais um ano perdido para a formação profissional

Em Setembro de 1997, realizou-se na Comissão de Coordenação do Fundo Social Europeu, em que participam também os representantes dos parceiros sociais, um balanço da execução, a nível de todo o País, do Fundo Social Europeu, ou seja, da formação profissional co-financiada. E os resultados foram desalentadores.

De acordo com os dados oficiais apresentados nessa reunião, a taxa de execução financeira global do Fundo Social Europeu atingia apenas de 13,8% em 31 de Agosto de 1997, sendo os valores extremamente baixos em programas fundamentais para o desenvolvimento do País e para a competitividade das empresas.

Por exemplo, se compararmos a taxa de execução de 1996 e de 1997 na mesma data em áreas fundamentais para a qualificação

profissional de jovens e de trabalhadores empregados (os activos), os valores são os que constam do quadro em anexo.

Portanto, em programas fundamentais para o desenvolvimento do País, para a competitividade das empresas, e para o combate ao desemprego, como são o da formação contínua dos trabalhadores empregados (Melhoria da Qualidade e Nível de Emprego), e o da formação dos jovens (Qualificação Inicial), em 31 de Agosto de 1997, a taxa de execução era cerca de metade ou mesmo menos de metade da execução verificada no ano de 1996, na mesma data.

É certo que o governo poderá dizer que a execução financeira não corresponde à execução física (esta última é sempre superior à primeira). Mas este facto, para além de ser verdadeiro tanto para 1997 como para 1996, também revela que, neste campo, a lei não é cumprida, já que as entidades gestoras, que são fundamentalmente entidades públicas, não prestam contas nos prazos que a lei estabelece.

No entanto, esta diminuição tão impressionante na taxa de execução verificada em 1997, não tem apenas como causa o não cumprimento da lei a nível de prestação de contas. Ela também resulta de graves incapacidades verificadas a nível das entidades governamentais ou públicas responsáveis pela gestão do Fundo Social Europeu.

Assim a alteração do quadro legal de formação profissional verificada, concretizou-se de uma forma tardia e a "conta-gotas" que acabou por provocar sérios atrasos no início da formação profissional em 1997. Por outro lado, mesmo após a sua publicação tardia, os prazos estabelecidos nesse normativo legal não foram respeitados pelas entidades nomeadas pelo governo para pôr em execução toda essa legislação. Assim, no âmbito do Programa Pessoa, que é um dos mais importantes programas de formação profissional em Portugal, a maior parte das entidades que fazem formação profissional só tiveram os seus planos de formação aprovados ou no fim do 1º semestre ou depois, ou mesmo ainda o não tiveram. Serve de exemplo, o que está a suceder com a CGTP-IN, que apresentou o seu Plano de Formação em Janeiro de 1997, que de acordo com a lei devia ter sido notificada da decisão no máximo 30 dias após a data de apresentação do Plano, e que até a esta data ainda recebeu qualquer notificação, não lhe sendo



possível, por esta razão, iniciar qualquer acção de formação em 1997. E como esta entidade realizava a maior parte da sua formação profissional fora dos grandes centros urbanos litorais, muitas localidades do interior do País deixaram de ter acesso à formação profissional, agravando-se, desta forma e neste campo, as assimetrias regionais. Finalmente, alterou-se profundamente o quadro legal sem antes estudar as consequências prováveis dessas alterações introduzidas de uma forma tão repentina, o que está a determinar que, mesmo em relação aos planos de formação aprovados, muitas das acções não se iniciem por falta de formandos ou se iniciem com um número reduzido de formandos.

## Mas assim se cumpre Maastricht

Como se sabe, a formação profissional é paga pelo FSE através do Orçamento da Segurança Social ou directamente pela própria Segurança Social. Em 1997, por exemplo, constam do Orçamento da Segurança Social mais de 170 milhões de contos para a formação profissional. Deste total, mais de 75% é financiado pelo FSE, sendo o restante pago directamente pelo Orçamento da Segurança Social. Realizando-se menos formação profissional que a prevista, as necessidades de fundos públicos portugueses para a formação profissional serão menores, e consequentemente a Segurança Social apresentará excedentes mais elevados. Logo serão também menores as necessidades de transferir fundos do Orçamento do Estado para o Orçamento da Segurança Social, e o défice orçamental diminuirá. Como consequência, o 1º Ministro poderá fazer mais conferências de imprensa para anunciar os elevados excedentes alcançados pelo seu governo na gestão da Segurança Social, e assim também se contribui para cumprir um dos critérios de Maastricht - o défice máximo de 3% do Orçamento do Estado - embora hipotecando o futuro do País, das empresas, e fundamentalmente dos trabalhadores. Que credibilidade poderá ter depois o governo para negociar em Bruxelas um quadro comunitário de apoio favorável a Portugal após 1999, quando não aplica completamente os fundos do actual Quadro Comunitário? É a pergunta que naturalmente também se coloca.

### TAXA DE EXECUÇÃO FINANCEIRA EM 1996 E EM 1997

Período: 1 de Janeiro a 31 de Agosto

MEDIDAS	1996 (Até 31.8)	1997 (Até 31.8)	Diferença (97-96)
Qualificação Inicial (Formação para jovens)	27%	11%	Menos 16 pontos
Melhoria da Qualidade e Nível de Emprego (Formação para activos)	25%	13%	Menos 12 pontos

**Edgar Correia afirma**

# Mercantilização da saúde está a acentuar-se

**O** estabelecimento de um Plano de Emergência, no sentido de resolver os problemas da acessibilidade aos centros de saúde e unidades hospitalares, é a primeira das quatro medidas prioritárias que o PCP defende para a alteração da situação no Serviço Nacional de Saúde.

Apesar de alguma valorização pelo Governo PS do papel do SNS, e dos propósitos enunciados na «estratégia nacional de saúde para 1997» - que em termos gerais acompanha -, o PCP considera que, em termos concretos, muito pouco foi alterado no rumo que vinha a ser seguido no sector pelos governos anteriores. O quadro geral é, pois, de degradação do SNS, salvaguardados que sejam os empenhados esforços de muitos dos seus profissionais, algumas medidas pontuais e as diferenças que naturalmente existem de centro para centro. Em conferência de imprensa, realizada na quinta-feira passada, no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes, Edgar Correia, membro da Comissão Política do PCP (na declaração que a seguir se transcreve) divulgou a análise dos comunistas à política desenvolvida neste dois anos de governo socialista e as medidas estratégicas que podem concretizar uma profunda reforma de orientação democrática no SNS.

## Urge alterar a situação

Se há sector da vida nacional que se destaca pela sua importância na vida da população portuguesa e pelo grau de insatisfação que lhe cria no que respeita às condições de funcionamento de muitos dos seus serviços, esse sector é sem dúvida o da saúde.

Dois anos decorridos desde a tomada de posse do actual Governo, as expectativas existentes quanto à efectiva melhoria da prestação de cuidados de saúde e quanto à alteração do rumo que vinha a ser seguido pelos governos anteriores, foram defraudadas. A situação no Serviço Nacional de Saúde (SNS) continua a degradar-se, quando avaliado no seu conjunto. E não se observam nos responsáveis pelo Ministério da Saúde nem opções políticas claras quanto à efectiva defesa e modernização do SNS, nem capacidade de concretização dos propósitos genéricos enunciados - como os constantes da "estratégia nacional de saúde para 1997" - que haviam sido merecedores de apoio.

Apesar da adopção recente de algumas medidas de carácter pontual, a acessibilidade aos centros de saúde e unidades hospitalares continua a constituir um gravíssimo problema - com falta de médicos de família, enfermeiros e outros técnicos, inadmissíveis listas de espera, atrasos no atendimento de utentes (mesmo quando portadores de doenças graves), e acentuadas discriminações de natureza classista.

A prioridade aos Cuidados Primários de Saúde não foi concretizada. E a prestação de cuidados de saúde de qualidade continua a ser um objectivo longínquo, apesar de medidas pontuais e do empenhado esforço de muitos dos profissionais do Serviço Nacional de Saúde.

Os portugueses pagam pela saúde directamente do seu bolso cada vez mais, para além do que desembolsam através dos impostos (por isso a percentagem dos gastos públicos em relação ao total da despesa com a saúde não ultrapassava os 55.5% em 1993). E são conhecidos propósitos oficiais para acentuar a mercantilização da saúde, o que conduzirá em linha recta ao agravamento deste quadro.

## Dois traços negativos

De acordo com a avaliação do PCP na acção do Ministério da Saúde sobressaem dois traços negativos fundamentais:

Primeiro: a cedência às pressões dos grandes interesses instalados no sector - multinacionais dos medicamentos e dos equipamentos, sector convencional dominado pelos monopólios da

hemodiálise e das análises clínicas, grandes construtores civis - que repartem entre si o grosso dos recursos públicos.

E, segundo: a manutenção, praticamente inalterada, da herança política neoliberal de uma década de governos do PSD e das suas traves mestras legislativas (designadamente da Lei de Bases, Estatuto do SNS e decreto-lei da Gestão Hospitalar).

A pressão dos grandes interesses e a retomada de iniciativa por parte dos sectores neoliberais (que apostam na privatização da saúde, na destruição do SNS tal como está constitucionalmente consagrado e na sua transformação num sistema mínimo e assistencialista para a população mais pobre) estão a agravar as contradições internas

no Ministério da Saúde e a minar os propósitos de quantos afirmam pretender a defesa e a modernização do Serviço Nacional de Saúde.

É o caso da política do medicamento em que ressaltam as vultuosíssimas concessões feitas pelo Governo aos interesses que dominam o sector, de que é exemplo o ruinoso acordo celebrado há meses com a APIFARMA, onde prevaleceram os interesses das multinacionais farmacêuticas. Agravado pelo abandono de políticas que permitiriam uma significativa racionalização dos gastos neste sector e a diminuição dos encargos suportados pelos utentes, para além da moralização de todo o circuito de comercialização - prescrição, designadamente através da utilização dos genéricos, da elaboração de um Formulário Nacional para o ambulatório e do desenvolvimento de funções farmácia nas unidades do SNS.

São os acordos mantidos com o sector da medicina convencional e que salvaguardam os ilegítimos privilégios privados construídos à sombra da subutilização dos recursos e das potencialidades do Serviço Nacional de Saúde.

É a política de restrições financeiras e funcionais em relação a unidades do SNS - nomeadamente dos cuidados de saúde primários - em flagrante contraste com as concessões feitas aos sectores privados que repartem entre si o fundamental dos recursos do sector.

É a linha da crescente desresponsabilização do Estado na área da saúde, consubstanciada na proposta do Ministério da Saúde de alteração do estatuto jurídico dos hospitais públicos, de modo a transformá-los em empresas públicas e a tornar possível a sua privatização parcial ou total (como a Ministra da Saúde explicitamente admitiu na esclarecedora recente entrevista que concedeu ao "Independente") e do estabelecimento de um sistema de contratação individual dos seus profissionais.

É certo que sobre os hospitais públicos, do mesmo modo que sobre os centros de saúde e sobre o SNS no seu conjunto, incidem pesados constrangimentos de natureza burocrática, administrativa, organizativa e funcional.

Mas esses constrangimentos podem e devem ser ultrapassados

sem pôr em causa a natureza pública dos serviços de saúde, garante fundamental da concretização do direito à saúde constitucionalmente consagrado.

É nesse sentido que importa empreender uma profunda reforma de orientação democrática - como aquela cujas orientações estratégicas e principais medidas o PCP apresentou ao país. E que urge também aprovar novas leis sobre a direcção e a gestão dos serviços de saúde e do SNS no seu conjunto e sobre o seu financiamento, e alterar as disposições privatizadoras que constam da Lei de Bases e do Estatuto do SNS.

## Quatro medidas políticas urgentes

O PCP considera que se impõe alterar a situação no Serviço Nacional de Saúde.

Tendo como referência programática a concepção global da reforma democrática dos serviços de saúde e as cinco orientações estratégicas que a concretizam - desgovernamentalização, descentralização, autonomia e financiamento suficiente do SNS; promoção da eficácia do SNS; gestão democrática e participada pelos trabalhadores de saúde e pelas populações; avaliação da qualidade em saúde; humanização dos serviços; - a Comissão Nacional para as Questões da Saúde do PCP assume a adopção das seguintes medidas políticas prioritárias:

**1º Estabelecimento de um plano de emergência em relação aos problemas de acessibilidade aos centros de saúde e unidades hospitalares**, que ponha termo a inadmissíveis listas de espera e atrasos no atendimento de utentes, designadamente através da adopção de medidas de carácter extraordinário até à normalização funcional da resposta dos vários serviços; aproveitamento da capacidade instalada do SNS, alargamento do funcionamento horário das consultas externas, dos blocos cirúrgicos e dos meios complementares de diagnóstico; introdução imediata de um sistema de financiamento das unidades de saúde que tenha como base a quantificação dos serviços prestados; abolição das "taxas moderadoras".

**2º Concretização de um pacote de medidas urgentes em relação aos medicamentos**: congelamento dos preços e não elevação da comparticipação por parte dos utentes; efectiva introdução dos medicamentos genéricos, aprovação de um Formulário Nacional para o ambulatório (a exemplo do que já existe a nível hospitalar) e desenvolvimento da função farmácia nas unidades do SNS, o que limitaria extraordinariamente a promoção que as multinacionais vêm fazendo de medicamentos desnecessários, ineficazes e dispendiosos, e permitiria uma racionalização de despesas da ordem das muitas dezenas de milhões de contos.

**3º Aprovação de uma nova lei de direcção e gestão democráticas dos serviços de saúde**, que desgovernamentalize o sector e substitua progressivamente os mecanismos de comando burocrático administrativo central por processos de autonomia e de auto-regulação democrática em que concorram e se equilibrem os poderes da tutela, das comunidades servidas pelos serviços e dos profissionais de saúde.

A aprovação desta nova lei envolve a revogação do decreto-lei cavaquista da gestão hospitalar e a alteração dos articulados de inspiração privatizadora e neoliberal que constam da Lei de Bases e do Estatuto do SNS.

O PCP irá apresentar proximamente os seus próprios projectos de lei relativos à Direcção e Gestão dos Serviços de Saúde, contemplando

nomeadamente a sua regionalização, e ao Financiamento do SNS.

**4º Criação do Instituto de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Saúde**, com carácter público, dirigido por especialistas de reconhecido mérito técnico e científico, de forma a atestar, mediante avaliações periódicas, a qualidade do exercício dos serviços e estabelecimentos de saúde.

**“A pressão dos grandes interesses e a retomada de iniciativa por parte dos sectores neoliberais (...) estão a agravar as contradições internas no Ministério da Saúde e a minar os propósitos de quantos afirmam pretender a defesa e a modernização do Serviço Nacional de Saúde”**

■ Anabela Fino  
Texto e fotos

## Campos de refugiados saharauis

# O renascer da esperança

Nos campos de refugiados de Tinduf, alguém pergunta a um dos muitos miúdos que rodeiam os visitantes: «O que queres ser quando fores grande?». A resposta não se fez esperar: «James Baker!». Pode parecer estranho, mas a verdade é que ex-secretário de Estado norte-americano é hoje uma espécie de herói nacional para os refugiados saharauis. Aparentemente, o caso não é para menos. Em apenas três meses, James Baker, enquanto enviado especial do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, conseguiu retirar o processo de paz para o Sahara Ocidental do impasse em que caíra há seis anos, fazer sentar à mesa das negociações representantes do Governo de Marrocos e da Frente Polisário, e levar as partes a assinar um acordo para a realização de um referendo no Sahara. Um feito que não deixa de colocar algumas interrogações. O que foi que mudou? Por que razão Marrocos diz hoje aceitar o que rejeitou em 1991? Que cedências foram feitas de parte a parte para esta mudança tão radical?

A Conferência Internacional de Apoio ao Plano de Paz no Sahara Ocidental deu algumas respostas, mas não todas. E deixou alguns alertas que é preciso não ignorar.

Qualquer tentativa de explicação do «fenómeno» Baker exige uma retrospectiva, breve que seja, da situação saharauí.

A luta pela independência do Sahara Ocidental data dos finais dos anos cinquenta, mas a resistência só assume forma organizada em Maio de 1973, data da criação da Frente Polisário. Colonizado pela Espanha - que «adquiriu» o território em 1884, na Conferência de Berlim -, o Sahara é incluído pela primeira vez na relação das regiões a descolonizar em 1963, e de então para cá já foi alvo de cerca de quatro dezenas de resoluções das Nações Unidas reconhecendo o seu direito à autodeterminação. Um direito que muitos pensaram poder ver concretizado em 1975, dado a Espanha ter aceite, no ano anterior, a realização de um referendo patrocinado pelas Nações Unidas, e chegado mesmo a efectuar o recenseamento da população saharauí.

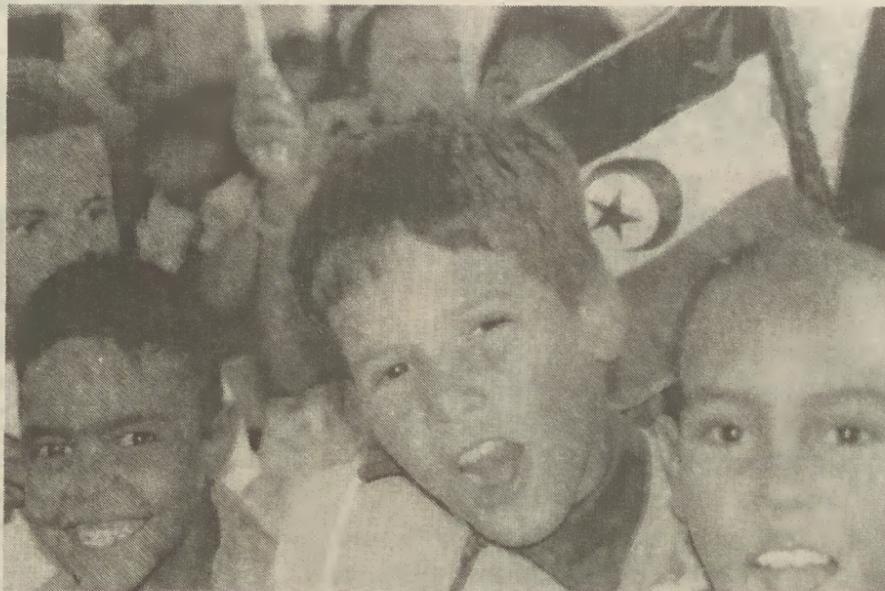
Não foi isso que sucedeu: cobiçado pelos vizinhos a norte e a sul, quer devido às suas riquezas em recursos pesqueiros e fóstatos, quer pela sua importância geoestratégica, o Sahara viria a ser alvo, em Novembro de 1975, de um acordo secreto entre a Espanha, Marrocos e a Mauritânia, em que se estipulava a partilha do território por estes dois últimos.

### Tempos de guerra

A guerra instala-se. Atacados simultaneamente em duas frentes, os saharauis morrem aos milhares. Marrocos, que então lança a famosa «Marcha Verde» fazendo avançar centenas de milhar de marroquinos para o Sahara, não hesita mesmo em utilizar napalm e fósforo contra as populações indefesas, ao mesmo tempo que lhes destrói o gado e envenena a água dos poços. Para escapar a esta autêntica tentativa de genocídio, milhares de pessoas são forçadas ao exílio no sudoeste da Argélia, outras procuram protecção nas zonas controladas pela Polisário.



Frank Rudy, ex-embaixador e representante dos EUA na Minurso entre Fevereiro de 1993 e Junho de 1994



Nos campos de refugiados saharauis de Tinduf, na Argélia, criam-se as bases do futuro Sahara livre e democrático. Um país onde, garantem os responsáveis da Polisário, não haverá discriminações de qualquer espécie



A Espanha abandona a ex-colónia em 1976. Coincidindo com a retirada do exército espanhol, a Polisário proclama, a 27 de Fevereiro, a República Árabe Democrata Saharauí (RASD). Cerca de dois anos depois, um golpe militar na Mauritânia depõe o Governo e faz alterar radicalmente a política do país face ao Sahara. Em Agosto de 1979 é assinado um acordo de paz entre a Polisário e as novas autoridades da Mauritânia, que vem posteriormente a reconhecer a RASD.

Missão das Nações Unidas para o Referendo no Sahara Ocidental (Minurso), responsável por garantir o cessar-fogo.

### História de uma traição

O referendo no Sahara Ocidental esteve marcado para 26 de Janeiro de 1992. Quase seis anos depois, o censo que deveria ter

## Uma equação com muitas incógnitas

«... Quais os elementos que influíram para que aparentemente se produza uma espectacular mudança de atitude e se fale de uma possível e próxima data para a realização do referendo? Há realmente vontade de fazer cumprir o Plano de Paz aprovado em 1990 pela ONU ou são outros os factores que levam à mudança da situação?

Lamentavelmente, a experiência ensina-nos que na política internacional o que predomina são os interesses das grandes potências e das empresas multinacionais sobre a justiça ou os legítimos direitos dos povos empobrecidos como é o caso do Povo Saharauí...»

As palavras são de Carmelo Ramirez, porta-voz da Federação das Instituições Solidárias com o Povo Saharauí, e um dos principais oboeiros da Conferência Internacional, num recente artigo de opinião em que reflecte na questão que a todos inquieta. Porquê esta súbita mudança do Governo de Hassan II?

Ao contrário de outros observadores, Carmelo Ramirez não tem ilusões quanto ao regime marroquino: «Marrocos está submetido a uma tirania de cariz medieval, com dois terços da população na

miséria, o apelo integrista reprimido e um sistema económico-político corrupto que sobrevive graças ao reconhecimento e apoio da União Europeia, em especial da França e Espanha». Ramirez não esquece igualmente que Hassan II, que sempre «jogou a cartada de ser um baluarte do Ocidente no conflito Este-Oeste», deixou de ter um papel tão relevante com o fim da guerra fria. Mas bastará isso para justificar a mudança? É duvidoso.

Mesmo os cada vez mais insistentes rumores sobre a precária saúde do monarca - cujo processo de sucessão está longe de estar resolvido - parece fraco motivo para tão espectacular reviravolta.

Mas há outros elementos a merecer reflexão: o confronto aberto entre a França (que sempre apoiou a anexação do Sahara por Marrocos) e os EUA, para o aumento de influência no continente africano; a crescente aproximação da Argélia (ex-colónia francesa, apoiante da causa saharauí e nada interessada na expansão de Marrocos para sul) aos EUA; o crescente interesse das multinacionais norte-americanas na região, como atestam os acordos económicos com o governo arge-

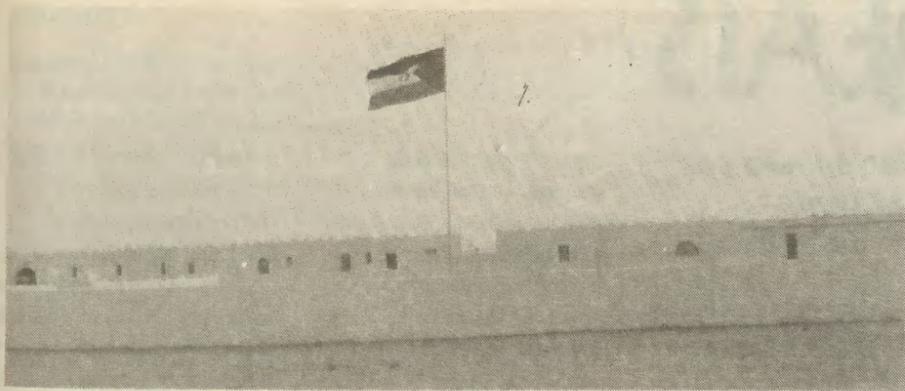
lino para a exploração de produtos estratégicos como o gás natural ou o petróleo; a violência integrista na Argélia a recomendar a resolução de outros conflitos, como o do Sahara, que se reaberto poderia exponenciar a instabilidade em toda a região; as próprias riquezas do Sahara a suscitar cobiça de negócios prósperos sem os imponderáveis de um confronto armado.

Neste contexto, a nomeação de James Baker, um político poderoso e um negociador experiente, como representante de Kofi Annan, não é certamente uma mera coincidência. Apoiado pelos EUA, Baker até pode fazer «milagres».

Como interroga Carmelo Ramirez, «não estaremos perante uma situação em que os grandes interesses multinacionais do Ocidente aconselhem a celebração do referendo?». A verdade é que Baker apontou já o ano de 1998 como o ano do referendo. A bem do povo saharauí, é de esperar que assim seja. Mas um referendo limpo, honesto, com garantias de que só os saharauis possam votar e em condições de o fazer em total liberdade.

O futuro, num Sahara livre e democrático, será a incógnita de uma outra equação.

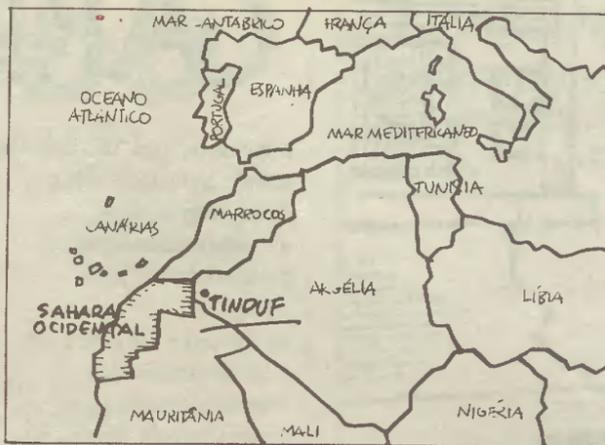
## EM FOCO



O símbolo de um país cujo povo, condenado ao exílio e à colonização, mantém viva a esperança de viver livre e independente



Em Smara, a população recebeu com entusiasmo as decisões da Conferência. Nos campos de Tinduf o lema também é «A luta continua, a vitória é certa»



## Alerta à comunidade internacional

Os apoiantes da causa Saharawi são unânimes em considerar que os acordos de Houston representam um «avanço considerável» no processo de paz, já que permitiram ultrapassar as diferenças de interpretação em domínios tão importantes como a identificação dos votantes, o

regresso dos refugiados, o aquartelamento das forças saharauis e marroquinas e a retirada parcial de Marrocos do Sahara Ocidental, a troca de prisioneiros de guerra, a libertação de presos políticos, e a aprovação de um código de conduta durante o período de transição.

Subsistem, no entanto, algumas lacunas que é necessário ter presente, designadamente quanto à definição dos limites da administração de Marrocos; o controlo da força entre o Sahara Ocidental e Marrocos por parte da ONU; o acesso terrestre, marítimo e aéreo ao território saharawi; a regulamentação, por parte das Nações Unidas, do uso dos media por ambas as partes durante a campanha eleitoral; e a garantia do respeito pelos resultados do referendo.

Tendo em conta esta realidade, a Conferência Internacional aprovou uma Declaração Política em que se alerta para a necessidade de «dotar a administração da ONU no território, durante a fase de transição e da campanha do referendo, com as prerrogativas e os meios materiais e humanos necessários para poder cumprir a sua função com eficácia, credibilidade e força moral».

O documento apela à comunidade internacional, por outro lado, para que nesta fase crucial do plano de paz «evite chegar a acordos com Marrocos que afectem a soberania, o território ou as riquezas do Sahara Ocidental»; «cesse a venda de armas a Marrocos até que seja proclamado o resultado do referendo»; participe na criação de um clima de «segurança e liberdade para a realização do referendo, através de observadores acreditados pela MINURSO»; garanta a «participação de observadores internacionais independentes e da imprensa internacional»; e dote os saharauis «da assistência necessária para fazer face aos mais de cinco milhões de minas espalhadas durante os anos de conflito, o que dificultará a movimentação durante a campanha referendária e constitui um grave perigo face ao regresso dos refugiados».

A Declaração Política inclui ainda um apelo especial a Espanha para que aproveite este momento «para levar a cabo uma acção mais dinâmica na garantia de um referendo livre e para aumentar a ajuda à população saharawi». Também as organizações de solidariedade são chamadas a intensificar a sua acção e vigilância de forma a «reforçar os saharauis na defesa dos seus direitos».

Conferência Internacional de Apoio ao Plano de Paz para o Sahara Ocidental - uma forma de a comunidade internacional contribuir para a resolução de um conflito que é uma vergonha para a humanidade

seu impasse, agora desbloqueado por James Baker, é uma história de traições, denunciada no Congresso dos EUA pelo ex-embaixador Frank Rudy, em 25 de Janeiro de 1995.

Representante dos EUA na Minurso de Fevereiro de 1993 a Junho de 1994, Frank Rudy, um advogado sem papas na língua, mantém com a causa saharawi uma relação de solidariedade cimentada na consciência do inalienável direito do povo à autodeterminação. Na Conferência Internacional foi demolidor na denúncia da hipocrisia reinante na ONU, dos jogos de bastidores, dos compadrios, da corrupção. Não hesitou mesmo em afirmar que a ONU é «uma desilusão» permanente para quem a veja como «um cavaleiro andante» na defesa dos povos.

Frank Rudy sabe do que fala. No seu famoso informe ao Congresso norte-americano - um documento que Butros Ghali o proibiu de apresentar à Comissão da ONU encarregada dos assuntos de descolonização -, Rudy acusa as Nações Unidas de pactuar objectivamente com Marrocos na adulteração dos critérios de identificação dos votantes, de forma a «saharauizar» populações marroquinas transferidas para o território, em violação do plano de paz original, e de assim poder influir determinadamente no resultado do referendo.

Os números falam por si: após 16 meses de trabalho em condições de mais do que duvidosa seriedade, a Comissão de identificação da Minurso apenas tinha conseguido examinar os processos de 62.000 pessoas num total de 242.000, dos quais 181.000 tinham sido entregues pelas autoridades marroquinas em nome de supostos saharauis residentes em Marrocos.

Frank Rudy vai ao ponto de afirmar: «O processo de identificação começou a sério em 28 de Agosto de 1994, simultaneamente no Sahara Ocidental e no sudoeste da Argélia. Pode-se dizer com segurança que a partir desta data a Minurso deixou de ser uma missão das Nações Unidas e se converteu num instrumento para a dominação por Marrocos do processo de identificação.»

### O crime e o erro

Os casos de submissão da Minurso a Marrocos abundam. Em 27 de Agosto de 1994, as autoridades marroquinas ordenaram a

retirada das bandeiras da ONU no edifício das Nações Unidas onde deveria realizar-se a identificação dos votantes. Foram obedecidas.

Durante as sessões, pseudojornalistas fotografaram e gravaram em vídeo todas as pessoas que se apresentaram para identificação; as imagens nunca apareceram em qualquer meio de comunicação, mas em contrapartida confirmou-se que os pretensos jornalistas eram agentes da segurança do Estado marroquino.

No mesmo período, descobriu-se a existência de escutas telefónicas em todas as linhas locais e internacionais da sede central da Minurso. Não houve qualquer investigação.

A correspondência chegava regularmente violada; as casas do pessoal da Minurso estavam sob vigilância...

Nada disto - e o mais que denuncia Rudy - provocou protestos, investigações, ou chegou sequer ao conhecimento da ONU em Nova Iorque, aparentemente porque Butros Ghali o impediu. O que não deixa de ser estranho. Como puderam os EUA e outras forças envolvidas no processo ignorar o que era do conhecimento de tanta gente?

O informe que Frank Rudy levou ao Congresso é um libelo de acusação contra o ex-secretário-geral da ONU, alguns responsáveis da Minurso e certas autoridades marroquinas. Mas as suspeitas deixam de fora Rabat e o palácio de Hassan II, atribuindo a alguns «ladrões» os crimes cometidos em seu nome. A propósito, Rudy cita Voltaire: «pior do que um crime, é um erro, e sua Majestade, o Rei Hassan II, não comete erros.» Ironia, ou uma porta aberta para explicar o volte-face de Marrocos?

A esperança para a resolução do conflito nunca foi tão grande. E no entanto... a situação de hoje parece estranhamente idêntica à de seis anos atrás. O que foi que mudou?



Representantes do Conselho Nacional Saharawi, ou a reserva moral de um povo orgulhoso das suas tradições

# PONTOS CARDEAIS

responsável, que "não faz sentido argumentar com o despesismo a que alegadamente levaria o processo de criação de regiões".

«Além disso, "os custos com o funcionamento dos referidos serviços, todos abrangidos pela transferência de atribuições prevista na Lei Quadro da Regionalização (LQR), poderiam ser rentabilizados com uma articulação a nível horizontal, que o actual sistema de dependência hierárquica dentro de cada ministério inviabiliza". Guerreiro referiu, no mesmo plano, "a dificuldade em definir as prioridades quanto aos investimentos por parte de quem se encontra em Lisboa e não pode ter uma visão global das carências de uma região e do respectivo processo de desenvolvimento integrado. Quem poderá decidir melhor que os dirigentes regionais se a melhoria da linha de caminho de ferro deve avançar antes da auto-estrada ou se deve fazer-se o inverso?", exemplificou.» (...).

E exemplificou muitíssimo bem. Deixando o bluff do despesismo com a careca toda à mostra.

## Ser ou não ser «assunto de Estado»

Outra linha de força do discurso anti-regionalização assenta nas pretensas ameaças à «unidade nacional», desvario demagógico que o PP de Manuel Monteiro fez descer ao expediente - aí, sim, nacionalmente afrontoso - de rasgar em pedaços a bandeira portuguesa para, em cartazes espalhados pelo País, «ilustrar» a sua campanha contra a regionalização.

Na mesma edição supracitada do *Diário de Notícias* - e, por sinal, na mesma página - surge uma entrevista de Manuel Queiró, deputado e destacado dirigente do CDS/PP, onde este afirma taxativamente que «a regionalização não é um assunto de Estado nem a ocasião é para exercitar a

bipolarização. Não pode confundir-se com um projecto partidário». Postas estas lúcidas palavras, Queiró avançou mais adiante com uma curiosa interpretação sobre a hipótese, levantada pela jornalista Paula Ferreirinha, de que «o mapa das oito regiões foi uma habilidade de Guterres para não fazer a regionalização». Responde Queiró: «Já ouvi essa versão, mas os processos de intenções em política não valem. Acho que o objectivo de Guterres foi lidar com as diferenças internas, pondo umas contra as outras e esvaziando-as dessa forma. Se ele quisesse mesmo a regionalização, teria negociado com o líder do PSD, como fez com a revisão constitucional. Mas não. E o que aconteceu? Dividiu os regionalistas da região norte de todos os partidos, que sempre estiveram unidos. Conseguiu dividir a

a dizer (e, sobretudo, o que tenciona fazer) sobre o seu correligionário António Saleiro, a quem entregou há dois anos o estratégico cargo de Governador Civil de Beja. Segundo a espantosa denúncia surgida no *Público*, através duma reportagem conduzida pelo jornalista José António Cerejo, este representante máximo do Governo do PS no Distrito de Beja e ex-presidente da Câmara de Almodôvar acumulou uma enorme fortuna nos últimos anos sem que se saiba de onde lhe veio o dinheiro, criou uma intrincada rede de dependências a coberto dos seus cargos políticos e «saltou» do modesto motorista de ambulância que era por alturas do 25 de Abril para o actual proprietário duma frota



## O bluff do «despesismo» ficou de careca à mostra

Somos diariamente massacrados pelo discurso anti-regionalização da direita, onde uma das traves mestras é o argumento do «despesismo». Segundo esses preocupados defensores das finanças públicas (muitos deles, aliás, sem réstea de preocupação nessa matéria, quando chega a altura de cumprirmos as suas próprias obrigações fiscais...), a regionalização irá onerar o País com um aumento vertiginoso da despesa pública, tudo provocado por uma augurada multiplicação de cargos e serviços. Veio esta semana no *Diário de Notícias* uma contundente demonstração de que a teoria do «despesismo» não passa de uma falácia. Vale a pena

transcrever o essencial da notícia, assinada por Vasco Grade. «A regionalização "não irá aumentar as despesas com pessoal nem multiplicar os lugares na administração pública no Algarve", onde já existem, desde 1994, 3000 funcionários de 26 organismos desconcentrados, que custam ao Estado mais de 20 milhões de contos/ano.» A análise foi ontem feita pelo presidente da Comissão de Coordenação (CRA), João Guerreiro, num seminário promovido em Faro pela Fundação Fontes Pereira de Melo. «Os números, que foram dados a conhecer pela primeira vez, permitem concluir, segundo aquele



# PONTOS NATURAIS

## Breves

1

Aquele jogador responde com um lance breve? Ouve e aprende: perderá sempre.

2

Pronto. Há-de haver por ali outro caminho. Ouve e aprende: esta é a chave.

3

Estradas sobem sobem o monte. Estás a ver? Ouve e aprende: as sábias curvas.

4

Batem à porta. É o dia de ontem. E batem, batem. Ouve e aprende: não mores lá.

5

TV é uma aparição. Imagens, lajes. Ouve e aprende: que é dos teus olhos?

6

Passa o rosário entre os teus dedos. Passa. Ouve e aprende: há uma pergunta.

7

Brilham as folhas na floresta. Ouve e aprende: na floresta.

8

As siglas ah as siglas. Ouve e aprende: o Partido.

9

Camarada mantém as suas quatro sílabas. Ouve e aprende: quatro sílabas.

10

Na liberdade qual a tua quota? Ouve e aprende: conquista e defende.

11

Aves que vêm de longe. Ouve e aprende: onde repousarão.

12

Ó Senhor dos exércitos Senhor! Ouve e aprende: quem, se não tu?

13

O amor é breve. Nunca serás breve amor. Ouve e aprende: um rio, um rasto.

14

O arco do céu que toca numa erva. Ouve e aprende: aprende-te e ouve.

região norte em duas, com a aquiescência de Fernando Gomes». Queiró *dixit*. E o que têm a dizer António Guterres e Fernando Gomes?

## Mais um escândalo de «rosa ao peito»

Por falar em António Guterres, calha perguntar ao Primeiro-Ministro o que tem

automóvel onde cintilam Mercedes de 24 mil contos e jipes topo de gama, a que se soma uma propriedade de 42 hectares, outra de 24 hectares, um apartamento em Vilamoura, outro em Lisboa, um iate de oito metros, mais um avião e iversos postos de gasolina, tudo emergindo de cheques misteriosos e fantásticos negócios imobiliários com promotores chineses que desaparecem sem deixar rasto.

Mário Castro

## AGENDA

## AMADORA

**Reunião de candidatos municipais:** no Auditório Municipal, hoje, dia 16, às 21h.

**Venda Nova - Distribuição de propaganda** nas empresas do concelho: hoje, às 7h30.

**S. Brás - Reunião da lista da freguesia:** sexta-feira, 17, às 21h30, no CT da Amadora.

**Distribuição de propaganda nos mercados** do concelho: sábado de manhã.

**Damaia - Apresentação pública da lista:** dia 18 às 16h; **Encontros de candidatos com Escuteiros,** sábado, 18: com o Grupo 90 da Damaia às 10h, com o Grupo 48 da Damaia às 11h30.

**Reboleira - Plenário de militantes do PCP e activista da CDU:** dia 18 às 15h30, na Junta de Freguesia.

**Venteira - Apresentação dos candidatos** aos órgãos autárquicos da freguesia: sábado, dia 18, às 17h, na Associação Académica da Amadora.

**Noite de Fados CDU - No Refeitório Municipal** dos Moinhos da Funcheira, sábado, 18, a partir das 21h.

## CUBA

**Apresentação dos candidatos às autarquias do concelho:** no Centro Cultural de Cuba, sexta, 17, às 21h.

## ESPINHO

**Plenário de apoiantes da CDU** para discussão das eleições autárquicas: hoje, dia 16, às 21h30, no CT do PCP (R. 8, nº 333).

## LOURES

**Bobadela - Plenário da CDU:** hoje, dia 16, às 21h30, no Grupo Recreativo Bobadense; **Video-festa com a banda «Perdidos e Achados»:** sexta, 17, às 21h30, no Jardim da Bobadela.

**Odivelas - Distribuição de propaganda da Juventude CDU:** a partir das 18h, junto ao Parque de Desportos Radicais (MacDonald's); **Sessão CDU sobre Recuperação de Zonas Antigas:** dia 17 às 21h30, na Quinta da memória, com a participação do Arq. Mário Moreira; **Visita ao Bairro do Chapim,** com a participação do candidato à presidência da JF, Eduardo Batista: sábado, 18, a partir das 14h30; **Ação de Propaganda no Centro da Cidade,** também com a participação de Eduardo Batista: sábado a partir das 10h.

**Camarate - Reunião CDU com clubes e colectividades da freguesia:** sexta, 17, às 21h, na JF; **Animação musical** promovida pela Juventude CDU: sábado, 18, às 21h30, no CT do PCP.

**Sta. Iria de Azóia - Encontro** do vereador e candidato Francisco Pereira com Comissões de Moradores da freguesia: sexta, 17, às 21h, na Casa da Cultura.

## Juventude CDU

## SANTA MARIA DA FEIRA

**Encontro Distrital de Quadros e Activistas da Juventude CDU**

Sábado, 25, às 14h30, no CT do PCP

com a participação dos **candidatos jovens** do distrito e de **Maria Manuela Silva e António Salavessa**

JUVENTUDE CDU ♦ CONCELHO DE SETÚBAL ♦ AUTÁRQUICAS 97



**Quintas de conversa**

Todas as Semanas, à Quinta-Feira, a Juventude CDU traz um convidado para conversar sobre tudo e responder a todas as perguntas! O seu trabalho, as suas ideias, os seus sonhos, as suas experiências

Quinta-feira ♦ 16 de Outubro ♦ 21h30m  
Círculo Cultural de Setúbal

**José Fonseca e Costa**

Realizador de cinema. Nascido em Angola em 1933. O homem que filmou «O Recado» (1971), «Kilas, o Mau da Fita» (1981), «Balada da Praia dos Cães» (1986), «Cinco Dias e Cinco Noites» (1996) com argumento baseado no livro do mesmo nome de Manuel Tiago/Álvaro Cunhal. Amigo de dirigentes dos movimentos anticoloniais como Mário Pinto de Andrade e Marcelino dos Santos, de cineastas como Chabrol e Doniol-Valcroze. Um realizador português que defende uma indústria de cinema nacional, que acha que é possível o cinema português ter público, que vá a todas as polémicas e vem dos tempos em que fizeram cineclubes e «Cahiers du Cinema»

Quinta-feira ♦ 23 de Outubro  
Manuel Faria

O teclista dos Trovante. O criador e produtor do duplo álbum «Filhos da Madrugada» de homenagem a José Afonso. A música no palco, nos estúdios, nos bastidores

CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



## O Secretário-geral do PCP com a CDU

Nos próximos dias, o camarada Carlos Carvalhas participa nas seguintes iniciativas da CDU:

## Em SINTRA

**Inauguração da exposição Expo Sintra CDU** na Avenida dos Bons Amigos, Cacém - hoje, quinta-feira, às 17h30

## Em GONDOMAR

**Festa CDU no Bairro Monte Crasto** - sexta-feira, 17, às 21h30

## Em OEIRAS

**Almoço-convívio de candidatos e apoiantes** na Soc. I. M. E. Cruz Quebradense, sábado, 18, às 13h

## Em SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

**Almoço-convívio de candidatos e activistas** nas Oficinas da Câmara Municipal, domingo, 19, às 13h

## Em ARRUDA DOS VINHOS

**Apresentação pública dos candidatos** na sede da candidatura (junto ao Jardim) domingo, 19, às 15h

## ESTARREJA

**Convívio de candidatos e apoiantes da CDU**

com a presença de **Álvaro Cunhal** - Sexta-feira, 17, às 19h, no Restaurante Barracão

**Prior Velho - Reunião sobre o Programa Eleitoral,** com a participação do candidato **Dantas Ferreira:** sexta, 17, às 21h30, na JF.

**S. João da Talha - «Presta Contas»** porta-a-porta nos dias 18 e 19 (sábado e domingo).

**Caneças - Visita CDU aos Bairros de Génese Ilegal:** sábado a partir das 9h.

**Sacavém - Vídeo-festa** na Academia Recreativa e de Música de Sacavém: sábado a partir das 22h.

**Apelação - «Presta contas»** sábado a partir das 9h30.

**Sto. António dos Cavaleiros - Encontro CDU** como Comunidade Hindu: na Associação de Moradores, com a participação do candidato **Adão Barata.**

## MAFRA

**Almoço de candidatos e apoiantes da CDU** de todo o concelho: sábado, 18, às 13h, no Restaurante D. Carlos, na Ericeira, com a participação de Luís Sá.

## MORA

**Plenário de candidatos,** com a participação de **José Socio:** sábado, 18, às 15h, na Casa da Cultura.

## OEIRAS

**Almoço volante** na Sociedade Instrução Musical Escolar Cruz Quebradense (R. Sacadura Cabral), com a participação dos candidatos **Arnaldo Pereira e Celorico Moreira** e do Secretário-geral do PCP, **Carlos Carvalhas:** sábado, 18, às 13 (*Inscrições até hoje, dia 15, nos CTs do PCP do concelho.*)

## SANTO TIRSO

**Trofa - Jantar de apresentação dos candidatos à freguesia,** com a participação dos candidatos aos órgãos municipais: sábado, 18, às 20h, no Restaurante Picadeiro (Santiago de Bougado).

## SINTRA

**Monte Abraão - Apresentação dos candidatos à freguesia,** com a participação de **Lino Paulo,** candidato à presidência da CM de Sintra: sábado, 18, às 16h, na Escola do 1º Ciclo de Queluz nº 1. Momento cultural com música e poesia.

## VILA FRANCA DE XIRA

**Forte da Casa - Noite de Fados** com a participação de fadistas amadores, candidatos da CDU (entre os quais **Faustino Pereira**) e apoiantes: sábado, 18, a partir das 22h, na sede da candidatura (R. Fernando Pessoa).

**S. João dos Montes - reunião** de candidatos e activistas da freguesia: sexta, 17, às 21h, no CT de A-dos-Loucos.

**Santa Iria da Azóia - Debate sobre Ambiente Urbano, Rede Viária, Acessibilidades,** integrados no ciclo «A Póvoa de Sta. Iria no virar do século»: na sede da candidatura, Quinta da Piedade, lote 72 (loja).

## VILA NOVA DA BARQUINHA

**Apresentação da lista de candidatos** aos órgãos concelhios, com a participação de **Sérgio Ribeiro, António Mendes e Sérgio Carrinho** e do cantor e compositor **Manuel Freire:** domingo, 19 às 17h, no Clube União e Recreio da Moita do Norte.

## Encontro Nacional do PCP Sobre a luta dos Reformados e as Eleições Autárquicas de 1997

Seixal - S. F. Timbre Seixalense

Sábado, 18 de Outubro, das 10 às 17h

Com a participação de

**Carlos Carvalhas**

que intervém na sessão de encerramento

Debate:

## BANCA E SEGUROS

Problemas sociais dos trabalhadores - Consequências das privatizações

Terça-feira, dia 21, às 17h30, no CT Vitória

com a participação do camarada

**Carlos Carvalhas**

que introduzirá o debate

## ENSINO SUPERIOR

- a crise que se segue

- Debate no Vitória -

Sábado, 18, às 14h30

com a participação de **Bernardino Aranda, Carlos Guedes, Edgar Correia, Hernâni Mergulhão, João Cunha Serra, Rui Namorado e Ana Carita**

## ACTUALIDADE DO IDEAL COMUNISTA

Sessão com

**Álvaro Cunhal**

Em Sta. Maria da Feira,

hoje, dia 16, às 21h30, no Salão da JF

## LISBOA

**Organização do Partido na EPAL - Plenário geral** da Organização sobre a situação social na EPAL, situação política e eleições autárquicas: sábado, 18, às 15h, no CT Vitória.

**EDP - Plenário geral de militantes** sobre a situação na EPAL e sobre as eleições autárquicas: hoje, quinta-feira, às 18h30, no CT da Av. Duque de Loulé, 111.

**Queluz - Plenário de militantes** sobre a lista para a freguesia e outras questões do âmbito das eleições: hoje, quinta-feira, às 21h30, no CT de Queluz.

## Searas do Porvir

Exposição no Palácio Galveias comemorativa do 50º aniversário da fundação do MUD Juvenil

Até 9 de Novembro

## Dia 2 de Novembro

promovidos pela Célula dos Trabalhadores da Autarquia de Almada do PCP:

## I Rally Paper - Passeio-Mistério

Tema: Eleições Autárquicas

Almoço-convívio na Quinta da Atalaia

Inscrições:

até 26 de Outubro, Tel. 272 61 54

# TELEVISÃO

## Quinta, 16

### RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá  
 10.10 Uma Estranha Dama  
 11.00 Praça da Alegria  
 11.30 Culinária  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.45 Consultório  
 14.30 Isto Só Video  
 15.05 Força de Mulher  
 16.00 Na Paz dos Anjos  
 16.40 Carmen  
 17.30 Antenas no Ar  
 19.00 País País  
 19.40 País Regiões  
 20.00 Telejornal  
 20.50 As Lições do Tonecas  
 21.25 A Grande Aposta  
 22.25 Maria Elisa  
 00.15 24 Horas  
 01.05 Musical - Mariah Carey  
 01.40 Motores

### RTP 2

15.00 Informação Gestual  
 15.55 Falatório  
 17.00 O Polvo  
 18.00 Informação Religiosa  
 18.30 Euronews  
 19.10 Um, Dó, Li, Tá  
 20.40 Remate  
 21.00 Acontece  
 21.30 Olho Vivo  
 22.00 Jornal 2  
 22.35 Mistérios de Lisboa  
 23.05 Indochina  
 (de Régis Wargnier, Fr.1992, com Catherine Deneuve, Vincent Pérez, Linh Dan Pham, Jean Yanne. Ver Destaque)  
 01.35 Falatório  
 02.30 Magacine

### SIC

09.10 Buêré  
 10.30 Receitas do Dia  
 11.00 Tocaia Grande  
 12.00 Imagens Reais  
 13.00 Primeiro Jornal  
 13.40 O Juiz Decide  
 14.40 Um Homem de Sorte  
 15.45 Buêré  
 17.30 Mulheres de Areia  
 19.00 O Amor Está no Ar  
 20.00 Jornal da Noite  
 21.00 A Indomada  
 22.00 Agora ou Nunca  
 23.00 Esta Semana  
 24.00 Último Jornal  
 00.25 No Fim do Mundo  
 01.45 Vibrações

### TVI

10.10 Animação  
 11.30 Vamos ao Circo  
 12.40 Cassandra  
 13.30 TVI Jornal  
 14.20 Mulher Perigosa  
 14.50 Caprichos  
 15.40 O Jogo da Vida  
 16.30 O Barco do Amor  
 17.30 O Xerife do Espaço  
 18.00 Animação  
 18.25 Em Nome da Justiça  
 19.15 Primeira Mão  
 20.00 Xica da Silva  
 21.00 Directo XXI  
 22.00 Ficheiros Secretos  
 23.00 O Homem que Veio do Futuro  
 (de Franklin J. Schaffner, EUA/1967, com Charlton Heston, Roddy McDowall, Kim Hunter. Ver Destaque)  
 01.10 Doido por Ti  
 01.45 Fora de Jogo  
 02.00 A Balada de Hill Street

## Sexta, 17

### RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá  
 10.10 Uma Estranha Dama  
 11.00 Praça da Alegria  
 11.30 Culinária  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.45 Consultório  
 14.30 Reformado e Mal Pago  
 15.05 Força de Mulher  
 16.00 Na Paz dos Anjos  
 16.40 Carmen  
 17.25 Riso, Mentiras e Vídeo  
 19.00 País País  
 19.40 País Regiões  
 20.00 Telejornal  
 20.55 Futebol: Marítimo-Sporting  
 23.00 A Grande Aposta  
 24.00 24 Horas  
 01.25 Vento Negro  
 (de Errol Morris, EUA/1991, com Lou Diamond Phillips, Guy Boyd, John Karlen, Jane Loranger. Mistério / Drama)  
 02.55 Toca de Robin

### RTP 2

15.00 Informação Gestual  
 15.55 Falatório  
 17.00 O Polvo  
 18.00 Informação Religiosa  
 18.30 Euronews  
 19.10 Um, Dó, Li, Tá  
 20.40 Remate  
 21.00 Acontece  
 21.30 Guerras no Jornal  
 22.00 Jornal 2  
 22.35 Mistérios de Lisboa  
 23.25 Angie, uma Mulher Só  
 (de Mariha Coolidge, EUA/1994, com Geena Davis, Stephen Rea, James Gandolfini, Aida Turturro. Ver Destaque)  
 00.50 Falatório  
 01.50 Estranhas Circunstâncias  
 02.40 Música Maestro - «Mozart - Sinfonia nº 40»

### SIC

09.10 Buêré  
 10.30 Receitas do Dia  
 11.00 Tocaia Grande  
 12.00 Imagens Reais  
 13.00 Primeiro Jornal  
 13.40 O Juiz Decide  
 14.40 Um Homem de Sorte  
 15.45 Buêré  
 17.30 Mulheres de Areia  
 19.00 O Amor Está no Ar  
 20.00 Jornal da Noite  
 21.00 Srs. Doutores  
 21.30 A Indomada  
 22.30 All You Need Is Love  
 23.30 Os Donos da Bola  
 02.30 Último Jornal  
 02.55 Os Astronautas

### TVI

10.05 Animação  
 11.30 Vamos ao Circo  
 12.40 Cassandra  
 13.30 TVI Jornal  
 14.20 Mulher Perigosa  
 14.50 Caprichos  
 15.45 O Jogo da Vida  
 16.30 O Barco do Amor  
 17.30 O Xerife do Espaço  
 18.00 Animação  
 18.25 Em Nome da Justiça  
 19.15 Primeira Mão  
 20.00 Xica da Silva  
 21.00 Directo XXI  
 22.00 Pretender  
 23.00 Obcecado por Laura  
 (de Michael Switzer, EUA/1993, com Richard Thomas, Brooke Shields, Viveka Davis, William Allen Young. Drama)  
 00.45 Doido por Ti  
 01.15 Lanterna Mágica  
 02.00 Fora de Jogo  
 02.15 A Balada de Hill Street

## Sábado, 18

### RTP 1

08.00 Espaço Infantil  
 12.20 Isto Só Video  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.40 Top +  
 15.00 3000 Segundos  
 16.00 Antenas no Ar  
 18.05 Jet 7  
 18.50 Há Horas Felizes  
 20.00 Telejornal  
 20.50 Riscos  
 21.25 Futebol: Porto-Académica  
 23.30 O Caminho das Estrelas  
 00.30 24 Horas  
 01.05 Marido Assassino  
 (de David Hayman, Gr.Br.1992, com Helen Mirren, George Costigan, Rosemary Leach, Owen Tale. «Thriller»)  
 02.50 Moia - O Recado das Ilhas  
 (de Rui Duarte de Carvalho, Ang./Fr./Port.1989, com Edmea Brigham, Tchale Figueira, Simeano Montrond. Drama)

### RTP 2

09.00 Universidade Aberta  
 12.05 Vida por Vida  
 12.20 Maravilhas do Mundo Moderno  
 13.00 Ellen III  
 13.30 Dinheiro Vivo  
 14.00 Parlamento  
 15.00 Desporto 2  
 18.30 Prémios Mundiais da Música  
 19.30 2001  
 20.00 Onda Curta  
 (Em Busca de Mickey Dora, Curta-Metragem de Ovídio A. Salazar)  
 21.00 Semana ao Sábado  
 22.00 O Lugar da História  
 23.00 Breve Encontro  
 (de David Lean, Gr.Br.1945, com Celia Johnson, Trevor Howard, Stanley Holloway, Joyce Carey. Ver Destaque)  
 00.40 Sinais do Tempo  
 01.40 O Guia do Sexo

### SIC

08.00 Buêré  
 11.55 O Nosso Mundo  
 13.00 Primeiro Jornal  
 13.40 Dragon Ball Z  
 14.50 A Sentinela  
 16.00 Marshall  
 16.50 007 - Missão Ultra Secreta  
 (de John Glen, Gr.Br.1981, com Roger Moore, Carole Bouquet, Topol. Aventuras / Espionagem)  
 18.50 Sonho Meu  
 20.00 Jornal da Noite  
 20.50 Mundo VIP  
 21.50 Salsa e Merengue  
 22.45 Big Show Sic  
 01.40 Último Jornal  
 01.55 Tragédia na Auto-estrada  
 (de John Llewellyn Moxey, EUA/1976, com Robert Conrad, Buddy Ebsen, Vera Miles. Telefilme / Drama)

### TVI

09.30 Animação  
 13.00 Caloiros  
 13.30 Contra-Ataque  
 15.15 Uma Família às Direitas  
 15.45 Competente e Descarada  
 17.05 Gettysburg: Os Anjos da Morte  
 18.30 F/X: Efeitos Mortais  
 19.30 Futebol (Liga Espanhola)  
 21.20 Directo XXI  
 22.25 Edição Especial  
 23.20 Picket Fences  
 00.20 O Implacável  
 (de Lo Wei, Hong-Kong/1972, com Bruce Lee, Maria Yi-Yi, James Tien. Artes Marciais)

## Domingo, 19

### RTP 1

08.00 Infantil  
 11.45 Último Nível  
 12.20 Superbébés  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.40 Made in Portugal  
 15.00 Kung Fu  
 16.00 Amores e Rebelião  
 17.15 Ernesto na Prisão  
 (de John Cherry, EUA/1990, com Jim Varney, Gailard Sartain, Bill Byrge, Barbara Bush, Barry Scott. Comédia)  
 18.55 Casa Cheia  
 20.00 Telejornal  
 20.35 Riscos  
 21.10 Reis do Estúdio  
 22.30 Domingo Desportivo  
 00.15 24 Horas  
 00.55 Polícias em Acção

### RTP 2

09.00 Caminhos  
 09.30 Novos Horizontes  
 10.00 70 x 7  
 10.30 Missa  
 11.20 Objectivo Lua  
 12.05 Máquinas  
 12.30 Jornal Jovem  
 13.00 Sem Limites  
 13.30 Jornal d'África  
 14.00 Desporto 2  
 18.05 Os Canibais  
 (de Manoel de Oliveira, Port.1988, com Luís Miguel Cintra, Leonor Silveira, Diogo Dória, Oliveira Lopes, Pedro T. da Silva. Ver Destaque)  
 19.35 Bom Bordo  
 20.05 Artes e Letras - «Grandes Escritores do Séc. XX - V. S. Naipul»  
 21.00 Ela Voltou  
 22.00 Horizontes da Memória  
 22.30 Teatro: «Wolf»  
 23.30 Vídeos do Século - «Ceausescu»

### SIC

08.30 Buêré  
 11.55 BBC - Vida Selvagem  
 13.00 Primeiro Jornal  
 13.40 Dragon Ball Z  
 14.40 Hércules  
 16.00 Cidade Escaldante  
 17.00 O Meu Tio Solteiro  
 (de John Hughes, EUA/1989, com John Candy, Amy Madigan, Macaulay Culkin, Gabby Hoffman. Comédia)  
 19.00 Sonho Meu  
 20.00 Jornal da Noite  
 20.45 Chuva de Estrelas  
 21.45 Salsa e Merengue  
 22.45 O Intruso Adorável  
 (de Lasse Hallstrom, EUA/1991, com Richard Dreyfuss, Holly Hunter, Danny Aiello, Danny Lloyd. Ver Destaque)  
 00.45 Último Jornal  
 01.15 Jô Soares

### TVI

09.30 Animação  
 10.00 Novos Ventos  
 11.00 Angelus  
 11.10 Missa  
 13.00 Portugal Português  
 14.10 Cousteau: As Novas Descobertas  
 15.05 Adultos à Força  
 16.00 Dr. Otto  
 (de John Cherry, EUA/1994, com Jim Varney, Mike Mueller, Jackie Welch. Ficção Científica)  
 18.00 Feed Back  
 19.10 Desafios  
 19.30 Futebol (Liga Espanhola)  
 21.25 Directo XXI  
 22.20 Africando  
 23.15 Futebol (Campeonato Italiano)  
 23.30 Germinal  
 (de Claude Berri, Fr./Bélg.1993, com Gérard Dépardieu, Miou Miou, Jean Carmet, Judith Henry. Ver Destaque)

## Segunda, 20

### RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá  
 10.10 Uma Estranha Dama  
 11.00 Praça da Alegria  
 11.30 Culinária  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.45 Consultório  
 14.30 Nico d'Obra  
 15.05 Força de Mulher  
 16.00 Na Paz dos Anjos  
 16.40 Carmen  
 17.15 Jogos sem Fronteiras  
 19.00 País País  
 19.40 País Regiões  
 20.00 Telejornal  
 21.05 Nós, os Ricos  
 21.40 Grande Aposta  
 22.35 Concurso 1, 2, 3  
 01.00 24 Horas  
 01.50 Horizontes de Memória

### RTP 2

15.00 Informação Gestual  
 16.00 Falatório  
 17.00 O Polvo  
 17.50 Informação Religiosa  
 18.20 Universidade Aberta  
 19.10 Um, Dó, Li, Tá  
 20.40 Remate  
 21.00 Acontece  
 21.30 Sarilhos com Elas  
 22.00 Jornal 2  
 22.30 Mistérios de Lisboa  
 23.55 Contos Imoriais  
 (de Walerian Borowczyk, Fr.1974, com Fabrice Luchini, Lise Danvers, Charlotte Alexandra, Paloma Picasso. Erótico)  
 00.40 Falatório

### SIC

09.10 Buêré  
 10.30 Receitas do Dia  
 11.00 Tocaia Grande  
 12.00 Imagens Reais  
 13.00 Primeiro Jornal  
 13.40 O Juiz Decide  
 14.40 O Cliente  
 15.45 Buêré  
 17.30 Mulheres de Areia  
 19.00 O Amor Está no Ar  
 20.00 Jornal da Noite  
 21.00 A Indomada  
 22.00 Ponto de Encontro  
 23.00 Amor à Queima-roupa  
 (de Tony Scott, EUA/1993, com Christian Slater, Patricia Arquette, Brad Pitt, Val Kilmer. «Thriller»)  
 01.10 Último Jornal  
 01.35 Conversas Secretas

### TVI

10.10 Animação  
 11.30 Vamos ao Circo  
 12.40 Cassandra  
 13.30 TVI Jornal  
 14.20 Mulher Perigosa  
 14.50 Caprichos  
 15.40 O Jogo da Vida  
 16.30 O Barco do Amor  
 17.30 O Xerife do Espaço  
 18.00 Animação  
 18.25 Em Nome da Justiça  
 19.15 Primeira Mão  
 20.00 Xica da Silva  
 21.00 Directo XXI  
 22.00 Um Homem Sem Passado  
 23.00 Linha de Fundo  
 00.05 Doido por Ti  
 00.40 A Balada de Hill Street

## Terça, 21

### RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá  
 10.10 Uma Estranha Dama  
 11.00 Praça da Alegria  
 11.30 Culinária  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.45 Consultório  
 14.30 Força de Mulher  
 15.25 Na Paz dos Anjos  
 16.10 Carmen  
 17.00 País País  
 17.40 País Regiões  
 17.55 Futebol: Braga-Dinamo de Tbilissi  
 20.00 Telejornal  
 20.45 Não Há Duas sem Três  
 21.30 A Grande Aposta  
 22.30 Autárquicas 97 - Distrito do Porto  
 00.30 86-60-86  
 01.05 24 Horas  
 01.55 Magacine

### RTP 2

15.00 Informação Gestual  
 16.00 Falatório  
 17.05 O Polvo  
 18.05 Informação Religiosa  
 18.35 Rotações  
 19.10 Um, Dó, Li, Tá  
 20.40 Remate  
 21.00 Acontece  
 21.30 Companheiros  
 22.00 Jornal 2  
 22.35 Mistérios de Lisboa  
 23.35 A Margem  
 (de Walerian Borowczyk, Fr.1976, com Sylvia Kristel, Joe Dallesandro, Mireille Audibert, André Falcon. Erótico)  
 00.25 Falatório

### SIC

09.10 Buêré  
 10.30 Receitas do Dia  
 11.00 Tocaia Grande  
 12.00 Imagens Reais  
 13.00 Primeiro Jornal  
 13.40 O Juiz Decide  
 14.40 O Cliente  
 15.45 Buêré  
 17.30 Mulheres de Areia  
 19.00 O Amor Está no Ar  
 20.00 Jornal da Noite  
 21.00 Imagens Reais  
 21.30 A Indomada  
 22.30 Paródia Nacional  
 24.00 Filhos da Nação  
 01.00 Último Jornal  
 01.25 Testemunha Silenciosa  
 02.45 Vibrações

### TVI

10.10 Animação  
 11.30 Vamos ao Circo  
 12.40 Cassandra  
 13.30 TVI Jornal  
 14.20 Mulher Perigosa  
 14.50 Caprichos  
 15.45 O Jogo da Vida  
 16.30 O Barco do Amor  
 17.30 O Xerife do Espaço  
 18.00 Animação  
 18.25 Em Nome da Justiça  
 19.15 Primeira Mão  
 20.00 Xica da Silva  
 21.00 Directo XXI  
 22.00 Savannah  
 23.00 A Outra Mulher  
 (de Gabrielle Beaumont, EUA/1995, com Jill Eikenberry, Laura Leighton, Lloyd Bridges. Drama)  
 01.00 Doido por Ti  
 01.55 A Balada de Hill Street

## Quarta, 22

### RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá  
 10.10 Uma Estranha Dama  
 11.00 Praça da Alegria  
 11.30 Culinária  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.45 Consultório  
 14.30 Nós os Ricos  
 15.05 Força de Mulher  
 16.00 Na Paz dos Anjos  
 16.40 Carmen  
 17.25 Casa de Artistas  
 18.30 País País  
 19.05 Vamos Jogar no Totobola  
 19.15 País Regiões  
 19.35 Futebol: Roseborg-F.C. Porto  
 21.45 Telejornal  
 22.35 A Grande Aposta  
 23.35 Enviado Especial  
 00.10 Liga dos Campeões  
 01.20 24 Horas

### RTP 2

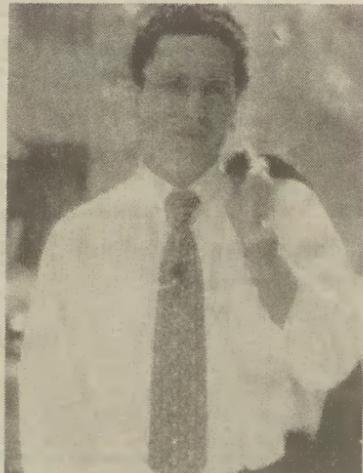
15.00 Informação Gestual  
 16.00 Falatório  
 17.05 O Polvo  
 18.10 Informação Religiosa  
 18.35 Euronews  
 19.05 Um, Dó, Li, Tá  
 20.40 Remate  
 21.00 Acontece  
 21.25 Os Simpsons  
 22.00 Jornal 2  
 22.35 Mistérios de Lisboa  
 23.25 Freiras Perversas  
 (de Walerian Borowczyk, It., com Licia Brancie, Howard Ross, Marina Piero. Erótico)  
 00.35 Falatório  
 02.30 Foyer - «O Legado da Lista Negra de Hollywood»

### SIC

09.10 Buêré  
 10.30 Receitas do Dia  
 11.00 Tocaia Grande  
 12.00 Imagens Reais  
 13.00 Primeiro Jornal  
 13.40 O Juiz Decide  
 14.40 O Cliente  
 15.45 Buêré  
 17.30 Mulheres de Areia  
 19.00 O Amor Está no Ar  
 20.00 Jornal da Noite  
 21.00 O Fantasma  
 21.30 A Indomada  
 22.30 Casos de Polícia  
 23.30 O Século do Povo  
 00.30 Último Jornal  
 00.55 Noites Longas da SIC - «A Noite Gay»  
 (Salo ou Os 120 Dias de Sodoma, de Pier Paolo Pasolini, It.1975; Un Chant d'Amour, de Jean Genet, Fr.; Autorizado a Matar, de Arthur Dong, EUA; Sebastian, de Derek Jarman, Gr.Br.1976)

### TVI

10.10 Animação  
 11.30 Vamos ao Circo  
 12.40 Cassandra  
 13.30 TVI Jornal  
 14.20 Mulher Perigosa  
 14.50 Caprichos  
 15.45 O Jogo da Vida  
 16.30 O Barco do Amor  
 17.30 O Xerife do Espaço  
 18.00 Animação  
 18.25 Em Nome da Justiça  
 19.15 Primeira Mão  
 20.00 Xica da Silva  
 21.00 Directo XXI  
 22.00 Ventos de Vitória  
 (de Carrol Ballard, EUA/1992, com Matthew Modine, Jennifer Grey, Stellan Skarsgard, Rebecca Miller. Drama)  
 00.30 Doido por Ti  
 01.40 Desporto  
 01.55 A Balada de Hill Street



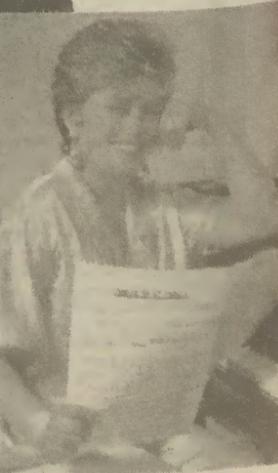
«Falatório» está de regresso, com Catarina Portas, Pedro Rolo Duarte e o restante elenco de moderadores



O velho Carradine num novo Kung Fu, que usa «a cabeça e o coração» em vez de mãos e pés...



«Guerras no Jornal» (em estrela) e «Sarilhos com Elas» (em repetição), as novidades da semana na RTP2



Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

## TELEVISÃO

# Por isto e por aquilo...

## O Homem Que Veio do Futuro

(Quinta, 23.00, TVI)

Inequivocamente rodado na escrupulosa subserviência aos mecanismos do cinema comercial, *O Homem Que Veio do Futuro* dá-nos a ver a história de um astronauta americano que chega a um planeta ocupado e dirigido por macacos e que passa pelos maiores perigos e tropelias para se safar destes azares. Protagonizado por Charlton Heston (e não por acaso devido ao físico...), esta imagem exterior do «americano-invincível-em-todas-as-situações» não é, de forma alguma, inocente e faz sorrir qualquer espectador europeu - mas deve ter funcionado em relação às sempre disponíveis e auto-satisfeitas plateias americanas... Um espectáculo naturalmente eficaz, deste ponto de vista, que aproveita ao máximo os grandes espaços, mas que, precisamente por isso, deve perder-se por completo nas dimensões estreitas dos televisores caseiros. E talvez não venha daí grande mal ao mundo...

## Indochina (Quinta, 23.05, RTP2)

No ciclo dedicado ao melodrama, a rubrica «Cinco Noites, Cinco Filmes» apresenta hoje um filme cujo argumento nos leva aos anos 30, quando a França era a potência ocupante da Indochina e a guerra pela libertação e independência do povo vietnamita estalava por todos os lados. É então que, no meio do conflito e da tensão, o espectador acompanha as desventuras amorosas de uma cidadã francesa, proprietária de uma plantação de borracha, que se vê envolvida numa história de triângulo amoroso. Impregnado de uma indistinta nostalgia, *Indochina* tem uma realização cuidada, uma apreciável reconstituição de época e uma interpretação de bom nível a cargo de Catherine Deneuve, Vincent Pérez, Jean Yanne e Linh Dan Pham.

## Angie, Uma Mulher Só

(Sexta, 23.05, RTP2)

Realizado pela cineasta norte-americana Martha Coolidge, *Uma Mulher Só* conta-nos a história de Angie, uma mulher jovem que nasceu e cresceu no bairro de Brooklyn, em Nova Iorque, no seio da comunidade italo-americana, e cujo maior sonho é libertar-se desse ambiente e é seduzida pelo modo de vida de um advogado de origem irlandesa. Interpretado brilhantemente por Geena Davis, o filme é uma deliciosa crónica do quotidiano, com momentos de forte sensibilidade, humor e diversão.

## Breve Encontro

(Sexta, 23.00, RTP2)

Um médico e uma dona de casa, ambos com uma vida conjugal aparentemente pacata e feliz, chegam à fala por mero acaso numa estação de caminho-de-ferro - e ambos se separam, pouco depois, em direcções diferentes. Mas a cena repete-se todas as quintas-feiras, quando o médico vem dar uma consulta a um hospital que não é o seu e quando a dona de casa aproveita este dia para ir ao cinema ou fazer compras. E é a partir destes breves encontros, em que trocam impressões sobre os pequenos problemas da vida e sobre as suas memórias, que nasce uma crescente paixão entre os dois desconhecidos, sobretudo despertada quando um deles falha a rotina. Até que ambos reconhecem ser esta paixão impossível e partem, de novo, cada um para seu lado, sem mais se encontrarem. David Lean encena, aqui, um dos seus filmes mais brilhantes - talvez hoje um pouco envelhecido - ao fazer contrastar a «normalidade» das respectivas seqüências familiares com a «aventura» dos furtivos e apaixonados encontros. De qualquer modo é, ainda, um espectáculo de representação de Celia Johnson e Trevor Howard, a não perder.

## Os Canibais (Domingo, 18.05, RTP2)

Adaptado de um conto de Álvaro Carvalho, com música e libreto de João Paes, *Os Canibais* é, no fundo, um filme-ópera em que o autor aparentemente privilegiou,



Uma seqüência de «O Homem Que Veio do Futuro», de Franklin J. Schaffner, com Charlton Heston

mais do que em outras obras, a desenvoltura da encenação traduzida na movimentação da câmara e na hábil construção de um universo recheado de contrastes e diversificadas atmosferas, muitas vezes atravessadas por fortíssima ironia. Luís Miguel Cintra, Leonor Silveira e Diogo Dória (actores intimamente ligados à obra do realizador) são aqui dobrados pelos cantores Vaz de Carvalho, Filomena Caro e Carlos Guilherme.

## O Intruso Adorável

(Domingo, 22.45, SIC)

As referências apontam a este filme excelentes qualidades no que se refere ao desempenho interpretativo dos principais actores e atrizes (ao que parece, nalguns casos, com criações acima da média) e também à escrita dos diálogos, ao mesmo tempo



Geena Davis, em «Angie, Uma Mulher Só», de Martha Coolidge



Vincent Perez e Catherine Deneuve, em «Indochina», um melodrama de Régis Wargnier

Holly Hunter, Richard Dreyfus e Danny Aiello, em «O Intruso Adorável», de Lasse Hallstrom

que é apontada ao argumento e à sua concretização filmica a principal pecha quanto a ser possível considerar estarmos perante uma obra acabada. Por isso, esta história de uma jovem que procura trazer para o seio da sua família um homem que conheceu num curso no estrangeiro e que desde logo imaginou como sendo um potencial marido perde, por vezes, pela sua inverosimilhança desajeitada, a capacidade de insinuação junto do espectador, que se limita a admirar as notáveis criações de Holly Hunter, Richard Dreyfus ou Danny Aiello.

## Germinal (Domingo, 01.00, TVI)

Adaptação cinematográfica da obra homónima de Émile Zola, *Germinal* foi encenado com extremo rigor pelo cineasta Claude Bérri, quanto à atmosfera, ao espírito do romance e à reconstituição da época. O drama passa-se numa das províncias rurais do Norte da França, em meados do século XIX, e dá-nos a ver o quotidiano miserável e trágico da comunidade mineira local, explorada ao máximo pelos grandes senhores detentores das minas. O realizador consegue transportar para a tela o intenso realismo da escrita de Zola ao centrar as suas atenções na família Maheu e nas agruras da sua vida de sofrimento e miséria, bem como nas lutas expressas numa greve desencadeada pelos mineiros e brutalmente reprimida pelas autoridades militares - numa série de seqüências cinematográficas a que é impossível ficar indiferente. O destaque vai ainda para as poderosas interpretações de Gérard Dépardieu e Miou-Miou.

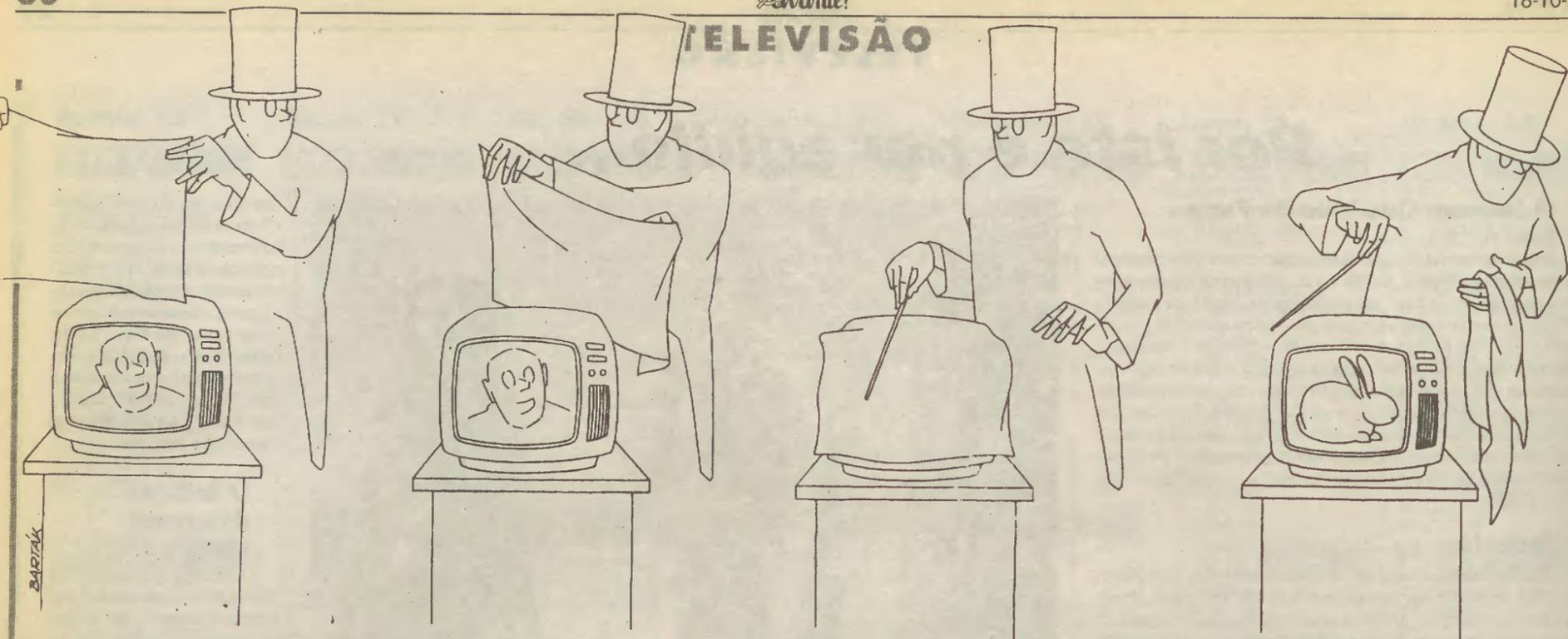


Uma imagem emblemática de «Germinal», de Émile Zola / Claude Bérri



Celia Johnson e Trevor Howard, em «Breve Encontro», uma obra-prima de David Lean

## TELEVISÃO



■ Correia da Fonseca

# Olhar ou não olhar

**H**á poucas semanas, uma revista francesa especializada em media publicou os resultados de uma sondagem à opinião dos telespectadores. Perguntava-se, no fundamental, como reagiriam eles à eventualidade de se verem totalmente privados de televisão durante uma semana inteira. Mais de metade dos inquiridos responde que se sentiria muito bem, desse modo reforçando a resposta no mesmo sentido que há alguns anos havia dado à mesma questão. O maior número dos que afirmam agora que podem viver perfeitamente sem TV durante uma semana inteira parece corroborar as notícias acerca de um crescente fastio dos franceses pela televisão que lhes é fornecida e que, lá como cá, se mediocrizou radicalmente desde que o negociismo privado passou a dominá-la. Porém, a pergunta formulada ia claramente no sentido de avaliar como está a evoluir a teledependência em França e, no limite, de procurar saber qual é o segmento de franceses que, por repugnância, por irreversível decepção ou por mero desinteresse, se mostra decidido a viver sem TV.

Não é só em França, é claro, que existem como que «bolsas» de cidadãos que querem optar por uma existência que decorra como se a televisão não existisse: não a olham, não a discutem minimamente, não se interessam por notícias a seu respeito. É sabido que têm excelentes razões para isso. Duvido, porém, que seja uma atitude sábia. Lembram-me os que, noutros tempos, imagino a recusarem-se a reconhecer a existência dos comboios ou, ainda mais longe no tempo, dos livros, obstinando-se em viver como se eles não existissem. A questão é que a TV existe, sim, e muito, sendo que o aparente recuo circunstancial dos seus incondicionais consumidores não pronuncia de modo nenhum a sua anulação. O mundo actual é, inevitavelmente, um mundo onde o televisor exerce uma função social de primeiríssima importância, e tentar ignorar este facto é como que querer emigrar para uma existência extraterrestre. A TV actua sobre o quotidiano em todas as áreas e a diversos níveis. Por isso, quem queira entender o quotidiano, para agir sobre ele ou não, tem de «vigiar» a TV.

## Mudar os cenários

Acontece, como é geralmente sabido e reconhecido até por muitos dos que a consomem sem asco, que a televisão que temos não presta. Existem, aliás felizmente, alguns que procuram ter perante ela uma atitude cautelosa e inteligente, buscando, entre o muito lixo que lhes é despejado em casa, os poucos momentos que possam aproveitar sem enjoo nem dano. Não direi que procedem mal: afinal todos temos direito à salvação individual. O terrível é que, como alguns sabem, a médio ou longo prazo a salvação individual não é possível: os venenos injectados nas atmosferas,

incluindo a atmosfera social, sempre acabarão por se nos infiltrarem nos pulmões, nas veias, se não exactamente nos nossos decerto que nos dos nossos filhos, amigos, companheiros. Pelo que é indispensável, parece, não apenas estar atento ao perigo como resistir-lhe. E não se vê como se possa resistir-lhe sem o conhecer.

Significativamente, a consciência do perigo que tem vindo a alargar-se, incluindo já os que na altura conveniente trocaram Marx por Popper ou fizeram permuta semelhante. Esse alastrar da lucidez tem preocupado até os fizeram do tráfico do telelixo a carreira fulgurante e o estatuto de arrogância, e a sua preocupação vem resultando em acrescido fogo disparado sobre os poucos que teimam em denunciar que o rei não apenas vai nu mas também vai emporcalhado. Entretanto, no interior dos estúdios, a TV faz de conta que muda, que evolue. Em vão: de facto, a televisão que temos comporta-se como se tivesse chegado, ela, já que não o mundo, se precipitadamente anunciado «fim da História». Agora mesmo, no limiar do que em tempos foi costume entender como uma nova «saison» televisiva, as programações se revelaram «cada vez mais na mesma» e as mudanças operadas foram-no nas cenografias que enquadram os noticiários das duas estações privadas e pouco ou nada mais. E mais que sintomático: é quase simbólico.

De facto, à TV comercialona não parece restar muito mais que acentuar a oferta rasca, nas áreas do sensacionalismo, da violência e do sexo quase mecânico, não havendo sinais de que essa fuga para uma maior aprofundamento no pântano sirva para sustentar a enfadada sociedade do público. Simultaneamente, crescem índices de que a publicidade televisiva é cada vez menos eficaz sobre um mercado consumidor malhadiço e calejado. Este outro aspecto, que por razões óbvias é cuidadosamente ocultado pelos operadores publicitários, marca um outro e ameaçador limite àquilo que entre nós é desigual por TV Pimba. Relevando estes dados, não quero dizer, tornando-me exagerado, que há fartos motivos para ter esperança no regresso de uma TV decentezinha, realmente interessante e útil. Digo, isso sim, que tudo isto merece olhos de ver e cabeça de pensar. Mais um pouco: que tudo isto merece resistência e luta, porque, sem que possamos saber ao certo o que está em jogo a longo prazo, apercebemo-nos com clareza bastante que se trata de uma área fundamental. Que tem a ver com cada cidadão e não apenas com os três ou quatro sujeitos um pouco bizarros que teimam em querer comentar na imprensa a TV que devia ajudar-nos e de facto nos destrói.

# Pior a emenda que o soneto!

**N**a passada 6.ª feira, em rubrica cinematográfica intitulada «Sessão Especial», transmitiu a RTP 1, pela primeira vez, o filme «Cinco Dias, Cinco Noites», adaptação ao cinema da novela do mesmo título da autoria de Manuel Tiago (Álvaro Cunhal). Tendo em consideração a forma como a RTP tem tratado o cinema nacional - relegando-o em geral para a quase clandestinidade do seu segundo canal, e isto porque a própria empresa raramente atribui especial relevância, em termos de visibilidade pública ou de propaganda, aos programas ali transmitidos - não deixa de ser positivo constatar-se uma aparente mudança de critério ao colocar o referido filme num horário decente no canal para o qual ela sempre decidiu captar e desviar maior audiência. Além do mais, «Cinco Dias, Cinco Noites» destaca-se, no panorama cinematográfico português, por ser dos pouquíssimos filmes que (por maioria de razões antes e mesmo depois do 25 de Abril) se interessaram pela realidade vivida sob a ditadura e pela temática da luta antifascista. É obra! Entretanto, não deixa de ser estranho que o lado assinalável deste acontecimento, agora também televisivo, tenha ficado ensombrado pela decisão tomada tardiamente (e assim comunicada aos órgãos de comunicação social) de transmitir na véspera, tarde e a más horas, um excelente documentário da autoria de Diana Andringa - «A Descoberta da Vida, da Luz... e da Liberdade Também» - já realizado em 1996 e então transmitido, se a memória não falha, nas vésperas da estreia nas salas de cinema do referido filme. Tanto mais que esse documentário, pela entrevista que é feita ao realizador Fonseca e Costa a propósito da sua carreira, pelos excertos dos seus filmes mais significativos, pelos comentários do crítico Jorge Leitão Ramos e pela própria entrevista com Álvaro Cunhal (na qual este demonstra uma opinião de certo modo invulgar tendo em conta a habitual postura por parte dos criadores literários a propósito da questão da adaptação das suas obras a uma linguagem artística específica como é a do cinema), não deixaria de constituir de novo uma excelente introdução, agora à passagem do filme no pequeno ecrã. Pois parece não ter sido esta a opinião da RTP já que a) comunicou à imprensa esta alteração da programação à última hora, apenas com 48 horas de antecedência (no caso do «Avante!», em fax datado de 3.ª feira 7 às 17 horas) e b) entendeu serem as duas e meia da madrugada, com término por volta das três e trinta (!), o período da emissão mais adequado à referida transmissão.

Mais comentários para quê?

■ FC

# ESCAPARATE

## Ecos portugueses de um Festival em França

Durante três dias seguidos - hoje, amanhã e sábado, sempre às 21.30 - poderão ser vistos em Lisboa dois espectáculos teatrais em língua francesa mas integrantes do chamado «Festival de Teatro Português das Colectividades Portuguesas em França» que se realizará naquele país de 24 do corrente a 21 de Novembro e que percorrerá cerca de vinte cidades francesas. Assim, em colaboração com o INATEL e com a «Cate-

dral, Produções Culturais», o Instituto Franco-Português levará à cena no Auditório Philippe Feldman (à Av. Luís Bivar) duas peças do escritor Mário de Carvalho traduzidas do português por Marie-Hélène Piwnick. Trata-se de «Rencontre Manquée» («Desencontro»), «uma evocação terna e dolorosa da luta dos sexos que consome em surdina o casal contemporâneo, sem o "partir da loiça" à Strindberg mas com o mesmo desespero» (...), e de «Le Sens de l'Épopée» («O Sentido da Epopeia»), onde «o casal contemporâneo, sem ideologia, sem solidariedade e sem amor se inscreve na História de maneira ainda mais explícita», isto segundo o texto de apresentação deste espectáculo. A encenação estará a cargo de Jacqueline Ordas e a interpretação será de Josée Lefèvre, Catherine Thérouenne, Frédéric Witta e Christophe Pinon, do Théâtre du Matin. Informações e marcações pelo telefone 311 14 00..



## TEATRO

### Um autor britânico n CCB

Na sequência de outros espectáculos de apresentação de teatro escrito na Grã-Bretanha, o grupo Visões Úteis leva à cena na Sala de Ensaio do Centro Cultural de Belém a peça «Gato e Rato» da autoria de um dos mais importantes dramaturgos daquelas paragens: Gregory Motton. Segundo o programa, a peça é uma viagem satírica através da Grã-Bretanha e, aquando da sua estreia em Paris, foi considerada pela crítica do jornal «Libération» como «uma peça de teatro libertária, destruidora, plebeia, que não deixa nada de pé depois da sua passagem a não ser as fortes sementes do sarcasmo». Com interpretação de Ana Vitorino, Carlos Costa, Nuno Cardoso e Pedro Carreira, esta peça tem encenação e cenários de João Paulo Seara, figurinos de Preciosa Afonso, música de Albrecht Lopes e iluminação de António Real e estará ainda em cena hoje, amanhã, sábado e domingo pelas 22 horas.



### Teatro infantil

Agora dedicado aos espectadores mais jovens, «Um Grito na Black Box» é um outro espectáculo que se realizará no CCB mas a partir de 21 do corrente, às 11 horas, também na Sala de Ensaio. O espectáculo, construído a partir de 6 histórias sobre Lisboa nascidas a partir da criatividade de um grupo de alunos da Casa Pia reunido em «atelier» sob a orientação de Amadeu Neves e Miguel Cunha, «fala de amor, de dinheiro, de pais e padrastos, da escola e da noite, de droga e de violência, da solidão e da amizade».



Um enquadramento admirável de «Fanny e Alexandre» (Ingmar Bergman)

## CINEMA

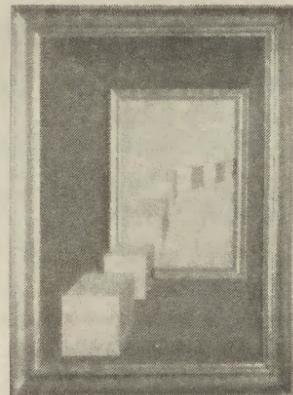
### Cinema sobre a Família na Cinemateca

Entre os vários ciclos actualmente em exibição na Cinemateca Portuguesa (R. Barata Salgueiro, em Lisboa), o destaque vai hoje para o ciclo intitulado «Força e Fraquezas da Família», cuja temática e organização foi proposta àquela instituição pelo Gabinete da Alta Comissária Para as Questões da Promoção da Igualdade e da Família. Nas sessões abrangidas por este «Escaparate» serão projectadas, sempre às 21.30, as seguintes obras: «As Pontes de Madison County» (de Clint Eastwood, EUA/1995), na 6ª feira 17; «Fanny e Alexandre» (de Ingmar Bergman, Suécia/Fr./Ale. /1982), no sábado 18; «O Quarto Mandamento» (de Orson Welles, EUA/1942), na 2ª feira 20, o único com sessão às 18.30; «Escrito no Vento» (de Douglas Sirk, EUA/1957), na 2ª feira 20; e «Aos Nossos Amores» (de Maurice Pialat, França/1984), na 4ª feira 21.

## EXPOSIÇÃO

### Eduardo Nery (1956-1996)

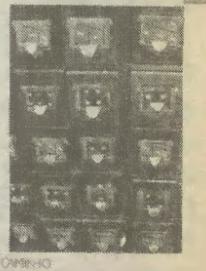
Organizadas pela Culturgest em coordenação com a Fundação Calouste Gulbenkian, foram inauguradas na semana passada (e estarão patentes ao público até 21 de Dezembro) duas exposições do pintor Eduardo Nery, considerado o mestre da Pop Art no nosso país, e nas quais são mostradas obras abrangendo o período de quatro décadas, entre 1956 e 1996. A primeira delas, na Galeria 2 da Culturgest, intitula-se «Arte Atelier», e a segunda, no Centro de Arte Moderna da FCG, intitula-se «Arte Pública».



## LIVROS

José Saramago

### Todos os Nomes



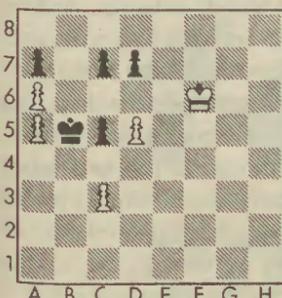
### Todos os Nomes

E aí está o novo livro de José Saramago, que teve certamente oportunidade de estar presente na Feira de Francoforte, ora inaugurada, com a presença do autor. Há duas semanas recenseávamos aqui a publicação do seu livro de juventude - Terra do Pecado - e dizíamos que, para os seus leitores fiéis, constituiria certamente ocasião de tomar conhecimento dessa obra, enquanto se aguardavam os novos livros entretendo anunciados. O tempo dessa espera foi - felizmente - curto. E a leitura de Todos os Nomes - uma viagem pelo estranho e tão real mundo das identidades, da vida e da morte de cada um e de todos nós (atrevemo-nos a entender assim este romance) - aí está já proposta, em escaparate, na recente edição da Caminho.

## XADREZ

DCXXVII - 16 DE OUTUBRO DE 1997  
PROPOSIÇÃO Nº 1997X36  
Por: Mark savielievitch Liburkin  
2º Prémio Circulo Escacístico de Erivan, Concurso 1950

Pr.: [5] PS. a7 c5, c7, d7 - Rb5  
Br.: [5] PS. a5, a6, c3, d5 - Rf6



Brancas jogam e ganham

\*\*\*

SOLUÇÃO DO Nº 1997X36 [M. S. L.]

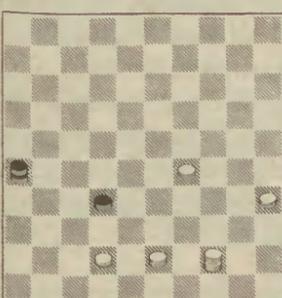
1. R7! c4!; 2. Rd8!! [e não: 2. Rcd7, Rcd5; 3. Rcd8, c6! -]; Rcd5; 3. Rcd8!! [e não: 3. Rcd7, Rcd5; 4. Rb7, Rcd6; 5. Rcd7, Rcd7-]; c6; 4. d6!; Rcd6; 5. Rb8!; c5; 6. Rb7 e ganham por Zugzwang.

A. de M. M.

## DAMAS

DCXXVII - 16 DE OUTUBRO DE 1997  
PROPOSIÇÃO Nº 1997D36  
Por: Isidore Weiss  
França, 1950

Pr.: [2] - (26)-32  
Br.: [5] - 29-35-42-43-(44)



Brancas jogam e ganham

\*\*\*

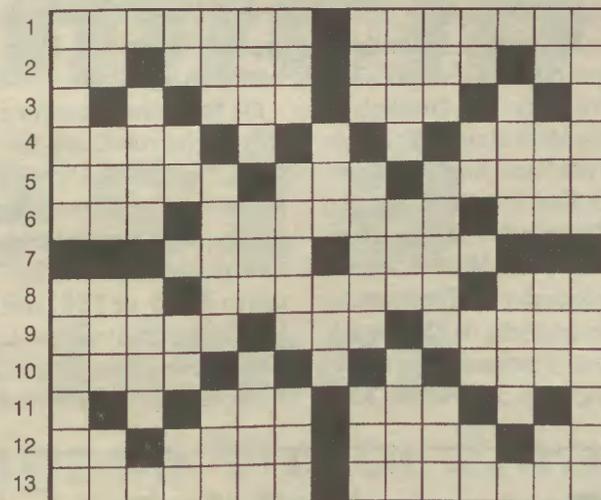
SOLUÇÃO DO Nº 1997D36 [I.W.]

1. 43-48!; (32x43[1]); 2. 29-24; (26-48); 3. 44-49!+ [1] Se L... (26x48); 2. 38x27 e 4 contra 1 g. facilmente.

A. de M. M.

## PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



**HORIZONTAIS:** 1 - Peixe teleosteo, frequente nos mares de Portugal; peixe da fam. dos escombrídeos, comum em Portugal, também conhecido como sarda (pl.). 2 - Modo (fig.); encolerizar; em forma de ovo; apelido. 3 - Base aérea portuguesa; tritura com os dentes. 4 - Condutor de palanquim, na Índia; adoça com mel. 5 - Substância calcária, em regra vermelha, que entra na constituição do polípeiro de uns celenterados marinhos e que é usada em joalheria; nome escocês; trabalho. 6 - Discursa; separara; cem metros quadrados. 7 - Homem que nega a existência de Deus; escárnio. 8 - Flanco; planta arbustiva, da fam. euforbiáceas, de cujas sementes se extrai um conhecido óleo purgativo (pl.); a parte inferior do pão. 9 - Sereno; reze; azeitona. 10 - Existiram; acrescentar. 11 - Principal rio da Suíça; mealheiro (prov.). 12 - Titânio (s.g.); planta herbácea, odorífera, utilizada em culinária; relativo à boca; ala do exército. 13 - Negligentes; vestimenta rústica.

**VERTICAIS:** 1 - Conversa amigável e despreziosa; ajuste. 2 - Suf. de agente; maior, a família; suf. nom., de origem latina, que tem sentido diminutivo. 3 - Lembre-das-pampas; formar em alas. 4 - Seis romanos; nota musical; dois mil romanos; arsénio (s.g.). 5 - O m.q. eiró; unidade das medidas de capacidade, equivalente ao decímetro cúbico; lamentos. 6 - Creme; tenho conhecimento; raspo. 7 - Altar de sacrifícios; surdo; letra grega (pl.). 8 - Enfermidade; fúria incontida. 9 - O rubor das faces; tecido muscular do homem e dos animais; cintura. 10 - Insignificâncias (fig.); curso natural de água; resíduo. 11 - Caminha para lá; esgotado; o tio americano. 12 - Alumínio (s.g.); nota musical; naquele lugar; nota musical. 13 - Jubiloso; azáfama. 14 - A carta mais alta do baralho; lugar onde se acende o lume da cozinha; ajustei (ant.); atmosfera. 15 - Chouriço especial de carne de lombo; qualidade do que é raro.

**SOLUÇÃO:**

**HORIZONTAIS:** 1 - Corvina; cavalas. 2 - Ar; irar; oval; Sá. 3 - Ota; rói. 4 - Amal; mela. 5 - Iró; litro; ais. 6 - Nata; sei; rapo. 7 - Ara; mouco; rós. 8 - Mal; ira. 9 - Cor; carne; cós. 10 - Avos; rio; mora. 11 - Vai; lasso; sam. 12 - Al; mi; lá; lá. 13 - Leda; lida. 14 - Ás; lar; avi; ar. 15 - Salame; rareza.

**VERTICAIS:** 1 - Cavaco; acerto. 2 - Or; mor; lar; im. 3 - Mará; alar. 4 - VI; lá; MM; as. 5 - Iró; litro; ais. 6 - Nata; sei; rapo. 7 - Ara; mouco; rós. 8 - Mal; ira. 9 - Cor; carne; cós. 10 - Avos; rio; mora. 11 - Vai; lasso; sam. 12 - Al; mi; lá; lá. 13 - Leda; lida. 14 - Ás; lar; avi; ar. 15 - Salame; rareza.

## Artes Plásticas na Moita

Numa organização do Departamento de Acção Sócio-Cultural da Câmara Municipal da Moita com o apoio da Casa do Alentejo (Lisboa) e da Câmara Municipal de Vendas Novas realiza-se até 26 de Outubro próximo a I Exposição Internacional de Artes Plásticas da Moita, com a participação de 300 artistas nacionais e estrangeiros em representação de Portugal, Espanha, França, Inglaterra, Austrália, Cuba e alguns PALOPs e a mostra de inúmeros trabalhos em escultura, cerâmica, tapeçaria e pintura. A exposição poderá ser visitada de segunda a sexta-feira das 21.00 às 23.30 e aos sábados e domingos a partir das 16 horas.

## JAZZ

### 2ª edição do «Seixal-Jazz» '97

Depois do grande êxito do festival inaugural, realizado no ano passado, começa amanhã e prolonga-se até dia 26 mais uma edição do festival «Seixal-Jazz'97» que seguramente atrairá àquela cidade os amadores de Jazz da margem Sul, em particular, e da Grande Lisboa, em geral, até porque, mais uma vez, o cartaz é mais que apeteçível. Senão vejamos: 6ª feira 17 o Quarteto do saxofonista-tenor Benny Golson; sábado e domingo, 18 e 19, o grupo «Wolf Soup» do contrabaixista Bob Nieske; 2ª feira 20 o Quarteto do saxofonista-alto Kenny Garrett; 3ª feira 21 o Quarteto de Carlos Martins (saxofones) e Bernardo Sasseti (piano); 4ª feira 22 o Grupo «Spaces Revisited» dos guitarristas Larry Coryell e Birelli Lagrene; 5ª feira 23 o Quinteto do pianista Bruce Barth; 6ª feira 24 o Quarteto do saxofonista-tenor Joe Lovano; sábado 25 o Quinteto do baterista Billy Kilson; e domingo 26 o septeto «Roots». Com a única excepção dos dois concertos deste fim-de-semana (que terão uma única sessão às 21.30), todos os restantes concertos terão duas sessões (às 21.30 e às 23.30) para melhor aproveitar os lugares disponíveis do excelente Auditório do Fórum Cultural do Seixal onde, mais uma vez, terá lugar o Festival. Bilhetes à venda na ABEP (Rossio, em Lisboa) e no auditório do Seixal.

### 10 Poemas para Che Guevara

Em terceira edição, e agora na colecção O Aprendiz de Feiticeiro da editora Campo das Letras, um belo livro que a propósito torna ao convívio do público. Dez poetas e um poema de cada um, dedicados ao guerrilheiro heróico em tempo de aniversário do seu assassinato. Os nomes e a poesia de António Ramos Rosa, Egito Gonçalves, Eugénio de Andrade, Fiama Hasse Pais Brandão, Hélia Correia, João Rui de Sousa, Jorge de Sena, Marta Cristina de Araújo, Miguel Torga e Nuno Guimarães, num belíssimo arranjo gráfico e com um desenho de José Rodrigues. Cumpre lembrar - para que a memória se não apague - que a primeira edição deste livro, da Inova, foi apreendida pela Pide...

## ÚLTIMAS

ATALHE  
DE FOICE

## Che

*Agora que o silêncio voltou, passadas as comemorações e as datas oficiais, o politicamente correcto, agora que tudo regressou ao seu estado (a)normal, é muito menos difícil falar de Che.*

*O que não significa que seja fácil.*

*Pode parecer um absurdo, mas a verdade é que há temas, assuntos, questões, pessoas?, que nos tocam tão profundamente que sentimos pudor em expor na praça pública os sentimentos que tiveram o condão de despertar em nós. Trata-se de um evidente contra-senso. A postura política, seja ela qual for, só tem sentido quando direccionada para um colectivo. Uma vida dedicada à causa comum, quando assume aspectos de liderança, de exemplo, não pode - não deve - ficar no anonimato, sob pena de perder o seu maior trunfo: o impacto que tem sobre outros, as ondas de choque que provoca. Seria como matar à nascença à semente preñhe de frutos. E no entanto... como difícil é falar de Che. Como é doloroso ouvir o ruído da pretensa sinfonia de encómios, quais falsos crentes num templo a conspurcar o que deveria ser puro.*

*Che foi um homem, e como tal falível. Com virtudes e defeitos. Com humores variáveis, com sangue, suor e lágrimas como qualquer um.*

*Mas Che foi - é? - também um símbolo. Da dedicação, da generosidade, do amor pela humanidade, única força motriz capaz de criar a dinâmica necessária para a criação do homem novo. E por isso tocou - toca? - milhares, milhões - que importa? - de jovens como eu fui, prontos a dar a vida por um sorriso sincero, um abraço do tamanho do mundo. Jovens tão generosos que mesmo vivendo num mundo cão acreditam que a solidariedade é possível, e que haverá um amanhã em que será bom acordar para dizer «bom dia!», ouvir o canto do albatroz, aspirar o perfume de uma amendoeira em flor. Ou outra coisa qualquer que faça sentido na razão de ser de cada um.*

*Esse foi - é? - o maior dom de Che. O de ser um símbolo da generosidade intrínseca do ser humano. O de despertar em cada um de nós o que de melhor cada um tem para dedicar aos outros.*

*Haverá quem lhe chame herói romântico, político utópico, anarquista... Que importa, se continua a ser a palavra mágica para dar vida à criança que deixámos de ser? Que importa se é o calor que acende a chama a dar sentido à existência? Que importa se é o sonho que nos comanda a vida?*

*Como é difícil falar de Che! É como se nos despíssemos na praça pública, como se puséssemos a nu os sentimentos, como se navegássemos sem vela nem navio, como se falássemos de amor a uma plateia de sádicos. E, no entanto, que seria de nós sem o Che? Que seria do Che sem nós?*

*Que há-de ser de nós quando não houver um Che na nossa memória?*

*Ter a capacidade de cortar amarras sem nunca cortar laços não está ao alcance de qualquer um. Mas Che mostrou que isso é possível.*

*Ser tão universal que não haja pátria que não nos reivindicar é tarefa de gigantes. Mas para Che foi tão natural como respirar.*

*Partir para a guerra com os olhos na paz é uma frase feita tão completa que já quase ninguém lhe dá crédito. E, no entanto, Che moveu montanhas em nome desse lema. Sobreviver à própria morte, imortalizado num instante como guerrilheiro visionário, parece um absurdo. E, no entanto, Che vive muito para além da foto que se tornou num exlibris para sucessivas gerações.*

*Como é difícil falar de Che.*

*Como é difícil falar de amor.*

*Não o podem entender quantos o continuam a assassinar em prosas abjectas. Porque Che está morto, mas a farsa, essa, continua. E é justamente por isso que Che continua vivo no coração do mundo.*

■ Anabela Fino

## Octávio Teixeira sobre o encontro com o Governo

# Há motivos de preocupação na proposta de Orçamento

Num depoimento para o «Avante!», o presidente do Grupo Parlamentar comunista comenta o encontro de anteontem, em que foi apresentada a uma delegação do PCP a proposta de Orçamento do Estado para 1998, que foi quarta-feira entregue na Assembleia da República.

«Naturalmente que, num encontro de trinta minutos com o Governo, não é possível obter uma imagem global e, fundamentalmente, real do conteúdo do Orçamento para 1998.

Mas algumas questões ficaram, desde já, susceptíveis de nos causar preocupações.

Desde logo, e ao contrário de promessas antigas do Governo e de declarações recentes do ministro das Finanças, afinal, o OE98 não apresentará reduções sensíveis nos benefícios fiscais (cerca de 200 milhões de con-



tos anuais) concedidos essencialmente às empresas e operações financeiras.

Identicamente, não foram fornecidas indicações de concretização da necessária redução da excessiva carga fiscal que pesa sobre os rendimentos do trabalho, em sede de IRS. Isto é, na prática continuarão a ser os rendimentos do trabalho a pagar os chorudos benefícios fiscais ao capital financeiro.

Mais uma vez, como já o fez em 1996 e 1997, o Governo adia as promessas fiscais de menores impostos para um futuro que nunca mais chega.

No que respeita às despesas, em particular, às dotações para as funções sociais, as informações obtidas foram diminutas, pelo que teremos de aguardar pela entrega do OE para uma análise cuidada. Mas, desde já, ficam profundas dúvidas sobre as percentagens de aumento que o Governo já começou a divulgar na

comunicação social. Por exemplo, o próprio Governo nos informou de que as dotações para a Saúde crescem 12,6 por cento; mas logo nos foram adiantando que, relativamente à despesa efectiva da Saúde em 1997, afinal o aumento da dotação orçamental será apenas de 6 por cento!

E esperemos que, designadamente nas despesas de investimento, não venham a ser inscritas verbas que o Governo tenha a intenção, logo à partida, de não vir a concretizar em obras.

Enfim, esperemos mais alguns dias para conhecermos o Orçamento e sobre ele nos pronunciarmos em definitivo. Mas, sendo mais um Orçamento para a adesão à moeda única, será prudente não termos ilusões sobre as suas orientações e objectivos essenciais.»

## O PCP na República Checa, na Jugoslávia e na Bulgária

O camarada Carlos Aboim Inglez, membro do Comité Central, da Comissão Central de Controlo e da Secção Internacional visitou recentemente, em representação do PCP, a República Checa, a Jugoslávia e a Bulgária.

Em Praga, Carlos Aboim Inglez participou na Festa do jornal "Halo Noviny" e teve conversações com Miroslav Grebenicek, Presidente do CC do PC da Boémia e Morávia, com Miloslav Randsdorf, Vice-Presidente, com o Presidente e membros da Comissão Central de Revisão, com Peter Zajicek,

membro do Executivo do Conselho Municipal da cidade de Praga, e com Vladimir Janku, responsável do Departamento Internacional, para além de outros camaradas.

Em Belgrado, foi recebido e teve conversações com Zivadin Jovanovic, Vice-Presidente do Partido Socialista Sérvio, com Ivica Dacic, membro do Comité Executivo do Conselho Superior do PSS e seu porta-voz, e com Milorad Sekulic, responsável do Departamento Internacional do PSS, além de outros camaradas; teve ainda encontros com Vladimir Stam-

buk, membro do Bureau Directivo da JUL - Esquerda Jugoslava e Presidente do seu Comité de Assuntos Internacionais, e com Ratko Krsmanovic, Presidente do Conselho Supremo da Liga dos Comunistas - Movimento pela Jugoslávia.

Em Sofia, teve encontros e conversações com Georgi Parvanov, Presidente do Conselho Supremo do Partido Socialista Búlgaro, com Krassimir Premianov, membro do Bureau Executivo do CS do PSB, com Ivan Gaitandjiev, Presidente da Comissão de Política Externa, Relações Internacionais e

Segurança Nacional do PSB, e com Serguei Stanishev, Chefe do Departamento das Relações Internacionais do PSB, além de outros camaradas.

Os encontros e conversações com os dirigentes do PC da Boémia e Morávia, do Partido Socialista da Sérvia e do Partido Socialista Búlgaro decorreram em ambiente de amizade e franqueza e permitiram uma ampla troca de informações, contribuindo para uma melhor compreensão mútua e o reforço das tradicionais relações de solidariedade e cooperação entre esses partidos e o PCP.



**CDU**  
Comício-festa  
Lisboa  
25 Out. 18h.  
Coliseu

Actuação da  
Brigada Vítor Jara  
Intervenções da ID,  
do PEV  
e de Carlos  
Carvalhas

## Governo Civil de Portalegre promove lista do PS no Crato

Nas redacções de vários órgãos de comunicação social «caíram» duas folhas de fax que, só por si, são notícia; sob a clara identificação do Governo Civil de Portalegre, surgia uma convocatória da comissão concelhia do Crato do PS, para a sessão de apresentação das listas socialistas aos órgãos autárquicos. A convocatória era expedida e assinada por António José Leitão, que já foi presidente da CM do Crato (de 1985 a 1989), é na época rosa adjunto do governador civil e, para as próximas eleições, encabeça a

lista do PS à Assembleia Municipal.

A estrutura distrital da CDU - força que obteve a maioria nas últimas autárquicas e detém a presidência do município - anunciou que vai apresentar queixa à Comissão Nacional de Eleições, alegando que foi violado o princípio legal da isenção e imparcialidade das entidades públicas face às diversas candidaturas.

Por este e por outros casos, comentou Carlos Carvalhas em Faro, durante as jornadas parlamentares do PCP, na sexta-feira: «O uso e abuso do aparelho do Esta-

do, por exemplo, ao serviço da campanha eleitoral do PS, ultrapassa tudo o que seria imaginável. Já não se sabe onde começa o Governo Civil e a sede distrital do partido no Governo, nem onde começa a acção do coordenador da campanha eleitoral do PS e onde acaba a intervenção do ministro do Equipamento».

